

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - UNIGRANRIO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA
CURSO DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

TIAGO MARTINS RAMOS DA SILVA

A CORRUPÇÃO COMO LÓGICA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE
RELACIONAL ENTRE OS ELEMENTOS MATERIAIS E SIMBÓLICOS DAS
DELAÇÕES NA OPERAÇÃO LAVA-JATO

RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO 2022

TIAGO MARTINS RAMOS DA SILVA

**A CORRUPÇÃO COMO LÓGICA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE
RELACIONAL ENTRE OS ELEMENTOS MATERIAIS E SIMBÓLICOS DAS
DELAÇÕES NA OPERAÇÃO LAVA-JATO**

Tese de doutorado apresentada como
requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Administração pela Universidade
do Grande Rio – UNIGRANRIO.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Rossoni

**RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO 2022**

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

S586c

Silva, Tiago Martins Ramos da.

A corrupção como lógica institucional: uma análise relacional entre os elementos materiais e simbólicos das delações na Operação Lava-Jato / Tiago Martins Ramos da Silva. – Rio de Janeiro, 2022.

116 f. : il. ; 31 cm.

Tese (Doutorado em Administração) – Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", Escola de Ciências Sociais e Aplicadas, 2022.

"Orientador: Prof. Dr. Luciano Rossoni".

Referências: f. 104-116.

1. Administração. 2. Corrupção na política. 3. Lógicas institucionais. 4. Operação Lava-Jato. I. Rossoni, Luciano. II. Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy". III. Título.

CDD – 658

Tiago Martins Ramos da Silva

“A Corrupção como Lógica Institucional: uma análise relacional entre os elementos materiais e simbólicos das delações na Operação Lava-Jato”

Tese apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Área de Concentração: Gestão Organizacional.

Aprovada em 09 de Março de 2022.

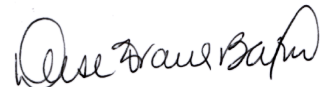
Banca Examinadora



Prof. Dr. Luciano Rossoni
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Prof. Dr. Paulo Vitor Jordão da Gama Silva
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



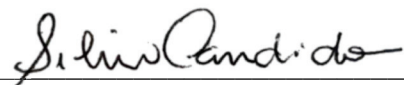
Profa. Dra. Denise Franca Barros
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



Profa. Dra. Cíntia Rodrigues de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Prof. Dr. Diego Maganhoto Coraiola
University of Victoria - UVIC



Prof. Dr. Silvio Eduardo Alvarez Candido
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

RESUMO

A situação-problema analisada neste trabalho é a Corrupção Organizacional e como ela pode ser entendida e analisada sob uma perspectiva Lógica Institucional, utilizando para isso, as delações premiadas de um notório caso de corrupção nacional, denominado Lava-Jato. A Corrupção é um fenômeno secular e diversos trabalhos já foram feitos tentando compreendê-lo. Entretanto, a maioria dos estudos focam em elementos macrossociais e medidas estatísticas de grande escala, explorando pouco a concepção da corrupção a partir dos atores que a praticam. Além do exposto, estudos envolvendo Lógicas Institucionais de práticas ilegítimas ainda são raros, assim como a exploração detalhada de seus elementos constituintes a partir de métodos mistos de análise. Buscando preencher tais lacunas, o propósito deste trabalho é analisar como a corrupção nas Organizações pode ser compreendida por meio das relações entre os elementos materiais e simbólicos das lógicas institucionais. Para isso, o quadro teórico utilizado abrange os estudos sobre corrupção, além da Teoria das Lógicas Institucionais, envolvendo seus elementos constituintes e formas de análise. A metodologia aplicada nesta pesquisa abrange o repertório cultural proposto por Weber *et al.* (2013), os momentos de valor de Friedland e Arjaliès (2021), as ordens de valor de Boltanski e Thevenot (1991), além da análise interpretativa e busca por palavras-chave nas 20 delações premiadas, que resultaram em 562 trechos onde foram categorizados os elementos constituintes da Lógica Institucional – atores, práticas, justificativas e objetos institucionais. Após essa primeira etapa metodológica, foi utilizado a coocorrência e a Análise de Correspondência Múltipla para identificar as relações entre os componentes da Lógica Institucional da Corrupção, uma vez que uma das características essenciais da teoria é a interdependência entre seus elementos (Friedland e Alford, 1991; Friedland *et al.*, 2014). Por fim, os quatro momentos de valor de Friedland e Arjaliès (2021) foram utilizados para captura da substância institucional. Os resultados evidenciam duas Lógicas Institucionais, dividida entre uma Lógica de Preparação e uma de Materialização da Corrupção. Na preparação, a corrupção é combinada e planejada, enquanto na materialização, os atos corruptos são consumados. O Ganho Individual foi encontrado como substância institucional que unem as duas Lógicas, que são dualmente concebidas. Como implicação teórica, o estudo contribui para o estudo de Lógicas Institucionais de comportamentos desviantes, até então escassos na Academia. A pesquisa também revela uma metodologia de análise relacional e com métodos mistos para identificar Lógicas Institucionais e capturar a Substância Institucional indutivamente, elemento este bastante difícil de observar e ainda pouco explicado nos estudos empíricos sobre a teoria. Como implicação prática, ressaltamos uma melhor compreensão da corrupção, no que tange aos seus aspectos materiais e simbólicos que levam os atores a se corromper.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da corrupção por país. Fonte: Transparência Internacional, 2019.	13
Figura 2. Relação da Lógica institucional entre objetificação – prática – subjetificação.....	31
Figura 3. A institucionalização da substância institucional por meio de quatro momentos de valor.....	32
Figura 4. Modelo de Lógicas Institucionais.....	34
Figura 5. Elementos analíticos da Lógica Institucional da Corrupção	39
Figura 6. Esquema da Transição do Repertório Cultural para Lógica.....	43
Figura 7. Imagem ilustrativa das Etapas da pesquisa	58
Figura 8. Frequência de Atores – Análise por palavras chave x Análise Interpretativa	60
Figura 9. Frequência de Práticas – Análise por palavras chave x Análise Interpretativa	61
Figura 10. Frequência de Objetos Institucionais – Análise por palavras chave x Análise Interpretativa.....	62
Figura 11. Frequência de Justificativas/mundos – Análise por palavras chave x Análise Interpretativa.....	63
Figura 12. Coocorrência – Práticas (Análise interpretativa) x Atores (Palavras-chave).....	68
Figura 13. Coocorrência – Atores (Análise interpretativa) x Práticas (Palavras-chave).....	69
Figura 14. Coocorrência – Atores (Análise interpretativa) x Objetos Institucionais (Palavras-chave).....	70
Figura 15. Coocorrência – Práticas (Análise interpretativa) x Objetos Institucionais (Palavras-chave).....	70
Figura 16. Coocorrência – Objetos Institucionais (Análise interpretativa) x Práticas e Atores (Palavras-chave)	71
Figura 17. Coocorrência – atores (análise interpretativa) x mundos/justificativas (palavras-chave).....	75

Figura 18. Coocorrência – Mundos/Justificativas (análise interpretativa) x Atores (palavras-chave)	76
Figura 19. Análise de Correspondência Múltipla entre as Categorias Analíticas	80
Figura 20. Análise dos momentos de valor dos objetos / substância institucional da Corrupção.....	90
Figura 21. Lógica Institucional da Corrupção	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Elementos Institucionais	30
Tabela 2. Quadro Analítico da Lógica Institucional da Corrupção	40
Tabela 3. Exemplo de como as delações foram transcritas e organizadas	46
Tabela 4. Tipos de Análise Metodológica de Lógica Institucional	47
Tabela 5. Dimensões extraídas das Categorias Analíticas	47
Tabela 6. Exemplos de codificação das dimensões por Análise Interpretativa	53
Tabela 7. Palavras-Chave das dimensões	53
Tabela 8. Resumo das aplicações metodológicas	58
Tabela 9 Elementos das Lógicas Institucionais da Preparação e Materialização da Corrupção.....	83

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA E ORIGINALIDADE DA TESE	11
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO.....	14
2. QUADRO TEÓRICO	15
2.1 FUNDAMENTOS DA CORRUPÇÃO	15
2.1.1 Conceitos da Corrupção.....	15
2.1.2 Controle da Corrupção.....	17
2.1.3 Conseqüências da Corrupção	19
2.1.4 Causas da Corrupção	20
2.1.5 O tratamento da Mídia.....	22
2.1.6 O sentido dos estudos sobre corrupção.....	22
2.2 LÓGICAS INSTITUCIONAIS	24
2.2.1 As Lógicas Institucionais: práticas materiais e construções simbólicas	24
2.2.2 Lógicas Institucionais e as Ordens de Valor.....	26
2.2.3 A Substância Institucional	28
2.2.4 Os Objetos Institucionais e sua Importância na Descoberta da Substância Institucional.....	31
2.2.5 Estudos Empíricos sobre as Lógicas Institucionais.....	34
2.2.6 Capturando a Lógica Institucional da Corrupção.....	37
3. METODOLOGIA.....	42
3.1 REPERTÓRIO CULTURAL PARA ESTUDO DE LÓGICAS	42
3.1.1 Conceituação dos Limites do Sistema Cultural	43
3.1.2 Identificação das Fontes de Dados	44
3.1.3 Identificação do Registro Cultural de Práticas, Identidades e Valores	46
3.1.4 Desenvolvimento de um Instrumento de Medição.....	51
3.1.5 Análise Textual	52
3.1.6 Mapeamento de Propriedades Agregadas e Mudanças nos Sistemas de Significado.....	56

4.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	59
4.1	CATEGORIAS ANALÍTICAS: RESULTADOS PRELIMINARES	59
4.1.1	Atores.....	59
4.1.2	Práticas	60
4.1.3	Objetos Institucionais	61
4.1.4	Construções Simbólicas: as justificativas por meio dos mundos.....	63
4.2.	ANÁLISES RELACIONAIS ENTRE AS CATEGORIAS ANALITICAS.	64
4.2.1	Atores e Práticas.....	64
4.2.2	Atores, Práticas e Objetos Institucionais	69
4.2.3	Atores, Práticas, Objetos Institucionais e as Construções Simbólicas por meio das Justificativas e Mundos.....	75
4.2.4	A Lógica Institucional da Corrupção.....	79
4.2.5	A Substância Institucional	84
5.	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	91
5.1	IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS.....	96
5.2	LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÃO DE ESTUDOS FUTUROS	97
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

1. INTRODUÇÃO

A corrupção nas organizações é um fenômeno social que tem ganhado atenção da sociedade como um todo. No Brasil, escândalos recentes na política tornaram-se midiáticos, onde líderes do mais alto escalão foram alvos de interrogatórios, mandatos de busca e apreensão, e até mesmo prisão dentro dos próprios domicílios. O assunto esteve nas redes sociais, aplicativos de conversação, jornais, etc. Apesar do crescente interesse social, o tema não é novidade e a questão perdura pelos séculos. No campo teórico, diversos estudos sobre corrupção têm ocupado espaço de periódicos ao longo das últimas décadas. Mesmo com muita produção acadêmica sobre o assunto, há falta de consenso entre os resultados (Judge *et al.*, 2011; Dong *et al.*, 2011, Marani *et al.*, 2018). A grande maioria dos estudos focam em dados de grande escala como Índice de Desenvolvimento Humano (Wolaniuk, 2020), índice de Preços do Consumidor (Pinheiro e De Oliveira Franco, 2020), capacidade estatal (Nascimento, 2018) entre outros. Diante do exposto, ainda carecem os estudos buscando compreender a corrupção com foco nos atores que diretamente a praticam.

Visando contribuir para o tema, este trabalho busca compreender como a corrupção pode ser entendida observando os elementos materiais e simbólicos que dão sustentação para essas ações. Nesses atores que protagonizam o ato corrupto, estes elementos atuam de forma organizada e interligada, resultando em formas institucionalizadas de grandes proporções.

Para alcançar esse objetivo, utilizamos como base teórica as Lógicas Institucionais, que podem fornecer um cenário propício para esta pesquisa, pois acreditamos que a corrupção, como uma prática social, possui bases institucionais que pretendemos descobrir. Na busca por identificar a prática de corrupção como uma Lógica Institucional, nossa unidade de observação serão as delações premiadas no caso de investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, intitulado de Lava-Jato. Visando analisar a Corrupção como uma Logica Institucional, avaliamos de forma relacional os elementos que a compõem: atores, práticas, justificativas, objetos institucionais e a substância institucional. Atores, práticas e objetos institucionais foram capturados por meio da análise interpretativa e da busca por palavras-chave.

Alinhado ao conceito de Lógica Institucional, para capturar as justificativas dadas pelos praticantes dos atos corruptos, utilizamos a Teoria proposta por Boltanski e Thevenot (1991), chamada de mundos de ordem de valor. A teoria pode fornecer importantes revelações das razões que levaram os atores a decisão de praticar a corrupção, o que contribui significativamente para os elementos simbólicos que formam a Lógica Institucional. Por fim, para capturar a substância institucional, elemento este mais complexo e que baliza e dá suporte a todos os outros elementos da Lógica Institucional, utilizamos a análise dos quatro momentos de valor dos objetos institucionais de Friedland e Arjaliès (2021).

Os achados desta pesquisa podem contribuir significativamente para uma melhor compreensão de uma prática tão complexa como a corrupção nas Organizações, por meio de um estudo empírico sobre um comportamento considerado desviante e quase sempre oculto na sociedade. A corrupção organizacional, vista sob uma perspectiva Lógica Institucional, pode revelar pontos ainda não explorados na academia, principalmente quando olhamos para esses elementos de forma relacional. Metodologicamente, o trabalho oferece alternativas muito produtivas não somente para o estudo sobre corrupção, mas também sobre qualquer outro fenômeno que se queira avaliar sob uma perspectiva institucional. Quando utilizamos o repertório cultural de Weber *et al.* (2013) para avaliar as Lógicas Institucionais e os momentos de valor de Friedland e Arjaliès (2021) para identificar a substância institucional, oferecemos à academia um estudo empírico que pode ser bastante útil como ponto de partida para pesquisas futuras.

O trabalho é dividido em cinco partes, contando com esta introdução. Inicialmente expomos o problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos, as justificativas para o estudo, além da sua estrutura. Em seguida, entramos no quadro teórico, onde falamos sobre a Corrupção e sobre as Lógicas Institucionais. A metodologia é explicada no capítulo posterior. O quarto capítulo é onde divulgamos os resultados da pesquisa, envolvendo todas as análises dos elementos que compõem nossas categorias analíticas, assim como a avaliação das Lógicas Institucionais encontradas. Por fim, é feita uma discussão e conclusão dos achados deste trabalho, incluindo implicações teóricas, práticas e sugestões de estudos futuros.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

A partir das considerações até aqui expostas, pretende-se analisar o problema abaixo descrito:

COMO A CORRUPÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES PODE SER COMPREENDIDA POR MEIO DAS RELAÇÕES ENTRE OS ELEMENTOS MATERIAIS E SIMBÓLICOS DAS LÓGICAS INSTITUCIONAIS?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a corrupção pode ser compreendida por meio de uma perspectiva lógica institucional, utilizando uma análise relacional entre seus elementos constitutivos: atores, práticas, justificativas, objetos institucionais e a substância institucional. Para alcançar o objetivo geral, traçamos alguns objetivos específicos que devem ser atingidos previamente:

- Identificar quais são os atores da prática de corrupção;
- Identificar quais práticas são fenomenalizadas pelo ato corrupto;
- Identificar quais construções simbólicas, por meio das justificativas dos atores, que dão suporte para a prática corrupta;
- Identificar os objetos institucionais indispensáveis ao ato corrupto;
- Analisar, por meio da Coocorrência e da Análise de Correspondência Múltipla a relação entre os atores, práticas, construções simbólicas e objetos institucionais que formam a lógica institucional;
- Traçar um repertório dos elementos que compõem a lógica institucional da corrupção.
- Identificar a substância institucional da corrupção por meio dos quatro momentos de valor de Friedland e Arjaliès (2021).

1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA E ORIGINALIDADE DA TESE

No campo teórico, esta pesquisa pode contribuir para o avanço e aprofundamento nos estudos que envolvem a perspectiva lógica institucional.

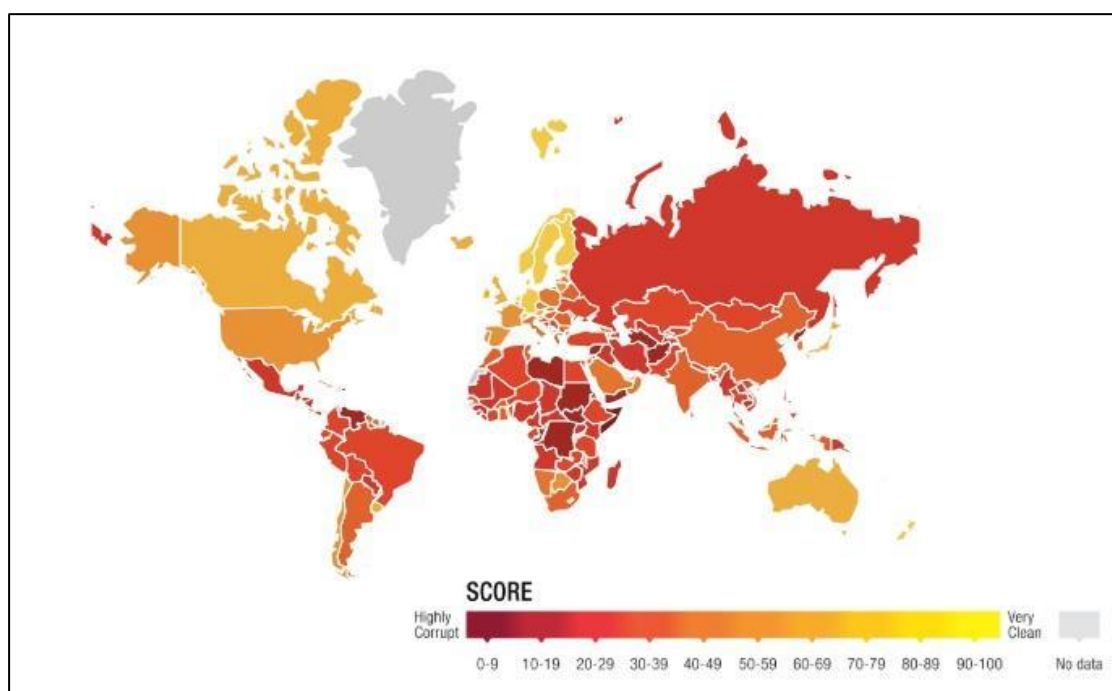
Isto se deve, principalmente, ao objeto de estudo desta pesquisa. A corrupção é vista na sociedade como um comportamento desviante, reprovado por toda a população. Esta afirmação pode ser comprovada diante da grande mobilização e repercussão que a operação lava jato tem em todo o país. Entretanto, quando falamos em estudos sobre a lógica institucional, pesquisas envolvendo este tipo de prática dentro desta perspectiva ainda são raros. Não é comum a existência de estudos que envolvam lógicas institucionais e práticas socialmente reprovadas perante a sociedade. A substância Institucional é considerada o “bem maior” por trás da lógica (Friedland *et al.*, 2014; Friedland, 2017; Friedland e Arjálies, 2020), e identificar valores superiores em práticas reprovadas socialmente pode fornecer novos achados sobre como uma lógica institucional opera na vida cotidiana.

Ainda no campo teórico, os estudos sobre corrupção parecem caminhar em sentidos aleatórios, sem uma definição mais consensual das diversas abordagens e resultados sobre os motivos e razões da sua existência (Brei, 1996; Judge *et al.*, 2011; Dong *et al.*, 2011; Marani *et al.*, 2018). Além do exposto, estudos com foco no indivíduo na busca pela compreensão do fenômeno ainda são escassos. Nesse contexto, esta pesquisa buscará analisar a prática a partir de quem a comete, buscando suas causas no nível micro, ou seja, inicial. Isso porque, no nosso ponto de vista, associar as causas da corrupção a fenômenos maiores, de ampla escala, pode omitir as etapas mais implícitas desse processo, afinal, o ato corrupto começa a partir da prática do ato pelo indivíduo.

As aplicações metodológicas dessa pesquisa podem contribuir significativamente para capturar os elementos que formam a Lógica Institucional. Utilizando o repertório cultural de Weber *et al.* (2013), fornecemos um estudo empírico na busca pela Lógica Institucional que pode servir como guia e contribuir para estudos futuros. Aplicando os quatro momentos de valor de Friedland e Arjaliès (2021), também contribuimos empiricamente com o método muito recente lançado na Academia em busca de um dos elementos mais difíceis de se capturar no campo das Lógicas: a substância institucional. Além do exposto, a utilização de métodos mistos, qualitativos e quantitativos, oferece uma forma inovadora de analisar relacionalmente os elementos que são base para uma prática desviante e ilegítima como a corrupção.

Quando passamos para o nível da prática, este estudo pode contribuir significativamente para uma melhor compreensão sobre o tema. A corrupção é um problema de escala mundial, não é recente e o que se descobriu até agora se mostra apenas uma pequena parte de um todo, ainda incomensurável. Segundo dados da transparência internacional, a corrupção está espalhada por todo o globo em níveis preocupantes. Por meio de uma série de pesquisas tipo *survey* envolvendo atores que lidam diretamente com setores públicos de cerca de 180 países, a organização não governamental Transparência Internacional elaborou um mapa com um índice de como a corrupção é vista nesses respectivos países, onde, em uma escala de 0 a 100, quanto mais próximo de 0, maior a corrupção.

Figura 1. Mapa da corrupção por país. Fonte: Transparência Internacional, 2019.



Fonte: Transparência Internacional, 2019.

Se compreendermos como a corrupção ocorre, olhando para o ator, é possível pensar formas e métodos de melhor combater a prática. Métodos corretivos, como operações policiais, enrijecimento da lei, monitoramento, parecem não provocar os efeitos desejáveis. Neste ponto, esta pesquisa pode corroborar para sermos capazes de entender com mais clareza os elementos materiais e simbólicos que compõem a decisão de corromper-se.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

Este Tese de doutorado está estruturada em seis partes, incluindo esta introdução. Nesta primeira parte, foi realizada a abordagem inicial do tema e as bases teóricas, apresentando os apontamentos iniciais que motivaram a pesquisa. Também foi apresentado o problema de pesquisa, assim como os objetivos específicos e a justificativa teórica e prática para prosseguimento do trabalho.

A segunda parte do projeto trata do referencial teórico da pesquisa, que é dividido em duas partes. Na primeira parte, o tema corrupção é abordado, onde foi exposto um breve histórico sobre as pesquisas na área, envolvendo conceito, formas de controle, consequências e causas do fenômeno. Em seguida, expomos a teoria das lógicas institucionais, seus elementos de análise e sua aplicabilidade ao estudo sobre corrupção.

Os aspectos metodológicos da pesquisa são então descritos na terceira etapa. Nesta parte, descrevemos as etapas metodológicas e informações de talhadas sobre a coleta e apuração dos dados.

Na quarta parte os resultados são apresentados e analisados. Dividimos este capítulo em 3 partes: na primeira, expomos os resultados por categoria analítica de forma individual; a segunda parte relacionamos umas categorias com as outras, expondo os resultados; e na terceira parte, analisamos o último elemento da Lógica Institucional da Corrupção: a Substância Institucional.

A quinta parte do trabalho corresponde ao fechamento da análise, onde verificamos se os resultados encontrados correspondem ao objetivo proposto desta pesquisa: a verificação de uma Logica Institucional da Corrupção.

Por fim, é realizada uma discussão sobre os achados, as implicações teóricas e práticas da pesquisa, assim como sugestão de estudos futuros.

2. QUADRO TEÓRICO

2.1 FUNDAMENTOS DA CORRUPÇÃO

A corrupção no Brasil e no mundo tem ganhado evidência nos últimos anos. O assunto perpassa o campo acadêmico, passando por tribunais, noticiários, redes sociais, entre outros.

A corrupção é um fenômeno social que não é uma novidade e tem presença cativa em todas as partes do globo. Huang (1974), por exemplo, examina a emergência da corrupção na China durante o século XIV, época da dinastia Ming. Segundo Mishra (2006), evidências de suborno e punições contra a prática podem ser encontradas em peças históricas como o código de Hamurabi (Babilônia, século XXII a.c.) e os escritos de Haremhab (Egito, século XIV a.c.), evidenciado que o problema tem raízes históricas profundas. No Brasil, a presença da corrupção também segue esse mesmo caminho: Carvalho (2008) e Pinto (2011), salientam a relação do brasileiro, ao longo da história, com a corrupção e outras práticas desviantes, como o nepotismo e o clientelismo.

No campo acadêmico, os estudos sobre corrupção aumentaram significativamente nos últimos anos. Segundo Marani *et al.* (2018), no início de 2000 publicavam-se, anualmente, cerca de 1570 artigos científicos sobre o tema, passando para quase 3000 no ano de 2015. Os trabalhos envolvendo corrupção no Brasil e no mundo demonstram que o tema é amplo e pode oferecer diferentes enfoques e perspectivas. Pesquisas como de Marani *et al.* (2018) e Judge *et al.* (2011) buscaram traçar as trajetórias acadêmicas de estudos sobre corrupção. Com o objetivo de clarificar a compreensão do tema, dividimos as pesquisas naquelas centradas no conceito, controle, consequências, causas da corrupção e o tratamento pela mídia.

2.1.1 Conceitos da Corrupção

Muitos trabalhos buscam compreender o significado da palavra e chegar a um conceito sobre corrupção. Cardoso *et al.* (2014) bebe da definição do Banco Mundial e da Transparência Internacional (2007), de caráter mais legal, onde corrupção é o abuso do poder público em benefício próprio. Essa definição

também é compartilhada por Nye (1967), Rose-Ackerman (1999), Johnston (2005) e Lambsdorff (2007). Santos (2013) utilizou o conceito de corrupção como uma relação social, de caráter ilegal, que se estabelece entre dois agentes ou dois grupos de agentes, cujo objetivo é a transferência de renda dentro da sociedade ou do fundo público para fins estritamente privados. Note aqui que o autor ampliou o conceito de corrupção, admitindo-o também no setor privado. Friedrich (2017) utilizou um conceito mais voltado para o interesse social, caracterizando a corrupção como um padrão comportamental que se afasta das normas predominantes de um determinado contexto.

Existem autores também que desenvolveram conceitos mais específicos de corrupção, como Ferreira *et al.* (2016), que nomeou corrupção generalizada como aquela difundida em todos os departamentos de uma organização e absolutamente institucionalizada. Já corrupção arbitrária, o autor conceituou como aquela que ocorre de forma desorganizada, como funcionários que solicitam subornos de forma independente dos demais. Heidenheimer (1970) chamou de corrupção negra, aquela em que público e elite convergem para um julgamento condenável de determinado ato corrupto; corrupção branca é aquela em que a maioria do público e elite consideram a prática corrupta tolerável e; corrupção cinza, é aquela que há uma divisão de opiniões sobre o julgamento do ato, tanto do público em geral, quanto da elite. Existem ainda autores que ao invés de conceituar o termo, buscaram identificar, por meio dos cidadãos, o que seria considerado ato corrupto. É o caso de Gibbons (1989), que citou como atos potencialmente corruptos o clientelismo, a compra de votos, nepotismo, o patrocínio de campanhas eleitorais, entre outros.

Outros trabalhos, ao invés de fornecer um conceito padrão e universal, expuseram caminhos para identificar a corrupção. Como exemplo, Glaeser e Goldin (2007) encontraram três condicionantes para o ato corrupto: O primeiro é o pagamento a um servidor público quantia que perpassa o seu salário. O segundo é o fato de a ação associada a esse pagamento violar leis explícitas ou normas sociais implícitas. O terceiro é que a ação tem que causar perdas para a sociedade. Warren (2005) estabelece 2 requisitos para identificar a corrupção mediante atores dentro e fora do processo decisório: o primeiro requisito é que o ator político excluído do processo decisório pode justificar sua exclusão por meio de medidas legais, que foram ignoradas pelo ator corrupto; o segundo

envolve um prejuízo direto a pelo menos um ator excluído, com consequente benefício para o corruptor.

Apesar dos diversos trabalhos envolvendo a busca por um conceito sobre corrupção, o consenso ainda parece estar distante. Segundo Brei (1996), “As maiores divergências entre os vários autores que já se dedicaram ao estudo da corrupção surgem da falta de consenso quanto à conceituação do que seja uma ação corrupta.” Segundo Williams (1999, p.511, tradução nossa):

Foi sugerido que a definição de termos é uma etapa preliminar importante em qualquer investigação social e que o estudo da corrupção foi prejudicado pelas inadequações das definições existentes. Novas abordagens conceituais começaram a dominar o pensamento de acadêmicos e formuladores de políticas, mas, como vimos, essas novas abordagens são realmente baseadas nas antigas definições e conceitos que eles pretendiam substituir. O caminho a seguir, como sugere Hutchcroft, pode ser combinar conceitos para compensar sua inadequação individual.

Estudos mais recentes relatam a dificuldade de um consenso (Carvalho, 2008; Pinto, 2011; Furtado, 2015). Torsello e Vernard (2015, p.3) buscam uma definição com uma perspectiva antropológica, entretanto também encontram dificuldades para uma resposta universal:

For anthropologists, the above definitions of corruption in organizational research are problematic for four reasons: the dichotomy between public/private, the plurality of law, the denial of the stereotypes built on the different typologies of corruption, and the necessity to use the point of view of the observed.

Se focarmos nos autores brasileiros, fica ainda mais difícil encontrar uma solução uniforme para o conceito de corrupção, diante da escassez de trabalhos sobre o assunto. Brei (1996), ao abordar o tema, denuncia essa realidade, utilizando majoritariamente autores internacionais em suas referências. Mesmo com um cenário conturbado na busca pelo consenso, novas pesquisas traçam caminhos para uma possível solução, como a aderência à interdisciplinaridade e relacionalismo de estudos anteriores (Johnston, 1996; Judge *et al.*, 2011; Torsello e Venard, 2015).

2.1.2 Controle da Corrupção

Estudos abordando formas de controle da corrupção ganharam mais destaque no início dos anos 90, conforme relata Santos *et al.* (2013, p.57):

A nova proposta de pesquisa baseia-se não somente na identificação dos problemas que a corrupção pode causar, como também pretende buscar estratégias para solucionar ou mitigar os atos corruptos e suas consequências. As abordagens valorizam: medidas educativas e punitivas, direcionando o enfoque para os incentivos positivos e negativos que afetam o indivíduo; a busca por resultados por meio de reformas no sistema político e econômico; identificar causas estruturais ou institucionais da corrupção (SPECK, 2000).

Quando utilizamos o termo “controle”, englobamos os estudos que procuram formas de combater a corrupção, pois não é comum encontrar trabalhos que propõem soluções para eliminar o problema, dada a sua complexidade e diversidade.

Nesta linha de pesquisa, merece destaque os trabalhos de Klitgaard (1994) e de Anechiarico e Jacobs (1996), onde ambos procuram analisar políticas e métodos para combater a corrupção, utilizando, inclusive, exemplos de casos reais. Lederman *et al.* (2005), ao analisarem os determinantes políticos no impacto da corrupção de vários países, chegaram à conclusão que fatores como o equilíbrio de poderes, a competitividade eleitoral, a transparência política de gastos, entre outros fatores políticos, incentiva a honestidade entre os servidores. Rose-Ackerman (2002) destaca que as grandes corporações devem participar de medidas de combate à corrupção, para otimizar os resultados, que devem ser inclusive benéficos para a economia e conseqüentemente para elas mesmas. Goel e Nelson (2010), reforçam que a descentralização, isto é, governos subnacionais liderando menores populações dificultam a corrupção. Peiffer e Walton (2019) enfatizam que mensagens anticorrupção disseminadas entre os funcionários de uma organização funcionam como estimulantes à denúncia e delação do ato corrupto.

Diante das diferentes alternativas de enfrentamento da corrupção existentes na literatura, ainda persiste a carência de estudos que buscam estruturar os achados em busca de uma convergência de ideias, além da falta de trabalhos empíricos que possam testar essas possibilidades.

2.1.3 Consequências da Corrupção

Os impactos que a corrupção causa não somente nas organizações, mas na sociedade como um todo, tem ganhado cada vez mais atenção dentro da academia, haja vista o aumento significativo de artigos sobre esta perspectiva.

Dentre as diversas consequências levantadas, destacam-se aquelas com impacto na economia, nas estruturas institucionais e nos serviços prestados diretamente ao cidadão.

No campo econômico, Miari *et al.* (2015), analisou os efeitos da corrupção no mercado de ações onde, apesar de variações iniciais, os valores retornaram aos patamares anteriores à divulgação de um evento de corrupção. Entretanto, Araújo *et al.* (2018) fizeram um estudo similar, e identificaram que empresas diretamente ligadas a casos de corrupção tiveram redução no valor de mercado, enquanto outras não diretamente envolvidas apresentaram saldos positivos no retorno anormal acumulado. Nessa mesma linha de pesquisa, Ferreira *et al.* (2016) avaliou o impacto da corrupção no investimento estrangeiro direto – IED em empresas situadas no país receptor e de origem, e chegou à conclusão que quanto maior o nível de corrupção, menor o nível de investimento, tanto nos países de origem quanto nos receptores.

Quando lidamos com empresas estatais, os resultados não se mostram diferentes. Júnior *et al.* (2018) avaliaram a relação da corrupção com gastos em empresas públicas, e concluíram que em ambientes mais corruptos, organizações públicas gastam mais que empresas privadas, considerando folha de pagamento, investimentos de curto prazo, entre outros.

Há autores que destacam efeitos positivos da corrupção na economia. Em países onde as instituições são consideradas como extremamente ineficazes, Méon e Weill (2010) avaliaram que o mercado ganha agilidade com práticas corruptas. Melo *et al.* (2015) concluíram que em ambientes mais corruptos o número de abertura de empresas é maior, atrelando o resultado a um alto grau de burocratização para este serviço. Nesse diapasão, a corrupção é vista como um “mal necessário”.

No campo institucional, a corrupção também pode trazer consequências. É o que mostra Praça (2011), ao analisar a relação entre a corrupção e a centralização de instituições orçamentárias e fiscais, utilizando os escândalos

brasileiros dos “anões do orçamento e “sanguessugas”, concluindo que estes acontecimentos corruptos acarretaram em mudanças institucionais no país, que de certa forma, foram consideradas eficazes. Medidas contra atos de corrupção não são uma novidade, como por exemplo, as medidas anticorrupção lançadas pelo governo logo após o escândalo da operação lava jato. Entretanto, analisar se tais ações se tornaram institucionalizadas é necessário para a caracterização de uma mudança.

Além de consequências econômicas e institucionais, estudos também encontraram impacto da corrupção em serviços básicos que afetam diretamente os cidadãos. É o que mostram Caldas *et al.* (2016), ao analisar a relação entre a corrupção e os gastos governamentais nos municípios do Brasil. Os autores concluíram que maiores níveis de corrupção nos municípios afetam as despesas com educação e saúde, às quais a própria legislação obriga percentuais elevados de despesa. Como resultado, aumenta o gasto público municipal total, porém sem a contraparte positiva para a sociedade. Mauro (1998), com dados cruzados de 103 países, verificou relação direta e negativa da corrupção política com gastos em educação e saúde pública. Na mesma linha de pensamento, Akcay (2006) e Laurinho *et al.* (2017) associaram corrupção a um menor nível de desenvolvimento humano. Ferraz *et al.* (2008), em uma pesquisa envolvendo 365 municípios do Brasil, concluiu que a corrupção afeta o desempenho escolar de alunos do ensino primário. Já Tiongson *et al.* (2000), analisando 117 países, percebeu uma relação positiva entre a corrupção e a taxa de abandono escolar.

Além dos casos citados, uma vasta gama de estudos analisa os impactos da corrupção em diversas outras áreas na prestação de serviços à sociedade. É o caso de Tanzi e Davoodi (1997), que verificaram a diminuição de estradas em boas condições naqueles países com maior índice de corrupção. Esse dentre outros estudos mostra como o problema pode trazer consequências graves para os mais diversos setores da sociedade.

2.1.4 Causas da Corrupção

Entender o ponto de partida da corrupção é um dos grandes desafios deste trabalho. Apesar da vasta gama de trabalhos buscando entender o conceito, as formas de controle e as consequências da corrupção, a busca pelas

causas ganha mais ênfase no campo. Por que a corrupção ocorre? Está é uma pergunta que, apesar de simples e direta, apresenta uma enorme dificuldade de resposta. Muitos trabalhos focam nos aspectos em um nível social ou macrossocial, enquanto outros focam no âmbito individual, ou seja, focado em quem pratica.

No nível mais amplo, Judge *et al.* (2011) dividiu as explicações para o ato corrupto em fatores econômicos, socioculturais e político-legais. No viés econômico, os autores alegam que as instituições econômicas da sociedade restringem ou incentivam a corrupção. É o caso de Husted (1999), Leite e Weidemann (1999), Abed e Davoodi (2000) e Mo (2001), ao analisarem a relação entre PIB e Corrupção. Além do exposto, outros estudos avaliaram outros índices econômicos que apresentaram resultados empíricos que convergem, mas que também apresentam conflitos (Judge *et al.*, 2011). No viés sociocultural, os autores destacam a masculinidade (Husted, 1999) e a religião (Paldam, 2001) como exemplos de instituições culturais mais amplas que estão diretamente ou inversamente ligadas à corrupção. No campo político-legal, a explicação está voltada nas ações e fatos políticos como condição preditiva para o ato corrupto. A abertura política (Sandholtz & Gray, 2003), a instabilidade política (Park, 2003) e eficácia de governo (Shleifer & Vishny, 1993) são exemplos de trabalhos voltados para este argumento.

Além dos trabalhos citados no parágrafo anterior, outros fatores utilizados para explicar a corrupção em um nível mais amplo podem ser vistos com frequência na academia. Camaj (2013) e Bhattacharyya e Holder (2015) avaliaram a relação entre a liberdade de imprensa e os níveis de corrupção em mais de 100 países, associando uma imprensa livre a baixos índices de corrupção. Husted (1999) associa a prática de corrupção ao alto grau de funcionários do sexo masculino no ambiente. Goel e Nelson (2010), por exemplo, associa a corrupção a questões históricas e geográficas. Theobald (1999) aponta o subdesenvolvimento e o patrimonialismo como um condicionante para o problema.

No nível individual, as explicações para a corrupção ganharam mais notoriedade nos últimos anos. Trabalhos como o de Graaf e Huberts (2008) associam a corrupção a busca por ganhos materiais, entre outras explicações; Roman e Miller (2014) tentam explicar por meio da necessidade de status e

poder; Lee e Guven (2013), Dong, Dulleck e Torgler (2011) defendem a ocorrência da corrupção pelo contágio cultural, onde funcionários mais antigos contaminam os mais novos e os incentivam a perpetuar a prática. Anand *et al.* (2004) e Júnior *et al.* (2018) buscaram compreender o fenômeno por meio da racionalização, onde o indivíduo cria justificativas para ele mesmo conseguir lidar com a prática de um comportamento notoriamente desviante perante a sociedade em que vive. Apesar dos achados, uma análise relacional entre as causas poderia contribuir para um consenso ou uma resposta mais consistente.

2.1.5 O tratamento da Mídia

Apesar de poucos trabalhos na literatura recente, a importância da mídia em casos de corrupção já foi abordada algumas vezes, tanto no Brasil, quanto no resto do mundo. Na maioria dos estudos, a mídia tem um papel que molda a visão que a população tem sobre determinado caso. É o que Breit (2010) encontrou, ao analisar o papel da mídia em um escândalo de corrupção na Noruega. No Brasil, Moura (2006) analisou como as falhas da mídia impediram um avanço mais expressivos no combate à corrupção ambiental na Amazônia. Freitas Júnior e Medeiros (2018) verificaram como a mídia molda e constrói significado da corrupção perante a sociedade, ao analisar o tratamento dado ao tema por dois veículos de notícias brasileiros. Gehrke *et al.* (2017) contribui para o tema, concluindo que a mídia nacional vem sendo acompanhada pela internacional, em relação aos escândalos de corrupção envolvendo o Brasil.

2.1.6 O sentido dos estudos sobre corrupção

Considerando toda variedade de estudos sobre a corrupção, englobando conceituação, efeitos, controle e causas, o campo ainda parece caminhar por variadas direções, sem algum sinal de coesão. Para Marani *et al.* (2018, p.726):

os resultados evidenciam que as preocupações existentes na pesquisa científica dão origem a sentidos da pesquisa sobre corrupção que são introdutórios, conceituais e fenomenológicos, paradigmáticos, e que dizem respeito, ainda, a percepção, causas, efeitos da corrupção, ou a seu controle e modo de apresentação pela mídia. Esses sentidos atraem a atenção dos estudiosos de maneira assimétrica. Do parco ou quase inexistente número de artigos dedicados exclusivamente à revisão de

literatura sobre a corrupção até a infinidade de textos que atacam suas causas, efeitos e percepção, o tema é abordado com interesses diferentes no meio acadêmico.

Torsello e Venard (2015) criticam os estudos sobre corrupção e os qualificam como “isolados”. Nesse sentido, os autores destacam a necessidade de buscar parcerias com outros campos da sociologia e da antropologia. Segundo Judge *et al.* (2011, p.93, tradução nossa):

Infelizmente, essa literatura multidisciplinar bastante ampla e crescente não levou a insights mais profundos e entendimento interdisciplinar devido a: (1) a natureza geralmente ateórica deste trabalho, (2) a falha em olhar para fora das lentes disciplinares (3) os diferentes esquemas de medição utilizados e (4) a falha em acumular resultados entre os estudos.

Marani *et al.* (2018, p.726), reforçaram a ideia de uma perspectiva institucional, ao destacar a falta de estudos sobre o tema focados em uma análise de discurso:

A fim de avançarmos na compreensão das práticas de corrupção, é importante que valorizemos iniciativas que aprofundem também a análise do discurso associado a elas. Os estudos existentes nesse campo são raros e, em sua maioria, frutos de esforços isolados ou descontinuados de pesquisadores.

Na busca por respostas para melhor compreender o fenômeno, este trabalho irá focar sua trajetória de pesquisa em um olhar mais individual, centrado naquele que inicia o comportamento desviante. Apesar das explicações fundadas em níveis sociais e institucionais mais amplos, acreditamos que causas mais diretas ao fenômeno se encontram localizadas dentro de cada ator. Quando, por exemplo, associamos a corrupção a uma herança patrimonialista, podemos estar tapando os olhos para fatos intrínsecos que variam entre os sujeitos que cometem o ato corrupto. Nesse sentido, a compreensão do problema fica prejudicada, de modo a impossibilitar, por exemplo, a adoção de medidas eficazes de prevenção. Mesmo no nível individual, as pesquisas sobre o tema parecem caminhar em sentidos opostos, sem uma convergência ou conversação.

Simão (2011) destaca que para existência da corrupção, um pressuposto básico é a ausência de compromisso com o bem comum, ou uma incapacidade de fazer coisas que não lhes tragam uma gratificação pessoal. Apesar da dificuldade em se conceituar a corrupção de forma consensual, e apesar de muitos estudos avaliarem a prática como um mal necessário, que traz benefícios

para a economia e sociedade, seu julgamento social é majoritariamente reprovável. Face o exposto, a opção pelo ato corrupto abrangem uma série de ações ou práticas, motivadas por valores que superam aqueles defendidos pelo bem comum. Neste ponto, a teoria sobre lógicas institucionais e a análise relacional entre seus componentes podem exercer um papel importante para explicar a corrupção, pois, segundo Friedland (2013), “lógicas institucionais são funções virtuais de produção, não valores em si, mas ideias de criação de mundo material”.

2.2 LÓGICAS INSTITUCIONAIS

Neste capítulo, tratamos do arcabouço teórico que servirá de ferramenta para análise do objeto a ser estudado. Na primeira parte, fizemos uma breve apresentação sobre a teoria das lógicas institucionais e seus componentes. Em seguida, o aspecto relacional e de dualidades estruturais, que são características chave para a aplicação desta teoria, são abordados. Por fim, voltamo-nos para a existência de uma relação entre a teoria e a corrupção, com o objetivo de justificar a validade do estudo e o caminho teórico escolhido.

2.2.1 As Lógicas Institucionais: práticas materiais e construções simbólicas

Entender o porquê e de que forma as organizações fazem o que fazem é um dos grandes desafios dos estudos organizacionais. Parece uma questão simples, mas ao longo das décadas, diferentes explicações e perspectivas acompanham a história acadêmica na busca por uma compreensão. Neste contexto, a Teoria Institucional surge como um dos principais campos acadêmicos objetivando entender os fatos e as ações organizacionais. Pelas mudanças sociais ocasionadas pela industrialização no final do século XIX até meados do século XX, a principal justificativa para os fenômenos sociais dentro das empresas girava em torno da racionalidade. A burocratização enfatizada por Weber, devido as suas características de um modelo eficiente, porém avesso às mudanças e flexibilidade, passou a ser estudada com afinco e, por muitos, foi

confundida com o comportamento dos trabalhadores. Somente na segunda metade do século XX que a racionalidade ganhou a companhia dos aspectos cognitivos e culturais.

É neste cenário que surge a teoria das lógicas institucionais. Uma das primeiras aparições da teoria data de 35 anos atrás, com Alford *et al.* (1985, p.412, tradução nossa):

“Nossa premissa central é que uma perspectiva teórica sobre a sociedade postula uma lógica institucional central que define as condições para as operações de outras. As lógicas institucionais de acúmulo, racionalização e participação, por exemplo, são potencialmente contraditórias, algumas vezes levando a transformação da sociedade.”

Em 1991, Friedland e Alford intensificaram a análise sobre o tema, enfatizando a importância dos elementos materiais e simbólicos como indispensáveis na compreensão de ações do indivíduo social, seja dentro de uma organização, ou em qualquer outro lugar da sua vida cotidiana. Segundo Silva (2016, p.20):

Friedland e Alford (1991) aprofundaram mais o estudo das Lógicas Institucionais, destacando a relevância dos elementos materiais e simbólicos na construção de lógicas institucionais dentro de ordens institucionais maiores. Neste trabalho são abordados tanto a sociedade, como as organizações e indivíduos como atores que produzem e reproduzem instituições sob um conjunto de práticas e aspectos cognitivos que formam as lógicas institucionais.

Mas como podemos definir o que é uma lógica institucional? Segundo Thornton e Ocasio (1999), lógicas institucionais são “padrões históricos de práticas materiais, pressupostos, valores, crenças e regras, que são socialmente construídos e pelos quais os indivíduos produzem e reproduzem a sua subsistência material, organizam o tempo e o espaço e dão sentido a sua realidade social” (tradução nossa). Fica evidente nesta definição a dualidade envolvendo práticas materiais e construções simbólicas, como valores e crenças culturais.

Diante do exposto, as práticas materiais e as construções simbólicas, representadas por identidades, valores, crenças e elementos subjetivos culturais, formam elementos cruciais para entender uma lógica institucional.

Práticas materiais, nesse contexto, representam ações que são de certa forma padronizadas e dependentes e outros elementos para que ocorram e se perpetuem. Por esse motivo, nem toda ação pode ser classificada como um elemento de uma lógica institucional.

Já as construções simbólicas representam o conjunto de valores, crenças e bases culturais que dão sustentação e motivação para a realização da prática. Logicamente, esses aspectos simbólicos estão atrelados a um indivíduo, formando sua identidade. Portanto, os elementos culturais por trás de uma lógica institucional necessitam ser avaliados levando em consideração as identidades e sua relação com as práticas institucionais;

2.2.2 Lógicas Institucionais e as Ordens de Valor

Não é de hoje que a sociologia francesa tem forte papel dentro da academia quando nos referimos a estudos sobre comportamentos e práticas sociais. Ironicamente, contestando um pensamento quase que dominante no final dos anos 80, Boltanski e Thevenot foram em uma direção distinta ao pensamento de Bourdieu sobre a dependência que os atores sociais tem sobre os valores culturais que recebem ao longo da vida. Com a obra *De la justification: les économies de la grandeur*, Boltanski e Thevenot criticavam o fato de atores serem totalmente dominados pela imposição de uma cultura, sob a alegação de que poderiam moldá-la de acordo com sua necessidade. Para os autores, as ações dentro da sociedade são moldadas por acordos entre as partes envolvidas. Essas negociações tem como alicerce ordens de valor, onde Boltanski e Thevenot chamam de mundos: cívico, doméstico, fama, industrial, inspirado e mercado. É dentro desses mundos que o indivíduo age e defende sua posição, perante os outros e a si mesmo, adquirindo legitimidade para a prática. Segundo Boltanski e Thevenot (1999), esses mundos são suficientes para descrever a maioria das situações, seja para convergir ou divergir de uma posição, descartando a violência. Entretanto, esses mundos não são apenas como ambientes, pois para existirem precisam da interação entre as pessoas e os objetos que nele existem. É aí que os mundos aparecem: na argumentação entre seres na tentativa de fazer acordos sociais. Segundo Boltanski e Thevenot (2021):

Sublinhamos que, para além de uma orientação para a justificação, a questão da existência das coisas no Universo não nos diz respeito. O problema ontológico da existência de seres e das modalidades de suas presenças no mundo nos ocupará tão somente na medida em que esses seres possam se encontrar engajados por atos justificáveis nos quais as pessoas estejam implicadas. É sob esse ponto de vista que analisaremos sua coerência, em mundos que determinam tanto os seres naturais quanto os engajamentos naturais entre eles e que servem de referência nos julgamentos de grandeza.

No mundo cívico, o bem comum sobrepõe o pessoal. Aqui, o egoísmo é peça intolerável, à medida que os interesses da comunidade, seja ela formada por um grupo de pessoas ou por um povo, prevalece sobre as vontades individuais. O estado de grandeza é alcançado com a associação coletiva, onde pessoas somente adquirem importância quando formam comunidades em prol de algo comum.

O mundo doméstico tem sua atenção focada nas relações pessoais, com ênfase para a tradição, geração e hierarquia (Boltanski e Thevenot, 1996). Nesse mundo, o indivíduo adquire o estado de grandeza ao conseguir respeitar esses três termos dentro de sua posição. Apesar do nome, essa ordem de valor não se concentra apenas nas relações familiares, mas em qualquer outra que tenha cunho pessoal, como amizades oriundas de outros contextos sociais.

No mundo da fama, o foco é na autoimagem perante os pares. O status e a reputação são extremamente importantes. As pessoas alcançam o estado de grandeza desse mundo quando são reconhecidas, visíveis, dotadas de reputação e produzem uma opinião em terceiros (Boltanski e Thevenot, 2021).

O mundo industrial tem uma relação mais próxima com o trabalho, pois sua grandeza está em ser eficiente, útil, e atender as necessidades quando solicitado. É como cumprir a missão para o qual foi designado. Aqui o desempenho tem papel essencial na obtenção do estado de grandeza dessa ordem de valor.

No mundo do mercado é importante destacar que, um pouco diferente do disposto por Miranda *et al.* (2015), não é impulsionado apenas por relações comerciais entre compradores e vendedores (Boltanski e Thevenot, 2021). Tratam-se de acordos onde o interesse individual prevalece e as relações pessoais são ignoradas em prol do desejo maior: o lucro ou a vantagem financeira/econômica. Para Boltanski e Thevenot (2021), o mundo é habitado por

indivíduos na busca por satisfazer seus desejos como homens de negócios, sejam clientes, vendedores, compradores ou concorrentes.

Ao contrário dos citados até agora, o mundo da inspiração é ausente de padrões, regras ou tradições. É baseado na criatividade e na própria inspiração. Não é à toa que é mais comum entre os artistas e aqueles que inspiram a genialidade. Sua grandeza está em justamente não se basear nas tradições do mundo doméstico, na eficiência precisa do mundo industrial, ausentar-se da opinião no mundo da fama, agir de forma irracional ao se comparar com o mundo cívico e abster-se da concorrência dentro do sistema mercantil. Não é toa que esse é um dos mundos mais difíceis de se captar.

Mas qual a relação dos mundos de Boltanski e Thevenot e as lógicas institucionais? Como essas teorias podem capturar construções simbólicas do ato corrupto?

Tanto as ordens de valor quanto as lógicas institucionais buscam valores, crenças e alicerces culturais que balizam, motivam ou impulsionam uma prática institucionalizada. Neste ponto, os aspectos subjetivos inerentes ao ser por trás das práticas podem ser descobertos por meio das ordens de valor, que completa uma parte dos elementos que caracterizam uma lógica institucional. A legitimidade é essencial para o indivíduo adotar acordos ou práticas na vida social. Porém, o ato em si, mesmo que ilegítimo, como é o caso da corrupção, necessita de uma justificativa socialmente legítima, sob pena de não ser praticado (Boltanski e Thevenot, 1991; Vaisey, 2009). Essas justificativas vagam pelos mundos descritos na obra de Boltanski e Thevenot (1991) e identifica-los pode fornecer a base simbólica que medeia a ação, que neste caso, é a corrupção.

2.2.3 A Substância Institucional

Roger Friedland adiciona um elemento a esta dualidade: a substância institucional. O termo apareceu pela primeira vez em 2001, com o autor avaliando a relação entre o nacionalismo e a religião. Em uma relação de práticas materiais e construções simbólicas, a substância institucional seria como o bem maior por trás da lógica institucional, o objetivo implícito e muitas vezes inconsciente por trás dos valores e das práticas.

Para Mutch (2018), a substância institucional é a força animadora, a essência que dá sentido às práticas. Segundo Friedland e Arjaliès (2019):

A relação entre prática e substância institucional é interior, não exterior; símbolo não signo, performativo não representação. Substâncias institucionais são razões, não racionalizações; os fins que habitam os meios; causas que são causais. Uma substância institucional é como uma divindade não-teísta que, na teologia mística, é entendida não como uma causa, mas uma causa além das causas, como um fundamento transcendente de imanência, uma imanência que nunca pode ser separada de seu criador, um criador cuja natureza nunca pode ser totalmente apreendida por meio dos sentidos.

Dentro do mundo social, repleto por lógicas institucionais, a substância institucional é quase como uma matéria escura no Universo: ela está lá, dá sentido às coisas, mas não é vista nem percebida pelos próprios atores que a utilizam de forma quase que automática. Apesar dos trabalhos recentes, a substância institucional vem sendo abordada desde a antiguidade. Friedland (2021) sintetiza isso, abordando uma concepção Aristotélica:

Para Aristóteles uma substância é um “princípio” que sustenta uma espécie de ser determinado ao longo do tempo, sem o qual não continuaria a existir. Esse princípio é “a causa primária de ser” de algo (Aristóteles, 2004a: 22, 1041b; 227, 1041a; 229, 1041b). A substância é o que permite que uma coisa persista como aquela coisa mesmo quando seus atributos mudam. Ao contrário de Platão, uma substância não é uma ideia independente, portanto um ser, nem uma forma ideal; é uma realidade, não uma potencialidade; e não existe independentemente daquilo de que é a substância, uma forma eternamente envolta em algum lugar de um hiperespaço incontaminado (Aristóteles, 2004a: 34, 991b). Para Aristóteles, a substância não é um ser, mas um ser, tanto a base da necessidade de algo, que uma coisa pode ser identificada como um indivíduo particular e separável, quanto seu quê, de modo que se qualifica como um tipo de ser (Aristóteles, 2004a: 212, 1036b).

Neste contexto, as construções simbólicas e as realizações das práticas materiais são as partes visíveis que são fenomenalizadas pela substância institucional.

Apesar dos esforços até aqui, podemos enumerar as substâncias institucionais? Friedland e Alford (1991) falaram em “ordens institucionais” como o estado burocrático, o mercado, família, democracia e religião como princípios superiores que ordenam as práticas institucionais. Thornton e Ocasio (2012)

aumentaram essa lista, acrescentando ordens institucionais como a profissão e corporação.

Friedland (2018) já partindo do conceito de substância, cita exemplos como valor de mercado, propriedade, Deus, salvação, nação, soberania, segurança, informação, conhecimento científico, beleza artística, representação popular, natureza, responsabilidade, saúde, amor romântico. Friedland e Arjaliès (2021, p.3) acrescentaram a individualidade como uma substância. Mutch (2018) revisaram as substâncias institucionais em um quadro revisional conforme descrito na tabela 1:

Tabela 1. Elementos Institucionais

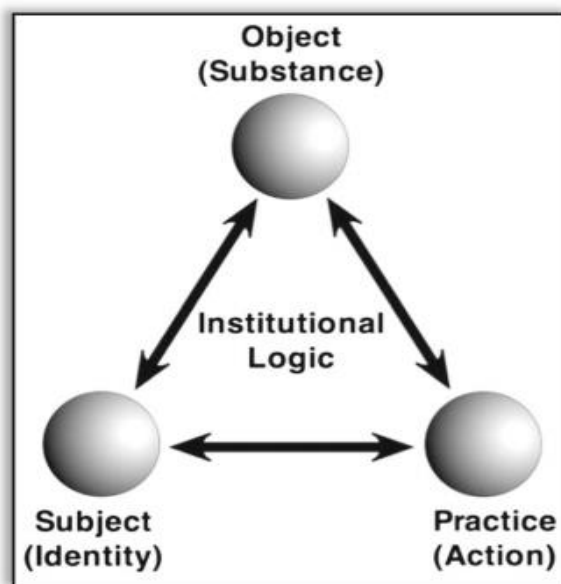
Instituição	Relação	Substância	Organização	Prática
Família	Reprodução	Amor	Doméstico	Casado
Economia	Produção	Ganho	Corporação	Transação
Medicina	Corporificada Existência	Saúde	Hospital	Consulta
Religião	Existência	Fé	Igreja	Oração
Jogo	Existência	Diversão	Plataforma	Jogo
Conhecimento	Natural e mundo social	Curiosidade	Universidade	Experimento
Política	Relações Intergupo	Interesse geral	Estado	Votação
Militar	Relações Intergupo	Honra	Exército	Treino
Lei	Interpessoal e Relações Intergupo	Justiça	Tribunal	Debate

Fonte: Mutch (2018, p. 42).

O estudo de Friedland *et al.* (2014) avalia a lógica institucional do amor, e o objeto foi um campus universitário norte americano. Neste estudo, identificaram a substância institucional como o amor, as formas de subjetividade (ou construções simbólicas) como emoções, afetos e crenças no amor

romântico, além das formas de objetificação ou práticas, como atos exclusivos e repetidos de intimidade corporal expressiva e invocação verbal. A figura abaixo, extraída do trabalho de Friedland *et al.* (2014) exemplifica essa relação entre os elementos da lógica institucional:

Figura 2. Relação da Lógica institucional entre objetificação – prática – subjetificação



Fonte: Friedland *et al.* (2014)

2.2.4 Os Objetos Institucionais e sua Importância na Descoberta da Substância Institucional

Friedland e Arjaliès (2021) aprofundaram a teoria sobre lógicas institucionais, separando a substância institucional do objeto institucional (ver figuras 1 e 3). Os objetos institucionais têm papel essencial na constituição das substâncias institucionais.

Os objetos institucionais são coconstitutivos com as práticas institucionais (Friedland e Arjaliès, 2021). Eles podem materializar ou simbolizar as lógicas institucionais. A existência dos objetos institucionais é essencial para a ocorrência de determinada lógica. Entretanto, os objetos não necessariamente precisam ser físicos ou tocados. Eles representam um símbolo, material ou não, de um conjunto de práticas e valores que determinam a lógica institucional. Podemos citar, como exemplo, o muro das lamentações de Jerusalém como um

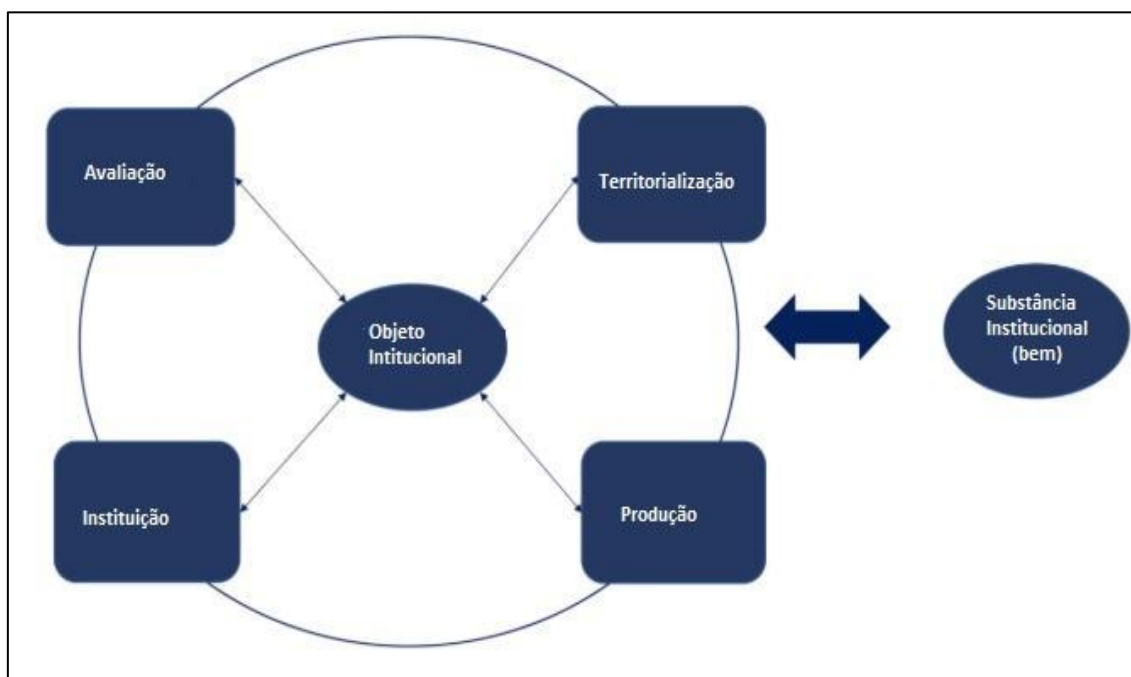
objeto institucional de lógicas religiosas, arqueológicas e nacionalistas estudadas por Preminger e Drori (2016). Já Jones *et al.* (2013) estudaram artefatos como tijolo e vidro no estudo de lógicas da arquitetura moderna. Outros objetos podem ser não palpáveis, porém com a mesma função de materializar a lógica como um todo, como o voto secreto em uma lógica democrática.

Além de todo o exposto, objetos institucionais também ajudam a identificar a substância institucional. Para Friedland e Arjaliès (2021, p.10, tradução nossa):

Objetos institucionais são objetos dependentes do bem cuja objetividade depende do bem que se presume produzir por meio das práticas que proporcionam, um bem cuja produção depende do objeto (cf. Figura 1). A objetividade de um objeto institucional não está presente apenas em sua coisa, mas também não pode ser separada dessa coisa. Passaportes, fronteiras e mísseis balísticos, por exemplo, são meios para a produção ou promulgação da soberania nacional, não apenas marcadores externos da autoridade soberana, mas seus constituintes produtivos. Eles não são apenas seus sinais; eles são seus símbolos materiais. Há uma ontologia e teleologia institucional específica incorporada a elas.

O “bem” relatado pelos autores, trata-se da substância institucional. Os objetos institucionais tem papel essencial na identificação das substâncias institucionais, que podem ser fenomenalizadas por meio de quatro momentos de valor descritos em seguida e ilustrados na figura 3.

Figura 3. A institucionalização da substância institucional por meio de quatro momentos de valor.



Fonte: Friedland e Arjaliès (2021).

A instituição do bem. Na verdade, a instituição do bem não seria exatamente a sua implantação prática, mas a crença nessa possibilidade. Acreditar que o bem que é realizável, e está disposto a produzi-lo com o apoio dos objetos institucionais, torna o bem instituído. Segundo Friedland e Arjaliès (2021, p.29, tradução nossa):

O momento da instituição é o estabelecimento de um bem, a crença de que um bem em particular é valioso e realizável, ideal e real. As pessoas precisam acreditar que o bem é uma ideia acionável imanente em formas particulares de práticas objetificadas que produzem o bem que presumem. Eles têm que imaginar que o bem pode existir e ser produzido por meio dos objetos institucionais. No momento da instituição, fato e valor são fundidos por meio da modelagem de objetos institucionais e das práticas que eles oferecem (...)

A produção do bem. A produção do bem tem relação direta com a prática, ou seja, as formas de produzir o bem. Isso também implica na definição de quais objetos institucionais serão utilizados para tal. É como e por quais meios a prática é materializada. Para Friedland e Arjaliès (2021, p.31, tradução nossa):

Consiste em fixar as práticas e os objetos pelos quais e por meio dos quais esse bem será produzido ou representado, pelo qual o bem será produzido, realizado ou materializado no mundo. A produção de um bem sempre implica formas específicas de práticas materiais em rede e em camadas. Os bens são críveis porque são materialmente acionáveis e são acionáveis porque são críveis. É nesse momento que os objetos e bens institucionais assumem uma relação co-constitutiva, de modo que os objetos se tornam parte de uma maquinaria simbólica, não de sinais arbitrários, nem de marcadores, mas de fabricantes ou constituintes do bem.

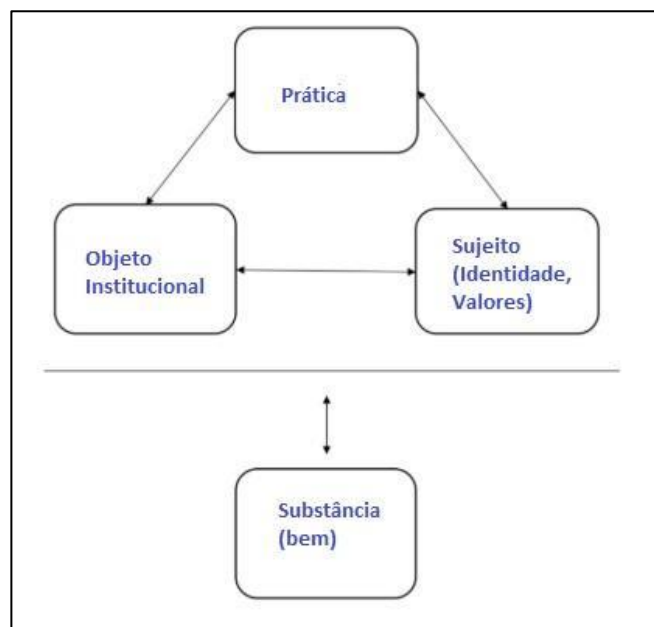
A territorialização do bem. O domínio de referência do bem, a que objetos e práticas um bem pode e se refere em suas instanciações. É nessa etapa em que se define quais objetos e práticas devem ser valorizados, estabelecendo o limite territorial que compõe a lógica.

A avaliação do bem. A etapa em que se verifica quão bom é o bem, as práticas e objetos por meio dos quais é determinado o valor em termos desse bem. De acordo com Friedland e Arjaliès (2021, p.34, tradução nossa):

(...) é o momento da avaliação, o estabelecimento de procedimentos pelos quais a presença ou ausência e, centralmente, o grau de bondade de um objeto, prática ou ser devem ser conhecidos e medidos. A avaliação, o acordo sobre até que ponto uma pessoa ou objeto participa desse bem, é fundamental para sustentá-lo. A avaliação aponta para a dimensão distributiva de qualquer valor, não apenas as condições de acesso a um valor, mas a mensuração desse valor, sua maior ou menor importância.

Com a colocação dos objetos institucionais como parte integrante e relevante no processo de análise de uma lógica institucional, a ilustração analítica da teoria constante na figura 2 ganha um novo elemento de análise, conforme a figura 4 abaixo:

Figura 4. Modelo de Lógicas Institucionais



Fonte: Friedland e Arjaliès (2021).

2.2.5 Estudos Empíricos sobre as Lógicas Institucionais

Ultrapassada a etapa conceitual, como os estudos sobre lógica institucional são aplicados na prática? Thornton *et al.* (2012) propuseram métodos como a triangulação, histórico de eventos, métodos interpretativos e tipos ideais. Este último seria constituído de modelos institucionais que poderiam ser utilizados como uma base para comparação com os tipos reais encontrados no contexto estudado. Friedland e Alford (1991) consideram como ordens

institucionais, que poderiam ser utilizadas como tipos ideais, o mercado capitalista, o estado burocrático, a família, a democracia e a religião. Apesar da existência dessas ordens institucionais, trata-se de apenas um modelo analítico, onde outras lógicas, em níveis maiores ou menores, coexistem na sociedade como um todo.

Desde os anos 90, foi publicado um número considerável de trabalhos empíricos sobre as lógicas institucionais. Haveman and Rao (1997) analisaram a forma de organização dos planos de poupança americanos, identificando uma mudança na lógica de investimento no setor. Mohr e Duquenne (1997) investigaram a lógica institucional do alívio social, durante o final do século XIX e início do século XX na cidade de Nova Iorque. Thornton and Ocasio (1999) avaliaram a lógica institucional do setor de publicações acadêmicas do Ensino Superior, concluindo que houve uma mudança gradativa de uma lógica editorial para uma voltada para o mercado, ao analisar o setor financeiro norte americano, constatou uma mudança de uma lógica regulatória para uma mais voltada para valores do mercado. Rao, Monin and Durand (2003) identificaram uma transição dos aspectos de identificação (retórica, regras, arquétipos, funções e organização dos menus) de chefs de elite e de culinária clássica, em conformidade com as transformações na política, nas artes, literatura, cinema, teatro, etc. Reay and Hinings (2005) concluíram que mudanças nas crenças e valores ocorreram no campo da saúde em uma cidade do Canadá, ao estudarem a lógica institucional dominante no setor. Meier (2008) centrou sua pesquisa no segmento futebolístico da Alemanha e da Inglaterra, encontrando um predomínio de lógicas institucionais voltadas para o amadorismo esportivo. Sonpar; Handelman; and Dastmalchian (2009) pesquisaram sobre o setor de saúde em uma área rural, onde revelaram uma substituição da lógica da qualidade do atendimento para a lógica baseada na eficiência do mercado. Friedland *et al.* (2014) estudou a lógica institucional do amor romântico, tendo como base uma universidade americana. Crubellate (2017) analisou a lógica institucional da auto constituição do cientista, identificando a essência da técnica como sua substância institucional. Na área Contábil, Wanderley e Souza (2019) examinaram as lógicas institucionais imersas no processo de adaptação intraorganizacional do Balanced Scorecard (BSC).

Apesar da relevância do tema dentro do campo de estudos organizacionais, uma série de trabalhos recentes vêm criticando a teoria das lógicas institucionais. Cruz (2016) questionou mais especificamente a utilização de tipos ideais no estudo de lógicas, argumentando sobre a impossibilidade de encontrar esses modelos na realidade. Entretanto, Reay e Jones (2016) salientaram em seu trabalho, e conforme consta na Tabela 1, que o método pode ser mesclado, e o uso de tipos ideais não precisa necessariamente ser identificado na realidade, pois servirá apenas como uma comparação com o que for encontrado em campo. Logicamente, o pesquisador necessita de atenção para não buscar o ideal no real, assim como nos trabalhos de tese científica, onde o ineditismo é essencial, mas o caminho é melhor percorrido quando temos uma base científica das teorias já levantadas. Alvesson, Hallett, & Spicer (2019) e Alvesson & Spicer (2019) levantam duras críticas sobre trabalhos envolvendo a teoria, argumentando que se tornou um termo tautológico utilizado para tudo e qualquer coisa, sem implicações e contribuições para teorias já existentes. Willmott (2015), acusa uma falta de utilização do poder na análise institucional, além da sua ausência de crítica. Friedland e Arjaliès (2019), entretanto, defendem que a tautologia não está nas definições, mas no mundo, e que a teoria fenomeniza os eventos observáveis, assim como qualquer teoria, como a da gravidade, por exemplo. Suas diferenças e combinações em fenômenos observáveis é que fundamentam os achados e distinguem os eventos. Além do exposto, argumenta que a teoria institucional é fundamental para a teoria crítica, pois fenômenos institucionais estão, na maioria das vezes, no cerne das análises críticas. Entretanto, Friedland e Arjaliès (2021) reconhecem que a teoria lógica institucional tendeu para uma abordagem imaterial e sem valor. Entretanto, novas formas de análise, como a incorporação dos objetos institucionais e dos momentos de valor na avaliação das substâncias institucionais, buscam tornar a teoria material e moral ao mesmo tempo, em convergência com a dualidade entre o simbólico e a prática.

Mesmo com a existência de críticas, a perspectiva lógica institucional continua ganhando espaço dentro dos estudos organizacionais, com trabalhos recentes em diversos departamentos, como a telemedicina (Oborn *et al.*, 2021), cinema (Hadida *et al.*, 2021) e mercados emergentes (Minbaeva *et al.*, 2021). A

teoria mostra que ainda pode contribuir de forma significativa dentro dos estudos organizacionais.

2.2.6 Capturando a Lógica Institucional da Corrupção

Como vimos anteriormente, lógicas institucionais são padrões históricos de práticas materiais e construções simbólicas que moldam o perfil em um determinado grupo social em um determinado tempo (Thornton e Ocasio, 2012; Friedland *et al.*, 2014). Vimos também que a lógica contém uma substância institucional que serve de base para as ações e valores da lógica institucional (Friedland *et al.*, 2019), assim como o objeto institucional, que corrobora a materialização dessa substância (Friedland e Arjaliès, 2021).

Dito de uma outra maneira, podemos concluir que a lógica institucional, como exposto na figura 4, é composta de práticas materiais, construções simbólicas, dos objetos institucionais e de uma substância institucional. Esses elementos são dispostos analiticamente, não sendo correto colocar uma “ordem” para sua aparição. Mas e a corrupção?

A corrupção surge aos olhos com a prática. Antes do ato corrupto, é claro, existe o aspecto simbólico que permite ao indivíduo agir de tal maneira. Entretanto, a corrupção é reconhecida socialmente quando existe a ação. Diversas práticas são caracterizadas como corrupção, tanto no nível legal como cultural, como o pagamento e o recebimento de propina, o caixa 2 de campanhas eleitorais, entre outros. Em teoria, temos o primeiro elemento exigido para existência de uma lógica institucional bem claro: as práticas materiais. Entender que práticas são relevantes para os padrões do ato corrupto é um dos propósitos desse trabalho.

O elemento, talvez mais central que compõe a lógica institucional, seria a substância, ou seja, segundo Friedland (2017), “o fundamento não observável e o princípio animador, de modo que sujeitos e objetos na prática podem aparecer em seu nome, como imagem ou representante, seus avatares e agentes consubstanciais”. Teoricamente, a lógica institucional inicia-se com uma substância, muitas vezes imperceptível para os próprios autores. Apesar de não serem facilmente observáveis, para Friedland e Arjaliès (2021), as substâncias

institucionais podem ser fenomenalizadas com o auxílio de outro elemento: o objeto institucional.

O objeto Institucional pode ser entendido como os meios necessários para institucionalização da lógica. No caso da corrupção, esse objeto pode ser qualquer artifício essencial e indispensável para que o ato seja concluído. Este objeto não necessita ser palpável, porém, muitas vezes, tal elemento pode representar a produção da substância, pela impossibilidade de dissociação entre o material e o valor intrínseco nele. Uma das propostas deste trabalho é, por meio dos objetos institucionais, identificar a substância por meio dos quatro momentos de valor (figura 3) elaborados por Friedland e Arjaliès (2021).

Quando falamos em amor, práticas editoriais, alívio social, entre outros temas, estamos lidando com algo aceito pela sociedade e de certa forma, legitimado. Contudo, quando se trata de corrupção, a busca pela substância institucional que motiva as práticas materiais e construções simbólicas parece um tanto desafiadora, pois não localizamos, até o momento, nenhuma pesquisa sobre lógicas institucionais envolvendo comportamentos desviantes. Essa substância existe? Sem ela, podemos caracterizar a corrupção como uma lógica institucional? Estas são perguntas que procuramos responder com esta pesquisa, por meio da análise relacional e de dualidades entre práticas, construções simbólicas, objetos institucionais e substância Institucional.

Já abordamos até agora as práticas, as substâncias institucionais e os objetos. Mas e as construções simbólicas?

Construções simbólicas remetem a aspectos culturais, crenças, entre outros fatores que ratificam um determinado comportamento materializado pela prática. Estes valores refletem a identidade do sujeito que pratica o ato. É o que ocorreu quando Friedland *et al.* (2014) avaliou a lógica institucional do amor, e identificou sentimentos e emoções que levavam os estudantes a adotar certas práticas como o casamento, o sexo, o carinho. Entretanto, quando falamos de corrupção, estamos tratando de um comportamento desviante, ou seja, algo que é socialmente reprovado. Então, quais aspectos culturais e simbólicos que permitem ao indivíduo legitimar o ato corrupto? Estudos como os de Anand *et al.* (2004) e Júnior *et al.* (2018) procuram entender como os corruptores racionalizavam a corrupção, ou seja, de que forma eles justificavam o comportamento desviante para ele mesmo. Acreditamos que por meio das

justificativas dos atores situadas nos mundos de Boltanski e Thevenot (1991), conforme subitem 2.2.2, podemos chegar aos elementos subjetivos por trás da prática. Afinal, a racionalização pode funcionar como uma “defesa” do autor para se eximir de um comportamento reprovado socialmente, usufruindo dos benefícios que o ato lhe propiciará. Segundo Vasey (2009), quando um ator não encontra uma justificativa socialmente aceita para praticar determinado ato, provavelmente ele não o fará. Ao justificar um ato ilegítimo perante a sociedade, os atores acabam levando à tona suas motivações que o levaram a praticar tal ação. Assim como nos acordos sociais descritos por Boltanski e Thevenot (1991), os delatores não deixam de tentar, de certa forma, legitimar suas práticas perante a Justiça, e acabam expondo as razões que os impulsionaram na decisão de participar dos atos corruptos.

Considerando todos os elementos que compõem a lógica institucional – práticas, construções simbólicas, objetos institucionais e substâncias institucionais, elaboramos um quadro analítico, conforme Figura 5, para capturar a lógica institucional da corrupção.

Figura 5. Elementos analíticos da Lógica Institucional da Corrupção

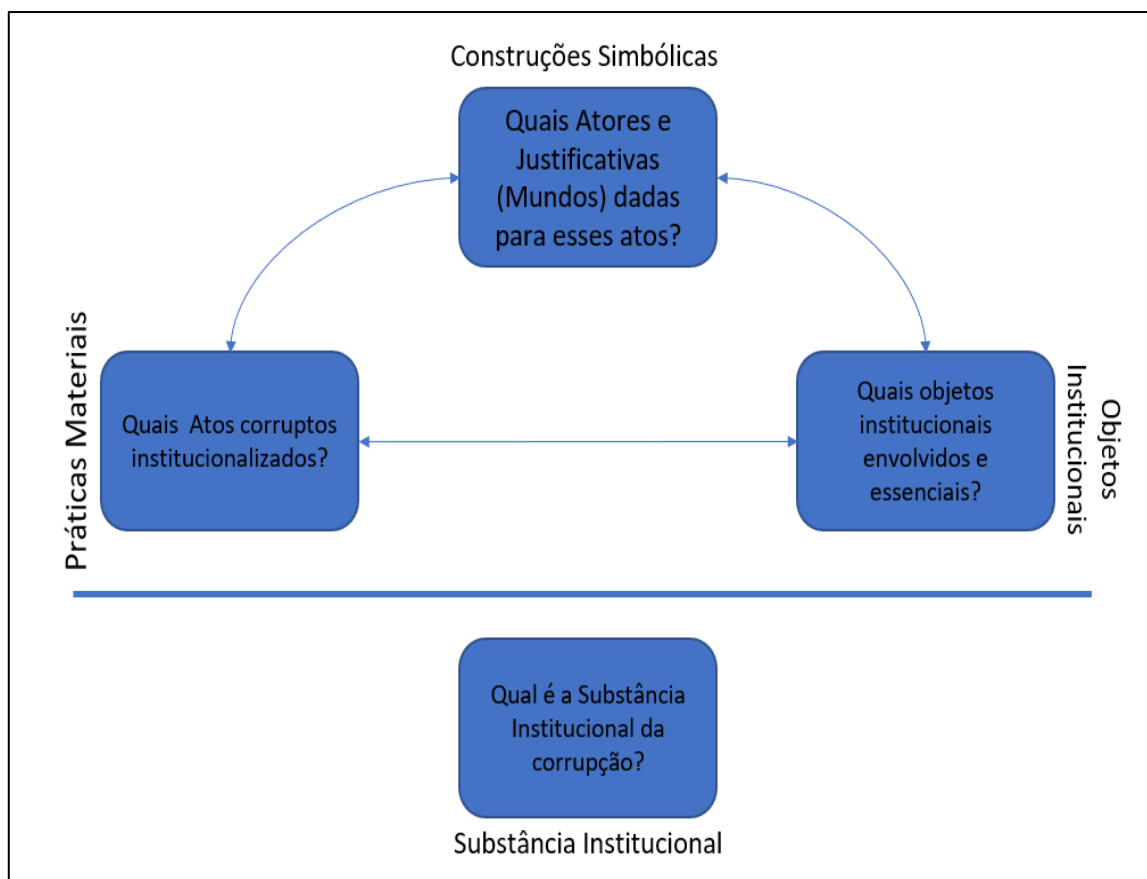


Tabela 2. Quadro Analítico da Lógica Institucional da Corrupção

Atores	Práticas	Objetos Institucionais	Justificativas (Mundos)	Substância Institucional
Diretor de Estatal/Empresa Pública	Aprovação de Leis com objetivos escusos;	Lei Escrita	Cívico	Amor
Dono de Empresa Privada	Aproximação de agentes públicos/políticos	Licitação Pública	Doméstico	Ganho
Doleiro	Caixa 2	Projeto	Opinião	Saúde
Empresa	Cartelização	<i>Offshore</i>	Industrial	Fé
Executivo de Empresa Privada	Cobrança de favores aos agentes públicos/políticos	Conta Bancária no Exterior	Inspiração	Diversão
Lobista	Cobrança de Propina	Contratos Fictícios	Mercado	Curiosidade
Marqueteiro	Fornecimento de Informações privilegiadas	Campanha Política		Interesse geral
Membro do Governo	Intermediação de Pagamento de Propina	Propina		Honra
Político	Pagamento de propina			Justiça
Partido Político	Recebimento de Propina			Individualidade
	Transferência externa de propina (evasão de divisas)			

A figura 5 e a Tabela 2 sintetizam nosso quadro analítico da lógica da corrupção : as ações corruptas são consideradas práticas materiais; as identidades, formadas pelos atores, e as justificativas destes para seus atos formam as construções simbólicas; os objetos institucionais são formados por coisas materiais ou não, que simbolizam e representam a lógica institucional da corrupção; a substância institucional da corrupção é o bem maior que dá a combustão para toda a existência desses elementos citados.

3. METODOLOGIA

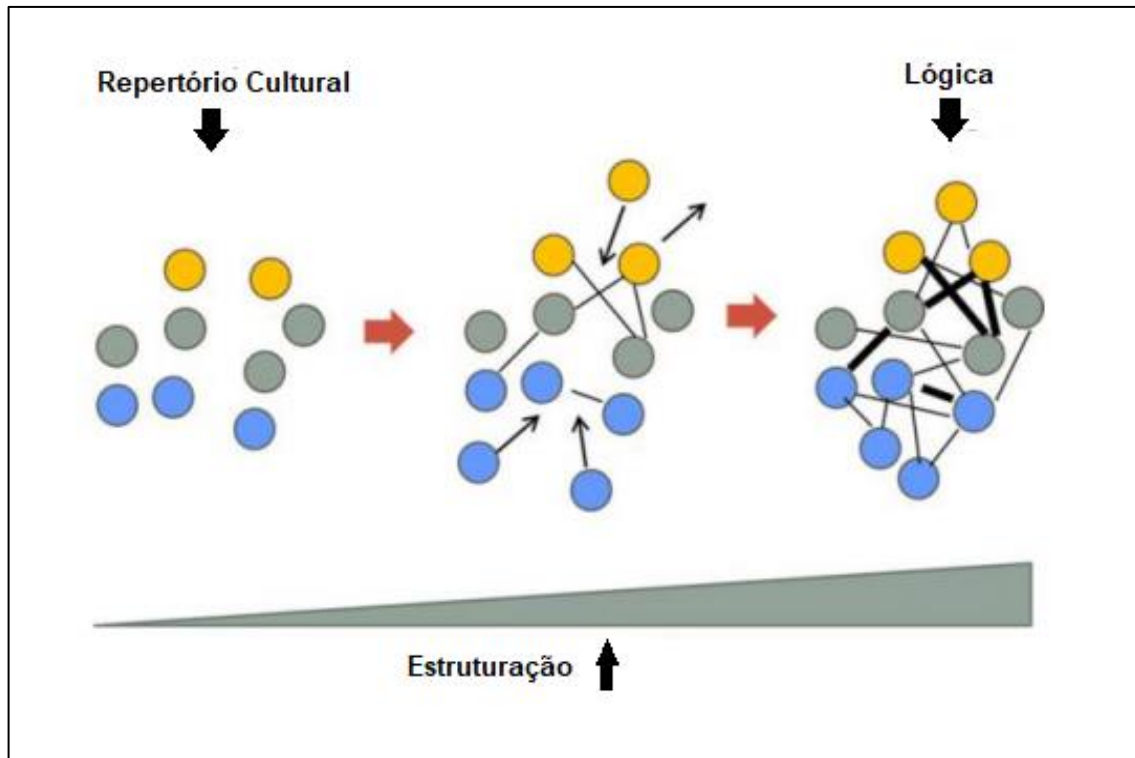
Este capítulo é dedicado a abordagem metodológica da pesquisa. No subitem a seguir, explicamos o método aplicado para análise desta pesquisa e suas etapas de execução, que são divididas em seis partes.

3.1 REPERTÓRIO CULTURAL PARA ESTUDO DE LÓGICAS

Para chegar a uma resposta para o problema de pesquisa, utilizamos a metodologia proposta por Weber *et al.* (2013), intitulada pelos próprios autores de repertório cultural, com o objetivo de chegar até a identificação da Lógica Institucional, que no presente caso, é a corrupção. Partindo de trabalhos anteriores de Weber (2005) e Swidler (1986), essa abordagem permite estudar vários aspectos da lógica como práticas materiais, subjetividade individual e relações sociais. Segundo esses autores, as lógicas institucionais são como blocos desses elementos que de alguma forma são interconectados, apresentando um padrão ou coesão entre eles. A metodologia proposta por Weber *et al.* (2013) permite então, de uma forma mais estruturada, organizar esses blocos e analisar suas relações, diferenciando um simples conjunto de elementos de uma lógica. A figura 6 mostra o esquema proposto por Weber *et al.* (2013) de forma simples e didática.

Os autores dividem o processo de captura da lógica em sete etapas: Conceituação dos Limites do Sistema Cultural; Identificação de Fontes de Dados; Identificação do Registro Cultural de Práticas, Identidades e Valores; Desenvolvimento de um Instrumento de Medição; Análise Textual; Mapeamento de Propriedades Agregadas e Mudanças nos Sistemas de Significado e Modelos Estatísticos Dinâmicos. Neste trabalho, iremos passar por todas as etapas, com exceção da última, uma vez que este estudo explora práticas dentro de um recorte temporal específico. Como o objetivo desta pesquisa visa a identificação de uma lógica, e não suas mudanças ao longo do tempo, a sétima e última etapa não representa uma perda em termos de resultados.

Figura 6. Esquema da Transição do Repertório Cultural para Lógica



Fonte: Weber *et al.* (2013).

A seguir, apresentaremos as seis etapas propostas por Weber *et al.* (2013), explicando os conceitos e as ações metodológicas de cada fase aplicadas neste trabalho. Na primeira etapa, os limites investigativos da pesquisa são expostos, ou seja, suas categorias de análise. Na segunda etapa, a fonte dos dados é apresentada. A terceira etapa mostra os critérios pelos quais encontramos as dimensões das categorias analíticas. Na quarta etapa, apresentamos de forma preliminar as metodologias de análise do texto. A análise textual, considerando critérios, cronologias e operacionalidade é detalha na quinta etapa. A sexta e última etapa envolve a operacionalização e análise das relações entre as categorias analíticas.

3.1.1 Conceituação dos Limites do Sistema Cultural

Segundo Weber *et al.* (2013):

Nossa abordagem para estudar lógicas toma como ponto de partida não a existência de uma lógica, mas de um sistema de significado cujo conteúdo e propriedades podem ser analisados para avaliar a presença e força de uma ou várias lógicas. A questão é, então, quais são os limites do sistema a ser analisado? O desafio para o pesquisador é identificar limites adequados, uma vez que a inclusão e exclusão de discursos e agentes institucionais afetam diretamente as propriedades do sistema. No entanto, pela própria natureza do significado sendo estudado como emergente em vez de pressuposto, os limites não são facilmente definidos.

Essa pesquisa tem como propósito entender a Corrupção por meio da teoria das Lógicas Institucionais. Em outras palavras, na primeira etapa definimos até que ponto devemos avançar para alcançar os elementos que podem identificar a lógica da corrupção. Esse é um momento difícil para o pesquisador, pois estipular limites entre uma lógica e outra é algo muito complexo, uma vez que há concorrência, convergência, mudanças e transformações de lógicas todo o tempo na sociedade.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos uma combinação de atores, práticas, construções simbólicas formadas elas justificativas/mundos, objetos institucionais e substância institucional, provenientes do conceito de lógica institucional (Thornton e Ocasio, 2008; Friedland e Alford, 1991; Friedland e Arjaliès, 2021). Entendemos que por meio desses elementos, é possível identificar a lógica por trás do ato corrupto. Afinal, observaremos as práticas realizadas, as construções simbólicas, que são formadas pelos atores e suas justificativas/mundos, os objetos institucionais e por último, a substância institucional que forma a Lógica Institucional da corrupção. Estas, portanto, serão as categorias analíticas da pesquisa.

3.1.2 Identificação das Fontes de Dados

Apesar de ser algo trivial em qualquer análise metodológica, a fonte de dados precisa ser ressaltada, uma vez que a validade e consistência de resultados da pesquisa dependem de sua confiabilidade. Para Weber *et al.* (2013):

Os dados para analisar a possível construção e existência de uma lógica devem ser representativos ou abrangentes, ou influentes para os discursos em questão. Especialmente úteis são os dados que oferecem rastros em tempo real das comunicações produzidas por uma comunidade

específica, como jornais comerciais, listas de correio ou e-mail, entrevistas gravadas e documentos da empresa.

Buscamos dados diretamente das delações premiadas homologadas pelo Supremo Tribunal Federal - STF durante a operação lava-jato. O STF homologou cerca de 200 acordos de delação premiada, entretanto muitos deles permanecem em sigilo. Como amostra do total de delações, selecionamos 20 delatores, variando entre políticos, empresários, servidores, etc. Diante da impossibilidade de obtenção das delações transcritas, foram coletados vídeos de delações em canais abertos ao público, totalizando mais de 100 horas de gravações. Considerando os dados abertos e disponibilizados na internet, vinte delatores representam mais de 50% das delações não sigilosas. Após uma análise prévia, delações com períodos muito curtos de duração ou com poucas respostas detalhadas foram descartadas, pois agregariam muito pouco ao resultado final. Como muitas delações eram coletadas em partes por meio do YouTube, fizemos uma unificação das encontradas, utilizando o delator como critério. É possível verificar as delações eram divididas por assuntos, chamados de “anexos” pelo interrogador. Diante disso, vídeos coletados que envolviam o mesmo assunto ou anexo, foram compactados e revisados, com objetivo de complementar informações e evitar a ambiguidade.

Após essa etapa, a partir dos vídeos, as delações foram transcritas com o auxílio do software de reconhecimento de voz do Google. Muitos vídeos apresentavam problemas com ruídos ou baixa qualidade de som, motivo pelo qual todas as transcrições automáticas realizadas pelo Google foram revisadas e corrigidas, quando necessário. Também retiramos todas as conversas paralelas que ocorriam durante o interrogatório. As transcrições foram registradas no software Excel, totalizando mais de 400 páginas. A unidade de observação que utilizamos são os trechos das delações premiadas feitas pelos praticantes do ato corrupto.

Após as transcrições, as delações foram registradas individualmente, ou seja, por delator, convertidas uma a uma em cada planilha de Excel. Na planilha, constavam informações como pergunta realizada pelo interrogador, nome do delator e resposta do delator. Por fim, as delações foram unificadas em um arquivo, onde em cada trecho foi identificado também o delator e a questão originária. A Tabela abaixo exemplifica como as delações foram organizadas.

Tabela 3. Exemplo de como as delações foram transcritas e organizadas

ID	Questão	Delator	Trecho
1	Eu queria que você fizesse um histórico pessoal do Senhor, principalmente no que diz respeito aos aspectos desses termos de colaboração.	Alexandrino Alencar	Tenho 68 anos de idade. sou formado em química em 1970. Sou formado em direito em 1985. Minha carreira basicamente é uma carreira, digamos os 30 primeiros anos, que comecei a trabalhar em 1971, foi em...
2	Mas especificamente no grupo Odebrecht, eu gostaria que o senhor explicasse...como é que era a operação no que diz respeito a sua atuação?	Alexandrino Alencar	Quando tinha alguma demanda necessária eu acionava as pessoas do setor de Operações estruturadas. Eu não sabia como funcionava. Eu não sabia dessa...
25	A partir de quando o senhor começou a trabalhar nesses escritórios?	Alberto Youself	são Gabriel eu comecei a trabalhar nele em 2008 e só depois do fechamento desse escritório... 2008, 2009... só depois do fechamento desse escritório...

Por serem acordos onde não é possível ficar em silêncio e somente a verdade pode ser dita, as delações fornecem maior confiabilidade nos discursos do que simples entrevistas ou depoimentos, principalmente por tratar-se de condutas criminosas, o que foi decisivo na escolha dessa fonte de dados. Podemos ratificar essa informação comparando as delações com depoimentos realizados pelos delatores anteriormente. Nos depoimentos, há uma liberdade maior para omitir ou protelar o acontecimento dos fatos. Muitos delatores, após a homologação da delação premiada, passaram a sair da auto defesa e detalhar mais os fatos ilícitos.

3.1.3 Identificação do Registro Cultural de Práticas, Identidades e Valores

O terceiro momento do repertório cultural envolve justamente identificar os elementos culturais analíticos e como captura-los operacionalmente, por meio da linguagem, que no nosso caso, são os textos. Segundo Weber *et al.* (2013): “As categorias culturais são latentes e devem ser extraídas do uso manifesto das palavras no texto”.

Para identificar categorias culturais, Weber *et al.* (2013) argumentaram que pesquisadores tem três opções fundamentalmente distintas, conforme tabela 4 a seguir.

Tabela 4. Tipos de Análise Metodológica de Lógica Institucional

Método	Descrição
Abordagem Dedutiva	A categorias são definidas a priori com base em estudos existentes, mas identificadas no corpo textual.
Abordagem Indutiva - qualitativa	Usa procedimentos qualitativos-interpretativos padrão, como codificação temática, ou abordagens de codificação mais estruturais encontradas na teoria semiótica e retórica (Feldman, 1995; Manning, 1987; Weber, 2005). O pesquisador vasculha os dados e se vale do insight interpretativo para entender as categorias usadas pelos produtores do discurso
Abordagem Indutiva - quantitativa	Usa procedimentos computacional-algorítmicos para identificar categorias de conceito. Mais comumente usada em ciência da informação e linguística computacional, essa família de métodos usa análises estatísticas de frequências de palavras no corpus de texto, padrões de coocorrência e regras linguísticas universais para extrair estruturas de significado latentes do corpus de texto

Fonte: Adaptado de Weber *et al.* (2013)

Nossa pesquisa utilizou métodos mistos de análise, como veremos a seguir.

Utilizamos a abordagem Dedutiva ao definir nossas categorias analíticas, uma vez que os elementos da lógica institucional estão bem definidos na literatura. Eles definem o ponto de partida da nossa análise.

Após a definição das categorias analíticas, a abordagem indutiva entra em cena. Isso porque por meio da análise das relações, levantamos as dimensões dentro de cada categoria analítica, conforme tabela 5.

Tabela 5. Dimensões extraídas das Categorias Analíticas

Categorias Analíticas	Dimensões	Codificação	Crítérios
Atores	Diretor de Estatal/Empresa Pública;	a.diretor_estatal	Funcionário público ocupante de cargo de direção ou chefia em Instituição Pública
	Dono de Empresa Privada;	a.dono	Dono ou Presidente de empresa privada que tem negócios com o Estado

	Doleiro;	a.doleiro	Pessoa que faz transações com conversão de moedas no mercado não oficial.
	Empresa;	a.empresa	Organização privada com negócios com o Estado
	Executivo de Empresa Privada;	a.executivo	Chefe de Departamento ou ocupante de cargo de chefia em Organização privada.
	Lobista;	a.lobista	Pessoa que exerce influência sobre organizações privadas e figuras públicas do cenário político brasileiro.
	Marqueteiro;	a.marqueteiro	Pessoa encarregada de gerenciar campanhas políticas ou tratar da imagem de políticos brasileiros.
	Político;	a.político	Pessoa que exerce cargo político.
	Partido Político;	a.partido	Coligação Política brasileira.
	Membro do Governo.	a.membro_gov	Pessoa que exerce cargo dentro do governo, seja ele estadual, municipal ou federal.
Práticas	Aprovação de Leis com objetivos escusos;	p.aprovar_leis	Menção a alguma lei, medida provisória ou legal com função de favorecer determinada empresa ou grupo de empresas;
	Aproximação de agentes públicos/políticos;	p.aproximar_de_agentes	Estabelecimento de contato com agentes públicos ou políticos para obtenção de vantagens ilícitas mediante propina; Aqui se trata de uma aproximação inicial, ou seja, contatos futuros não são mais enquadrados nessa prática.
	Caixa 2;	p.fazer_caixa_2	Recursos não contabilizados aos Órgãos oficiais que são legalizados por meio de negócios fictícios;

	Cartelização;	p.cartelizar	Quando duas ou mais empresas se juntam para combinar preços e ganhar licitações, simulando uma concorrência que não existe.
	Cobrança de favores aos agentes públicos/políticos;	p.favorecer	Quando, por pagamento de propina. Alguém cobra favores a agentes públicos/políticos, como aprovação de leis, convencer outros agentes, ou tomar medidas que favoreçam a empresa.
	Cobrança de Propina;	p.cobrar_propina	Quando alguém pede dinheiro a outra, em troca de ajuda, apoio, ou por favores ilícitos prestados.
	Fornecimento de Informações privilegiadas;	p.fornecer_inf_privilegiado	Forjar documentos para obtenção de vantagens.
	Intermediação de Pagamento de Propina;	p.intermediar_propina	Fornecer informações sigilosas ou antecipar essas informações mediante vantagem indevida.
	Pagamento/Recebimento de Propina	p.pagar_ou_receber_propina	Quando recebe e paga propina em nome de terceiros; Pagamento de propina em troca de vantagem indevida.
	Transferência externa de propina (evasão de divisas);	p.evadir_dinheiro	Recebimento de propina em troca de praticar algum ato ilícito em favor do pagante.
Justificativas/Mundos	Cívico	m.civico	Justificativa de ato ilícito utilizada pelo ator que remete ao mundo cívico: para o bem da comunidade, povo, população; direitos humanos ou civis; bem coletivo.
	Doméstico	m.domestico	Justificativa de ato ilícito utilizada pelo ator que remete ao mundo doméstico: para o bem da família e grupos de

			afinidade; hábitos tradicionais familiares; moralidade.
	Fama	m.fama	Justificativa de ato ilícito utilizada pelo ator que remete ao mundo da opinião (fama): para o bem da sua reputação perante o público; honra; popularidade; status.
	Industrial	m.industrial	Justificativa de ato ilícito utilizada pelo ator que remete ao mundo Industrial: eficiência no trabalho; cumprimento de deveres; otimização da sua função; ser um bom funcionário perante seu chefe.
	Inspiração	m.inspirado	Justificativa de ato ilícito utilizada pelo ator que remete ao mundo da Inspiração: inovação; criação; sair da curva; fazer algo diferente.
	Mercado	m.mercado	Justificativa de ato ilícito utilizada pelo ator que remete ao mundo do Mercado: obtenção de lucro; obter benefícios próprios na disputa; vencer a concorrência; oportunismo nos negócios.
Objeto Institucional	Lei Escrita	o.lei	Lei; Medida Provisória; Decisão administrativa (Portaria; Normatização), desde que tomada por entidade pública
	Licitação Pública	o.licitacao	Compra Pública com empresas privadas, independente da modalidade
	Projeto	o.projeto	Projeto de obra, construção envolvendo empresa privada e Estado antes da licitação;
	<i>Offshore</i>	<i>o.offshore</i>	Empresa aberta no exterior, em paraísos

			fiscais com pouco ou nenhum imposto
	Conta Bancária no Exterior	o.conta_ext	Conta bancária aberta no exterior
	Contratos Fictícios	o.contratos_fic	Contratos de serviços ou compra e venda fictícios, utilizados para lavagem de dinheiro.
	Campanha Política	o.campanha	Campanha eleitoral para cargos políticos.
	Propina	o.propina	Dinheiro proveniente de atos ilícitos.

Classificamos a captura das dimensões como indutiva pois, só identificamos as mesmas após leitura e análise das delações. Uma minuciosa leitura das transcrições e observação de todos os vídeos permitiram o cumprimento desta etapa do trabalho. Para a categoria Atores, identificamos as dimensões por meio dos sujeitos das práticas corruptas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. As práticas foram identificadas como toda ação ilícita e relatada nas delações. As justificativas/mundos foram extraídas do trabalho de Boltanski e Thevenot (1991). Para os objetos institucionais, levantamos todos os artefatos, físicos ou abstratos, cuja existência é essencial para a existência do ato corrupto. Abordagens qualitativa e quantitativa também foram utilizadas, como veremos na próxima etapa.

3.1.4 Desenvolvimento de um Instrumento de Medição

Nesta etapa apresentaremos o instrumento de medição utilizado, explicando como mediremos o resultado e sua consequente validação. Para Weber *et al.* (2013):

Os instrumentos de mensuração permitem ao pesquisador representar um registro cultural por meio de palavras-chave e frases que refletem cada categoria (...) Guias de codificação para codificação manual e dicionários de codificação para codificação automatizada por computador fornecem regras para avaliar a presença de diferentes categorias em textos.

Com as categorias analíticas e as dimensões identificadas, e de acordo com a Tabela 1, utilizamos um método misto, envolvendo abordagens qualitativa e quantitativa como instrumento de medição.

A análise foi qualitativa, pois utilizamos a Análise Interpretativa para identificar nos trechos as dimensões previamente estabelecidas das respectivas categorias analíticas e suas relações. A Análise de Correspondência Múltipla também foi utilizada para avaliar as relações entre as justificativas/mundos e todos os elementos compõem a lógica institucional.

Paralelamente, também identificamos palavras-chave no texto, com base na codificação manual e na literatura, para identificar as dimensões extraídas em uma abordagem quantitativa. O método quantitativo se deu por meio da análise de frequência e da coocorrência, identificando nos trechos as palavras-chave e conseqüentemente, as dimensões.

3.1.5 Análise Textual

Nesta fase do trabalho, são expostos de forma mais detalhada o método de análise dos textos. A análise textual, nesse trabalho, foi feita basicamente de duas formas: análise interpretativa e por palavras-chave. Entendemos que ambos os métodos se complementam: na análise interpretativa, podemos capturar significados mais implícitos nos textos, difíceis de se identificar com uma única palavra. Já no método por palavras-chave, é possível utilizar o auxílio de softwares computacionais que além de economizar tempo, permitem capturar situações mais precisas que uma análise humana pode falhar e passar despercebida.

Para a Análise Interpretativa, utilizamos os critérios estabelecidos na Tabela 1 para identificar as dimensões em cada trecho das delações. A codificação foi feita manualmente, com a utilização do Excel. Inicialmente, foram complementadas na planilha das delações, constante na tabela 3, colunas com as dimensões identificadas, e as categorizações foram sendo inseridas nas respectivas células que identificam o trecho e a dimensão. Muitos trechos permitiam categorizar várias dimensões, principalmente pelo fato da prática, dos objetos, atores e justificativas comporem uma lógica. Por exemplo, quando o delator dizia “Paguei X reais de propina” você tinha nessa mesma frase a prática de *pagamento de propina* e o objeto institucional *propina* propriamente dito. A Tabela 6 abaixo cita alguns exemplos da codificação realizada. Diante da aparição de várias dimensões categóricas em um mesmo trecho, elaboramos

uma segunda planilha, onde alguns trechos foram duplicados, com o objetivo de separarmos as dimensões categóricas para uma avaliação detalhada de coocorrência, que veremos mais adiante com mais detalhes. Uma terceira planilha, com as dimensões categóricas dicotomizadas também foi elaborada, para realização da ACM.

Tabela 6. Exemplos de codificação das dimensões por Análise Interpretativa

Dimensão	Trecho encontrado nas delações
Caixa 2 (Prática)	“esse caixa dois a gente precisa ter.”
Propina (Objeto Institucional) / Pagamento de Propina	“Após aprovação do projeto formalizei com ele o pagamento de 3% do valor total que era de 920 milhões de reais”
Industrial (Justificativa)	“Doutor, eu recebi uma solicitação do presidente do conselho da empresa. Cumpriria com a maior eficiência possível. Ele me delegou essa missão e eu não iria subdelegar a ninguém.”

Paralelamente a Análise Interpretativa, fizemos a busca textual nos trechos das delações utilizando o software *KhCoder* por meio de palavras-chave previamente identificadas, conforme a Tabela 7. O *KhCoder* é um software gratuito utilizado para mineração e análises quantitativas de textos.

Tabela 7. Palavras-Chave das dimensões

Dimensões	Palavras para extração
Diretor de Estatal/Empresa Pública	agente público; Alan Kardec; Alexandre; Aloísio; Aníbal; diretor; diretoria; Fábio; Gás e energia; gerente; Graça; Foster; João Augusto; Paulo Roberto Costa; Paulo Roberto; Paulo; Vaccari; Victor Hugo;
Dono de Empresa Privada	açougueiro; Benjamin Duque; caipira; dono; Emílio Odebrecht; Emílio; Joesley; Marcelo Odebrecht; Marcelo; Norberto; Ometto; Rubens Ometto;
Doleiro	Alberto; Ceará; doleiro; intermediador; Leonardo; Mário; Olívio Rodrigues; Rafael Ângelo; Rodrigo Duran; Youssef;
Empresa	Andrade Gutierrez; Andrade; Braskem; Camargo Corrêa; Cerveny; duferco; empreiteira; empresas; JBS; Norberto Odebrecht; Odebrecht; OS África; Samsung; Serveng; Toyo Setal; Transpetro; UTC;
Executivo de Empresa Privada	Alexandre Wunderlich; Ananias Andrade; Augusto Roque; Benedito Júnior; Beto; Carlos José; César Rocha; chefe de setor; Cláudio Melo; Cláudio; engenheiro; executivo; Fernando Cavendish; Fernando Migliati; Henrique Valadares; Hilberto Silva; Hilberto; Isaías Ubiraci; José Carlos Bornezique; Júnior; líder empresarial; Lúcia Tavares; Lúcia; Luis Eduardo; Luiz Eduardo Rocha Soares; Márcio Faria; Márcio; Novis; Pedro Novis; Ricardo Saud; Rogério Araújo; Rogério; superintendente; Ubiraci;

Dimensões	Palavras para extração
Lobista	Lúcio; Lúcio Funaro;
Marqueteiro	João Santana; Mário Miranda; marketing; Mônica Moura; Mônica;
Membro do Governo	Ministro; Ministro das Cidades; Edson Lobão; Antônio Pallocci; Paulo Bernardo; Guido; Guido Mantega; Lula; Dilma; Rousseff; Italiano; Pallocci; Michel Temer; Temer; Eliseu; Eliseu Padilha; Gleisi; Padilha; Lupi; Fernando Pimentel; Ministro do desenvolvimento econômico;
Político	Aécio Neves; Aécio; agente político; Agnaldo Ribeiro; Alan Kardec; Albano Reis; Ângelo Lauria; Anibal; Antenor Caetano; Árabe; Arlequines; assessor; Assis Raupp; Benedito de Lira; bigode; Carlos Cruz; Cátia Abreu; Ciro Nogueira; Ciro; Delcídio Amaral; Delcídio; Deputado; Dimas; Dirceu; Edinho Silva; Edinho; Eduardo Braga; Eduardo Cunha; Eduardo; eliseu padilha; Eunício Oliveira; Eunício; Felipe Diniz; Fernando Diniz; Geddel; Gilberto Kassab; Gleisi Hoffmann; governador; governadora; Henrique Alves; Henrique; Humberto Costa; Ivo Dazon; Jader Barbalho; Jader; janene; João Augusto Henrique; João Vaccari Neto; José Sarney; Jucá; Lira; meia branca; Mestre; Meurer; Negromonte; Orlando Silva; Osvaldo; padrinho; Paulo Skaf; Pizzolatti; político; prefeito; Renan Calheiros; Renan; Roberto Sobrinho; Romero Jucá; senador; Sérgio Guerra; Simão Sessim; Skaf; Tião Viana; Tremito; Vaccari; Valdir Raupp; vereador; Walter Araújo; Yeda Crusius;
Partido Político	Coligação; Diretório; Partido Político; Partido; PC do B; PDT; PMDB; PP; PRB; PROS; PSDB; PT; Sigla;
Aprovação de Leis com objetivos escusos;	acelerar; Aprovar; benefício fiscal; BNDES; contrato; Dar sequência; debênture; Emenda; fazer e acontecer; ICMS; incentivo fiscal; IPI; lei; Medida Provisória; MP; nota técnica; Parcelamento; prazo curto; Projeto;
Aproximação de agentes públicos/políticos	agente; aproximar; canal; conexão política; conhecer; contato; estreita; influência; interface; liderança; porta de entrada; procurar; rede; relação; relacionamento; reunião;
Caixa 2	C3; caixa 1 travestido; Caixa 2; Caixa dois; fora de contabilidade; GVTEL; Itaipava; jesus.com; Magna; nota fiscal falsa; PACTRADE; piracicabana; Serviços não prestados; valores de câmbio; varig;
Cartelização	Camargo e Corrêa; cartel; cartelização; combinado; convite; OAS; proposta de cobertura; Queiroz Galvão;
Cobrança de favores aos agentes públicos/políticos	abrir mão; apoio; atenção especial; benefício; compensação; concessão; crédito; força; grande porte; importante; imposto; parcelamento; pedido; pleito; reforço; SMS; tema; texto;
Cobrança de Propina	ajuda; demanda; pedido; pedir;
Fornecimento de Informações privilegiadas	antecipada; informação; lista;
Intermediação de Pagamento de Propina	controle; distribuir; entregar; intermediar; intermediário; internalizado; operacionalizar; operar; transportar;
Pagamento de propina	%; acertar; bilhões; contribuição; contribuir; debitar; depositar; depósito; dinheiro; doação; doar; dólares; mil; milhões; pagamento; pagar; pago; pegar; propina; reais; saldo; valor;
Recebimento de Propina	%; acertar; bilhões; contribuição; contribuir; debitar; depósito; dinheiro; doação; doar; dólares; mil; milhões; pagamento; pagar; pago; pegar; propina; reais; receber; recebimento; saldo; valor;

Dimensões	Palavras para extração
Transferência externa de propina (evasão de divisas)	cabo; dólar; dólares; exterior; fora; <i>offshore</i> ; suíça; transferência; transferir;
Cívico	Brasil mais produtivo; comunidade; melhor para o Brasil; país como um todo; povo;
Doméstico	cerimônias familiares; família; fiel; filhos; honesto; honra; lealdade; pai; responsabilidade; seriedade; vergonha;
Opinião	atenção pública; desejo de ser reconhecido; formador de opinião; imagem pública; legitimação pública; marca; Opinião pública; personalidade; persuasão; populismo; publicidade; reconhecimento; reputação;
Industrial	competência; competir; confiança; corriqueiro; dar resposta; decisão; do trabalho; honrar; involuntário; missão; obrigação; ordem; regra imposta; regra; resultado;
Inspiração	Ansiedade de criação; calor; criatividade; emocional; espírito; fantasia; fantasma; fantástico; fascinação; gênio; ideia; inconsciente; intuição; irracional; mágica; memórias; mito; paixão; reflexo; religião; sentimento; sonho; sonhos; visão;
Mercado	círculo vicioso; concorrência; cultura; direito; financeiras; jogo; legítimo; lucro; máquina; negócio; operações sistema; vício;
Lei Escrita	Debêntures; fiscal; lei; Medida Provisória; medida; MP; Nota Técnica; Refis da Crise;
Licitação Pública	Belo Monte; contrato; convite; Fonte Nova; licitação; SMS;
Projeto	projeto; projeto de obra;
<i>Offshore</i>	<i>offshore</i> ;
Conta Bancária no Exterior	ákila; conta; exterior; fora; PKB;
Contratos Fictícios	Contrato Fictício; fictício; inexistente; nota fiscal; nota fria;
Campanha Política	campanha; doação; eleição; reeleição;
Propina	dinheiro; dólar; espécie; pagamento; propina; reais;

De um modo geral, utilizamos palavras que remetem ao significado da dimensão, assim como sinônimos ou equiparados. Para o objeto institucional *propina*, por exemplo, utilizamos palavras como “dinheiro” e “dólar” que eram mencionadas geralmente quando envolvia de alguma forma a existência de propina. Na dimensão de atores “Político”, utilizamos nomes próprios de pessoas na função, além de nomenclaturas triviais como deputado, senador, entre outros. Além desta extração manual, também utilizamos vocabulários da literatura, como por exemplo, palavras-chave para identificar as justificativas ou mundos de Boltanski e Thevenot (1991), além de outras terminações extraídas das pesquisas de Miranda *et al.* (2015) e Patriotta *et al.* (2011).

3.1.6 Mapeamento de Propriedades Agregadas e Mudanças nos Sistemas de Significado

De acordo com Weber *et al.* (2013):

A próxima etapa de nosso procedimento de análise consiste em mapear propriedades descritivas de um sistema de significado para avaliar até que ponto o sistema equivale a uma lógica. Uma escolha preliminar nesta análise é até que ponto os dados são agregados, por exemplo, desde o nível da frase até documentos, autores ou períodos de tempo. As decisões de agregação são conseqüentes, especialmente para o estabelecimento de redes associativas entre categorias culturais.

É nesta última etapa do repertório cultural que as relações entre as categorias são exploradas, com o objetivo de constatar a existência de uma Lógica Institucional.

Antes de avaliar relacionalmente as categorias analíticas, realizamos uma análise de frequência das categorias de forma individual, comparando tanto o método interpretativo quanto por busca de palavras-chave, com o objetivo de dar mais confiabilidade aos resultados encontrados.

Para identificar as relações entre as categorias analíticas, também utilizamos o método interpretativo e as buscas por palavra-chave, aplicando métodos de coocorrência e Análise de Correspondência Múltipla. Segundo Weber *et al.* (2013):

(...) coocorrência: duas categorias culturais que ocorrem concomitantemente em um certo número de palavras, ou na mesma frase, parágrafo ou documento, estão relacionadas entre si. Observe que a probabilidade estatística de duas categorias coocorrendo aleatoriamente em uma unidade de texto deve ser levada em consideração na interpretação de coocorrências. Essa coocorrência da taxa básica de categorias é, por exemplo, influenciada pela frequência total de cada categoria no corpus. O uso de coocorrências como medida de relacionamentos é baseado em uma noção de sistemas de significado como uma teia de associações entre categorias heterogêneas. A ideia é que se um autor de um texto usa dois conceitos próximos, essas ideias são vistas como relacionadas na mente do escritor. Por outro lado, se dois conceitos são usados em partes muito diferentes de um mesmo documento, ou em documentos diferentes, isso implica que o autor compartimentaliza esses conceitos; ou, se os documentos são produzidos por autores diferentes, os conceitos não estão integrados na mente dos indivíduos.

A coocorrência foi utilizada cruzando os achados da análise interpretativa e da mineração por palavras-chave. Para fazê-lo, utilizamos o software *KhCoder*, anexando a planilha do Excel e a categorização por palavras-chave por meio de um arquivo tipo *txt*. O índice de similaridade entre as categorias e dimensões foi o *Jaccard* para todas as análises de coocorrência. Na primeira análise relacional, utilizamos atores e práticas: atores por meio do método interpretativo e práticas utilizando as palavras-chave e vice-versa. Em seguida, acrescentamos na análise os objetos institucionais, adotando os mesmos métodos.

Após os resultados da avaliação entre as três categorias citadas no parágrafo anterior, acrescentamos as justificativas/mundos nessa avaliação relacional. Para isso, utilizamos a coocorrência entre a categoria justificativa/mundos e atores.

Em seguida, aplicamos a Análise de Correspondência Múltipla para identificar a relação entre as categorias já analisadas (atores, práticas e objetos institucionais) com as justificativas/mundos de Boltanski e Thevenot (1991), visando encontrar de forma relacional os elementos da Lógica Institucional. O método, ao converter uma matriz de dados, auxilia na interpretação das categorias utilizando o posicionamento no espaço vetorial (Benzécri, 1992). Essa abordagem permite, inclusive, uma melhor visualização gráfica das dimensões e das relações entre as categorias analíticas. Para a ACM, utilizamos o método interpretativo de categorização para as categorias analíticas, com exceção dos mundos, em que utilizamos a busca por palavras-chave.

Após a identificação das relações entre as categorias analíticas que envolvem a lógica institucional – práticas, construções simbólicas (identidades/justificativas) e objetos institucionais, realizamos a análise dos quatro momentos de valor (Friedland e Arjaliès, 2020) para identificar a substância institucional por trás dos elementos que compõem a lógica. Com todos os elementos identificados, por fim, elaboramos um modelo analítico unificado da lógica institucional da corrupção. A figura 7 ilustra as etapas metodológicas da pesquisa. A Tabela 8 traz um resumo das metodologias aplicadas no trabalho.

Figura 7. Imagem ilustrativa das Etapas da pesquisa

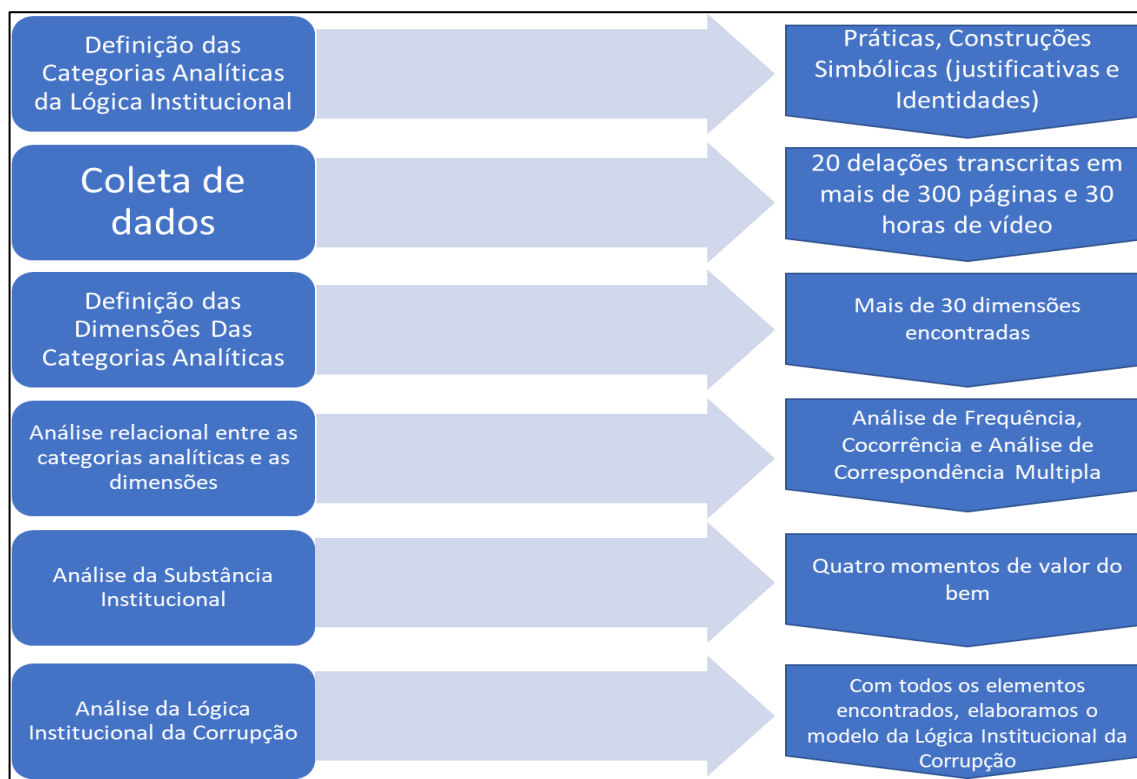


Tabela 8. Resumo das aplicações metodológicas

	Método de Extração das Dimensões	Análise Relacional com outras Categorias
Atores	Análise Interpretativa/Busca por Palavras-Chave	Cocorrência
Práticas	Análise Interpretativa/Busca por Palavras-Chave	Cocorrência
Mundos/Justificativas	Análise Interpretativa/Busca por Palavras-Chave	Cocorrência / Análise de Correspondência Múltipla
Objetos Institucionais	Análise Interpretativa/Busca por Palavras-Chave	Cocorrência
Substância Institucional	4 Momentos de Valor (Friedland e Arjaliès, 2021)	Interpretação Analítica

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentaremos os resultados encontrados após aplicação das etapas metodológicas descritas no capítulo anterior.

4.1 CATEGORIAS ANALÍTICAS: RESULTADOS PRELIMINARES

Apresentaremos em seguida resultados preliminares das categorias analíticas de forma individualizada. Dividimos as seções em atores, práticas, objetos institucionais e Construções Simbólicas: as justificativas por meio dos mundos. A substância institucional será analisada posteriormente, conforme figura 7.

4.1.1 Atores

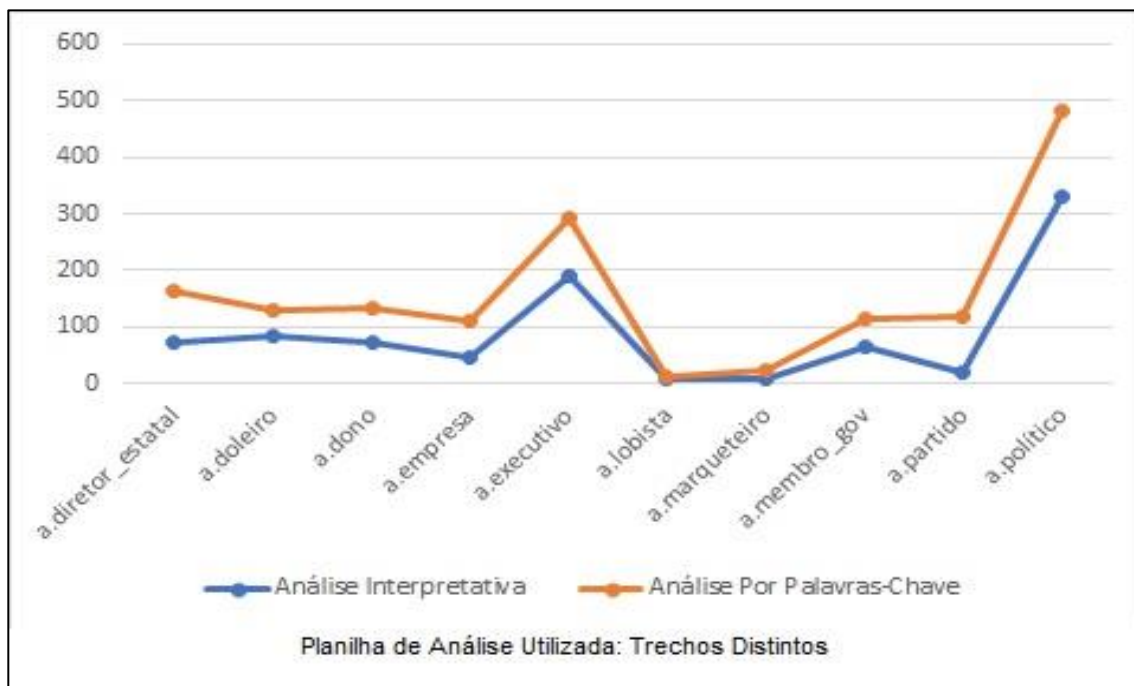
Utilizando análise de frequência das dimensões pelo método interpretativo e pela busca por palavras-chave, merece destaque os Executivos de Empresa Privada e os Políticos que ganharam ênfase e se mostraram mais frequentes e conseqüentemente mais atuantes nos casos de corrupção dentro da operação lava jato.

Após os atores em destaque citados no parágrafo anterior, os Diretores de Estatais/Empresa Pública, Doleiros, Donos de Empresa Privada e Membros do Governo aparecem em uma frequência mais ou menos similar. Vale ressaltar que “Empresa” e “Partido Político” foram identificados quando não foi evidenciado pelo delator qual político representava o partido ou qual ator representava determinada empresa. De toda a forma, se agregados aos atores “Executivo de Empresa Privada” / “Dono de Empresa Privada” e “Político”, respectivamente, não evidenciaria significância relevante que alterasse os resultados encontrados.

Outra questão que merece destaque é quando fazemos a identificação por palavras chave dos próprios atores que cometem a ação. No caso dos executivos de empresa privada, por exemplo, é mais complexo encontrar identificadores em uma só palavra que não sejam o próprio nome ou substantivo que qualifiquem a função. Entretanto, ao relatar os atos, as ações são narradas

em primeira pessoa, o que dificulta a identificação do ator. De toda a forma, os dois métodos utilizando mostraram um padrão de frequência similar, apesar das diferenças em números brutos. A figura 8 deixa isso bem evidente.

Figura 8. Frequência de Atores – Análise por palavras chave x Análise Interpretativa



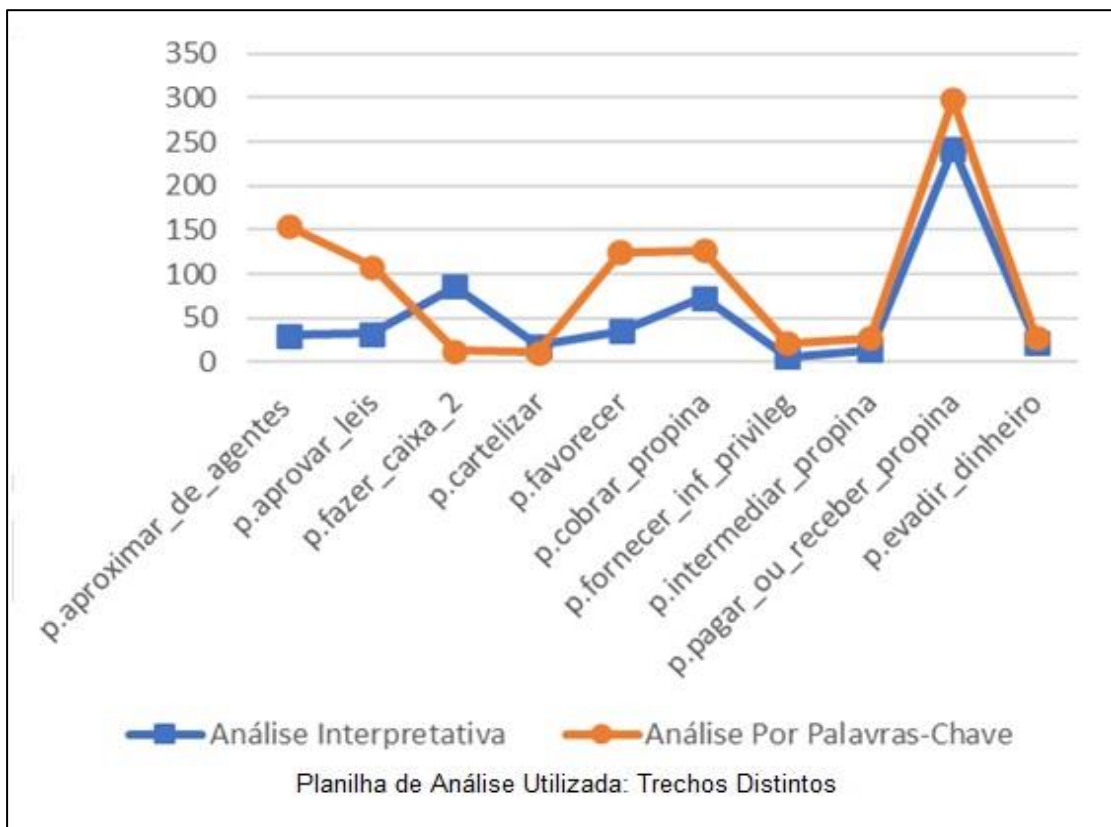
4.1.2 Práticas

Ao analisarmos as práticas, destacamos o Pagamento e o Recebimento de Propina como ações mais frequentes na prática de corrupção no contexto da Lava Jato. Cobrança de Propina e Cobrança de Favores a agentes públicos/políticos também foram ações muito vistas. É possível evidenciar que a troca de favores entre os atores, seja ele por meio de aprovação de leis, propina ou informações privilegiadas é muito comum neste contexto de práticas corruptas.

Apesar da análise por palavras-chave ter um resultado superior ao método interpretativo em números brutos, foi possível verificar que tanto nas duas formas de análise, os resultados foram muito similares, conforme mostra a figura 9. Uma das razões para isso, é que para esse tipo de categoria fica mais fácil a identificação de palavras chave, por se tratar de ações com verbos e substantivos mais específicos. A exceção, nesta categoria analítica, é o Caixa 2,

que houve uma inversão, com frequência superior no método interpretativo. Isso se deu, pois identificar a prática de Caixa 2 por meio de palavras-chave é mais complexo, pelo fato de existirem poucos termos que, de forma isolada, representam o ato.

Figura 9. Frequência de Práticas – Análise por palavras chave x Análise Interpretativa



4.1.3 Objetos Institucionais

Identificar um objeto institucional tem uma regra básica: se tirarmos ele de cena, provavelmente a lógica, envolta de práticas e valores, não acontecerá. Como relatam Friedland e Arjaliès (2021):

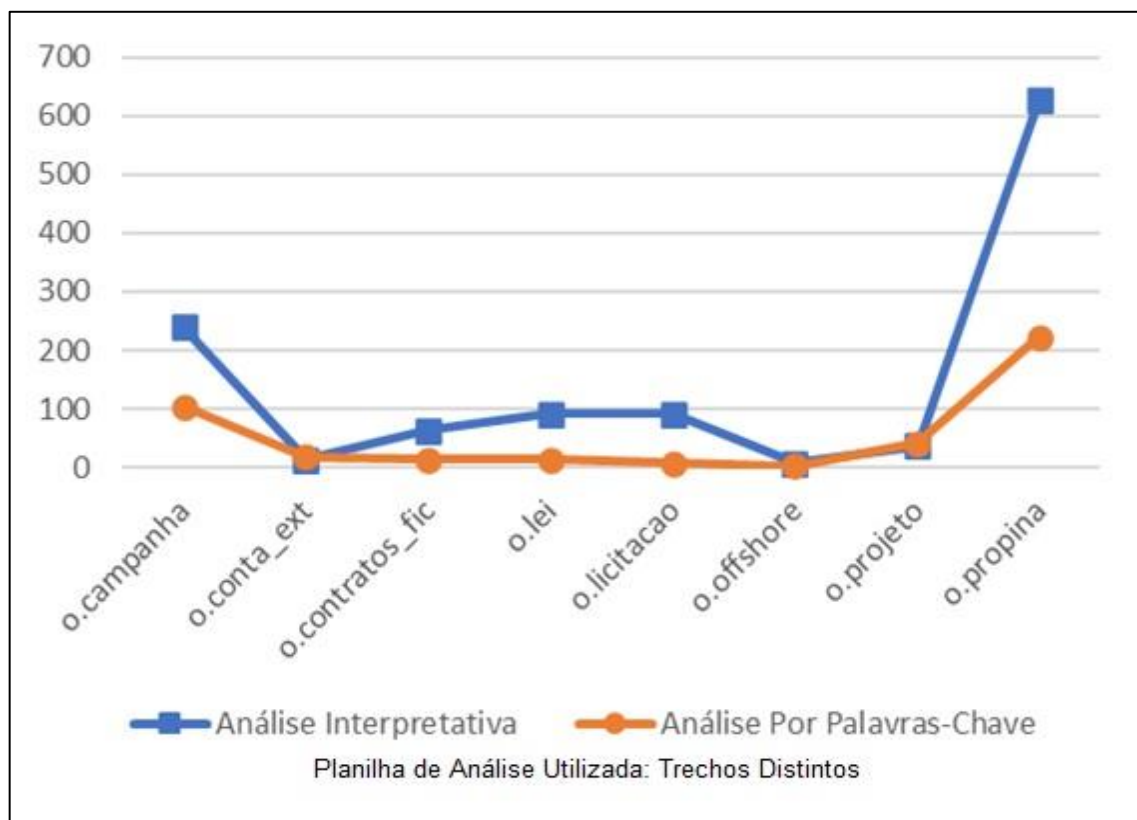
Alguns objetos são parte integrante de uma lógica institucional; suas práticas básicas não existem sem eles, como nas cédulas de papel e nas urnas de um lado e na votação secreta do outro

Os achados da pesquisa vão de encontro a teoria: muito difícil imaginar os casos de corrupção identificados na operação lava jato sem a existência da propina. A campanha política, por sua vez, tem papel importante pois costumava

ser o pretexto principal para a solicitação da propina pelos envolvidos. A Lei escrita e os Projetos representavam as ações que envolviam a necessidade de editar ou modificar determinadas leis ou normas para favorecer atores corruptos. As *offshores*, as contas bancárias no exterior e os contratos fictícios faziam parte do processo de operacionalização da lavagem do dinheiro ilícito e do caixa 2, sendo, portanto, fundamentais no ato corrupto.

Assim como nas práticas, os objetos institucionais apresentaram similaridade de resultados nas duas análises aplicadas, tanto na forma interpretativa como na busca por palavras-chave, conforme mostra a figura 10. Destacamos a “Propina” e a “Campanha Política” como objetos mais evidentes no contexto da corrupção. As frequências foram maiores no método interpretativo pois também identificamos as situações em que eles aparecem implicitamente, mas de forma incontestável. Podemos citar como exemplo, quando o delator diz que “paguei sim a ciclano”, sabemos que se trata de propina e que ela está oculta nesta frase, e nesse tipo de situação, a busca por palavras-chave não captura o termo.

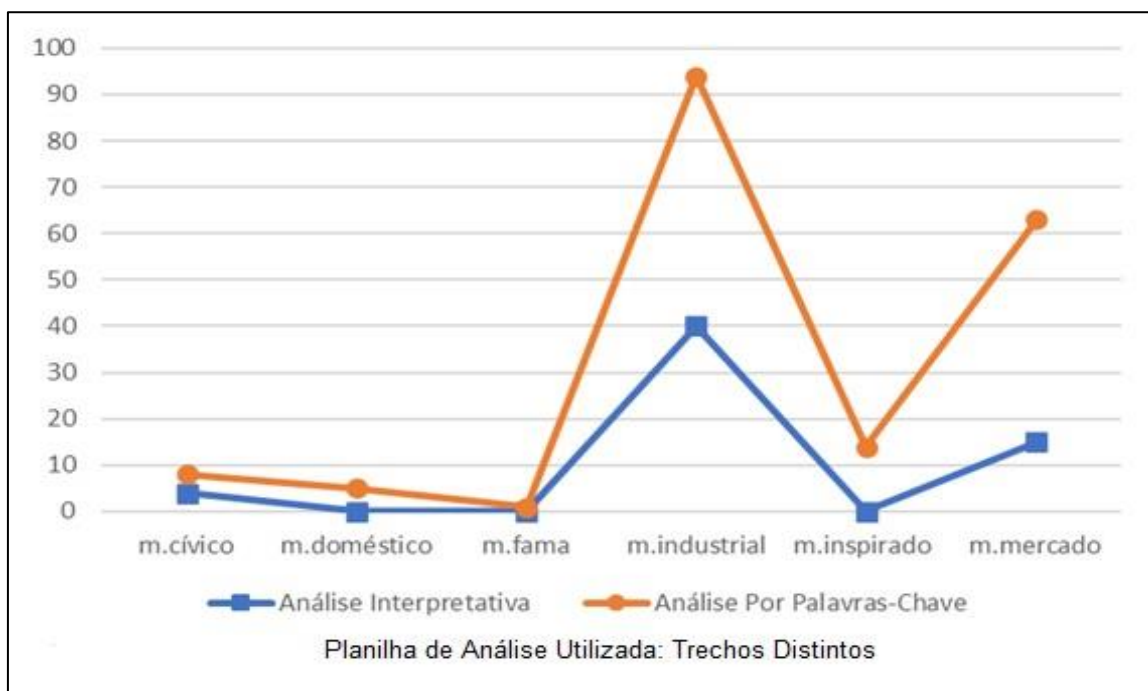
Figura 10. Frequência de Objetos Institucionais – Análise por palavras chave x Análise Interpretativa



4.1.4 Construções Simbólicas: as justificativas por meio dos mundos

Dos elementos que compõem a Lógica Institucional, as construções simbólicas são a parte mais complexa de capturar. Se considerarmos então práticas ilegítimas, a situação ainda se torna mais difícil. Mesmo que as delações premiadas da operação lava-jato não tenham o propósito inicial para identificar esse tipo de elemento, em alguns momentos da fase interrogatória os delatores acabam extravasando essas justificativas. Nesse ponto, as justificativas analisadas por meio das ordens de valor de Boltanski e Thevenot (1991) contribuem significativamente para identificar as razões que balizam e sustentam “de forma legítima” para o autor a prática ilegítima, como a corrupção. Essas justificativas revelam aspectos culturais, subjetivos e intrínsecos do ator que pratica uma determinada ação.

Figura 11. Frequência de Justificativas/mundos – Análise por palavras chave x Análise Interpretativa



Se comparamos em números com as outras categorias analíticas, as justificativas/mundos aparecem em escala muito menor diante dos motivos expostos no parágrafo anterior (ver Figura 11). Porém, os resultados pela frequência mostraram o mundo mercantil e o mundo industrial como principais balizadores da prática corrupta. Na análise interpretativa, destacam-se o mundo de mercado e industrial nos resultados. Analisando por palavras chave, o mundo

da fama e o inspirado também surgiram, mas em quantidade menos significativa. A captura dessas justificativas utilizando apenas palavras isoladas é um tanto difícil. Porém, os resultados chamam atenção para sua utilização, mesmo que de forma complementar a uma análise mais profunda sobre os aspectos culturais da lógica institucional.

4.2. ANÁLISES RELACIONAIS ENTRE AS CATEGORIAS ANALÍTICAS

A partir desse momento, analisaremos os elementos que compõem a lógica institucional de forma relacional, com o objetivo de evidenciar as associações entre atores, práticas, construções simbólicas e objetos institucionais.

4.2.1 Atores e Práticas

Iniciamos as análises relacionais desta pesquisa com atores e práticas corruptas. Vale destacar que não necessariamente o delator é o ator da prática corrupta, pois o mesmo também relata a participação de outros atores e conseqüentemente de diversas práticas. Entretanto, a presença de um ator remete a existência de uma prática.

Por meio da coocorrência, cruzamos os dados da análise de palavras-chave e interpretativa para ambas as categorias: atores e práticas. Isso gerou duas análises de coocorrência: atores (pelo método interpretativo) e práticas (pela busca por palavras-chave); e atores (pela busca por palavras-chave) e práticas (pelo método interpretativo). As figuras 12 e 13 expõem as análises.

Os resultados mostram que o Pagamento/Recebimento de propina é uma das práticas mais centrais do ato corrupto, envolvendo não somente os Executivos de Empresa Privada e os Políticos, que são mais frequentes e apresentam laços mais fortes, conforme figuras 12 e 13, mas também Diretores de Estatais, Partidos Políticos e Empresas. Isso vai de encontro ao grande volume de propina levantados na operação lava jato.

“Na verdade, o que fazíamos era: no momento em que o executivo recebia a demanda do pedido de pagamento de propina, e ele entendia que isso era importante, ele ia ao

setor de operação estruturada e pedia para que fosse planejado esse pagamento.” (Executivo de Empresa Privada);

É que são tantos. Bom, é muito pagamento. É difícil lembrar. (Executivo de Empresa Privada)

Outra prática muito central. a cobrança de propina parte em maior escala de Políticos/Partidos Políticos seguindo de Membros do governo e Diretores de estatais. Nas figuras 11 e 12, podemos ver os Executivos e Donos de Empresa Privada com relação direta nesta prática, pois nesse caso, eram os mais demandados na cobrança de propina e atuavam como agentes passivos.

“Para gente, na relação que eu criei, de certo modo, entra naquele favorzinho que ele acha que prestou para gente e na hora que for lá atrás ele vai dizer: e aquele assunto que resolvi...” (Dono de Empresa Privada)

“aí que foi a solicitação mais vultosa. Tinha um intermediário, lobista ou interlocutor, o nome que o senhor queira dar, entre a diretoria internacional da Petrobras, nomeada pelo PMDB, e a diretoria internacional. senhor João Augusto, procurou Rogério e falou: Olha, esse projeto é da diretoria internacional e para que ele caminhe, seja assinado, dentro dos trâmites normais, o partido precisa de uma contribuição expressiva nesse contrato.” (Executivo de Empresa Privada)

A aprovação de leis com objetivos escusos naturalmente tem como principais atores aqueles vinculados ao Estado, como políticos e membros do governo. Estes atores tinham influência direta na aprovação de medidas que beneficiavam os grandes empresários e em troca, cobravam propina na maioria dos casos. As empresas privadas seus donos e executivos também aparecem como ligados nessa prática, pois eram os mesmos pressionavam os agentes públicos para fazer tal ação.

“Isso se seguiu de uma maneira normal, sem nenhum percalço, até o acontecimento das medidas Provisórias, em um determinado momento, ele me faz um pedido. Cláudio, eu gostaria de contar uma simpatia melhor da empresa em relação a isso”. (Executivo de Empresa Privada)

“Ele (político) fez todo um apoio para que isso viesse. O governo tomou a decisão em 2015, na medida provisória 677. ele edita essa medida provisória para tentar solucionar o tema, que só foi solucionado em 2015. Essa reunião ocorreu em 2014.” (Executivo de Empresa Privada)

A aproximação de agentes públicos era uma prática muito comum no setor privado, sendo os executivos e donos de empresas privada como os mais ativos e os membros do governo, diretores de estatal e políticos os mais solicitados. Como a ação envolvem muitos atores, sua centralidade também é muito significativa.

A intermediação de pagamentos de propina e transferência externa desta, tinham uma relação mais direta com os doleiros, pois estes eram os responsáveis pela lavagem do dinheiro ilícito. Devido a essa quase que exclusividade da prática, sua centralidade foi uma das menores.

As análises interpretativas e por palavras-chave mostraram resultados complementares quanto aos lobistas, pois apesar da participação em intermediações de pagamento de propina e transferências externas destes recursos, também estavam ligados ao contato e aproximação de agentes públicos/políticos. O caixa 2 teve relação direta com empresas e executivos de empresa privada, pois eram esses atores que operacionalizavam e tentavam disfarçar para forma licita os pagamentos aos agentes públicos. Apesar de existir acusações de caixa 2 entre os agentes públicos, sejam eles políticos ou membros do governo, na lógica da corrupção, este era executado pelas empresas. Após o recebimento da propina, é possível que tais agentes efetuassem novas práticas ilícitas de caixa 2, porém em um momento onde o ato corrupto estudado nesta pesquisa já estava consumado.

“E o outro tema geral, como eu falei, a Braskem fazia contribuições... 3/4 delas eram Caixa 2 ou até mais” (Dono de Empresa Privada)

“Existia caixa 2 e não provindo diretamente da Construtora porque nós tínhamos uma área de operação estruturada que trabalhava na gestão e na montagem dos recursos necessários para prover caixa 2, Doutor.” (Executivo de Empresa Privada)

A cartelização também é uma atividade típica inerente às empresas privadas, e isso ficou claro nos resultados encontrados. Nas delações, é possível verificar explicitamente a combinação de lances nas licitações públicas visando a vitória da empresa escolhida entre os participantes do cartel. A cartelização também aparece muito atrelada a prática de fornecimento de informações privilegiadas, uma vez que era o meio utilizado pelos atores para operacionalizar os esquemas de fraude nas licitações.

“E a contrapartida dele (agente público), se a gente estivesse de acordo, é que a gente teria informações antecipadas do projeto (licitação)... Isso é antecipada, porque a gente já ia trabalhando, vendo outras dificuldades e facilidades, obter preço dos vários fornecedores, nessa gama toda de países... o que ele queria era isso, encontro a partir do pagamento de propina. (Executivo de Empresa Privada)

“e algumas vezes, eu passei a lista. A gente tem um sistema na Petrobras, chamado DIP. Documento interno da Petrobras. Então eu pegava e consultava esse DIP, que tinha sido encaminhado muitas vezes até por mim mesmo para de toda executiva, que copiava aquela parte da relação das empresas, colava no documento Word, e entregava para eles. depois da Petrobras colocou um bloqueio no sistema que toda vez que a pessoa entrasse e tirasse alguma cópia, ficava registrado. Aí eu copiava a mão.” (Diretor de Estatal)

“o prazo era curto Pois eram muitas planilhas para preencher em diversos países. Nós só conseguimos fazer pós Nós já tínhamos essas informações antes.” (Executivo de Empresa Privada)

O dono de empresa privada estava mais incumbido em ordenar e autorizar as práticas ilícitas, assim como fazer aproximação de agentes públicos, geralmente do alto escalão, para cobrar de favores e conseguir aprovações de leis e normas em seu benefício. Como era muito demandado pelos políticos e membros do governo, também muito relacionado com a cobrança de propina. Os executivos costumavam operacionalizar os pagamentos e recebimentos de propina.

“Ele pediu exclusivamente, “meu pai, se o presidente pudesse dar um alô ao Guido para que ele olhasse isso, esses

interesses aí dessas empresas, verificasse se o assunto tinha pé e cabeça que eu, pelo que ele tinha me dito, tem. Se tiver presidente, por favor verifique o que é que é possível ser dado de força para que o Guido possa deslanchar e resolver esse assunto. Esse foi no fundo a essência do pedido.” (Dono de Empresa Privada).

“Não saberia dizer se ele sabia ou não sabia (MP), eu sei que ele ouviu e disse: vou falar com o Guido para verificar e qualquer coisa lhe falo.” (Dono de Empresa Privada)

“E o Aécio pediu um encontro comigo, Marcelo estou precisando daquele recurso para campanha, sei que você já fez essa doação de cinco milhões, via comitê, só que eu preciso.” (Dono de Empresa Privada)

“eu acho que aí as contribuições que Júlio deve ter acertado, e até foram incentivados por mim, era mais olhando a questão do projeto futuro de Aécio. Eu comecei a ter relação com ele, então...” (Dono de Empresa Privada)

Os marqueteiros, por sua vez, apesar de serem pouco citados, apareciam principalmente quando se tratava de transferências de recursos para o exterior e quando cobravam propina. Eles entravam no circuito do ato corrupto quando necessitavam da operacionalização da prática ilícita.

Figura 12. Coocorrência – Práticas (Análise interpretativa) x Atores (Palavras-chave)

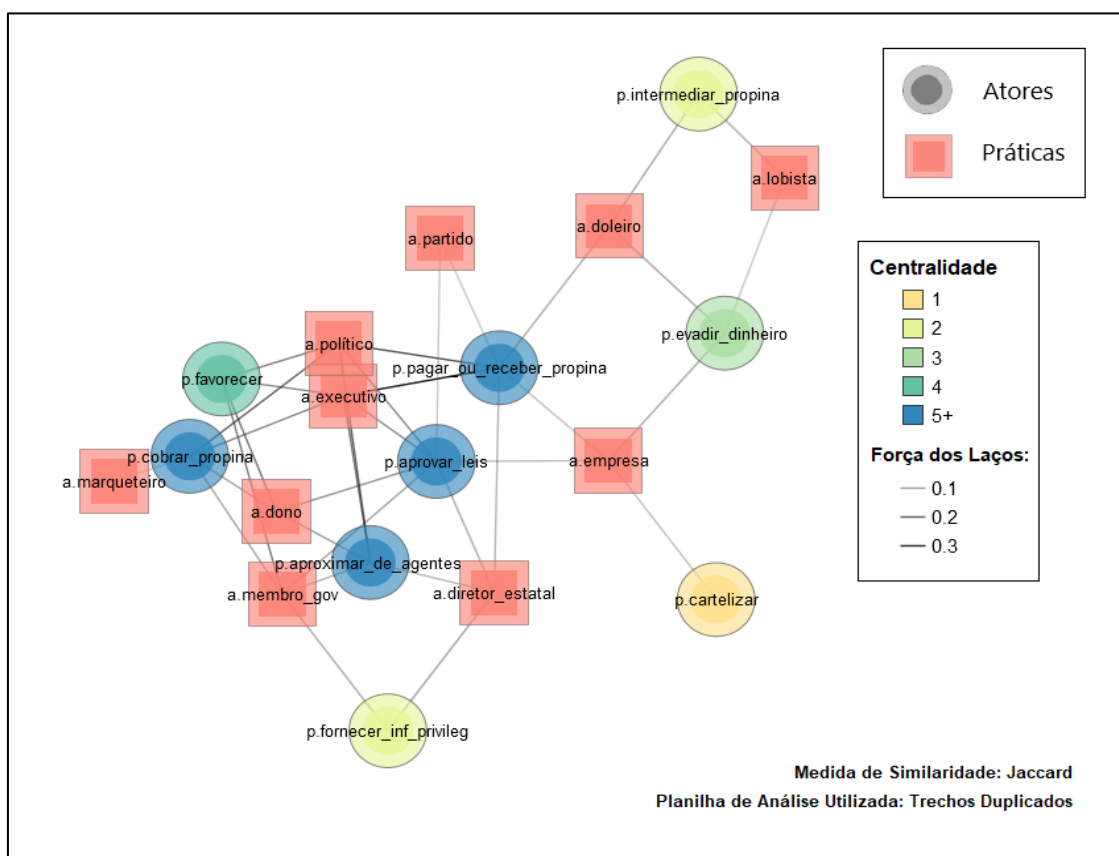
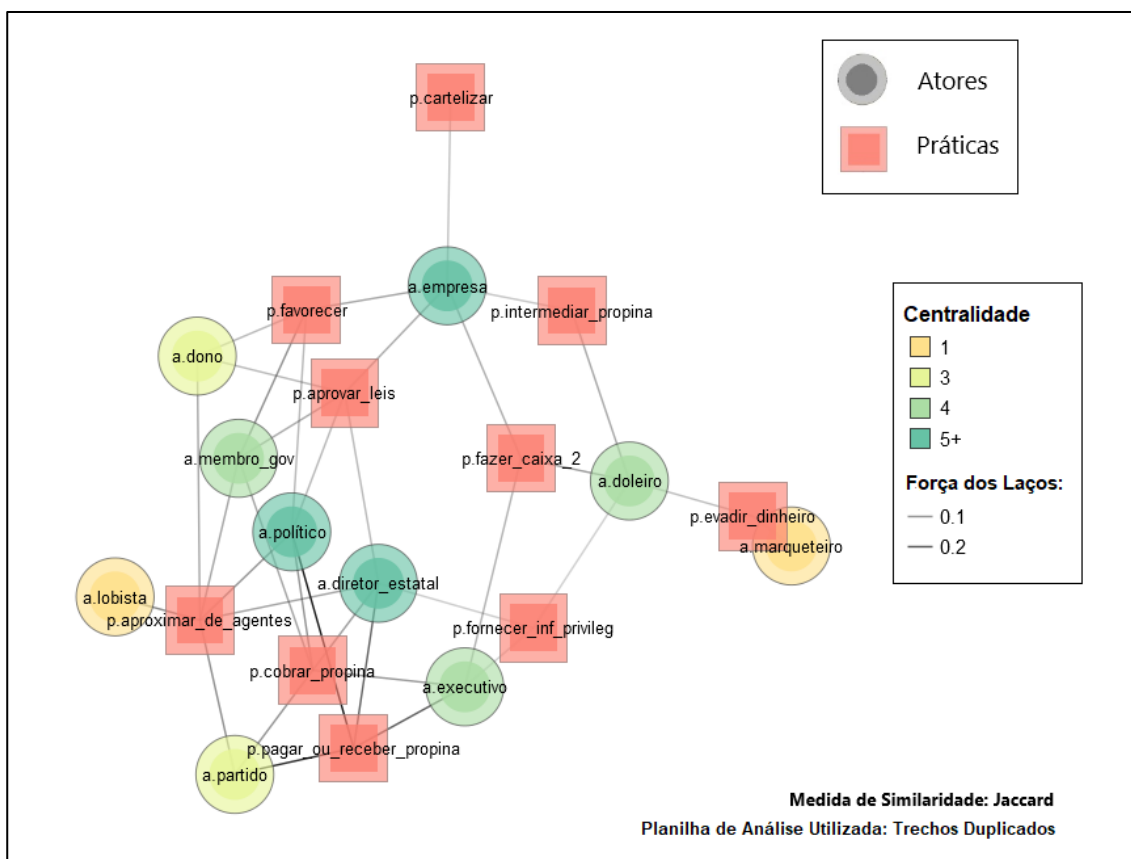


Figura 13. Coocorrência – Atores (Análise interpretativa) x Práticas (Palavras-chave)



4.2.2 Atores, Práticas e Objetos Institucionais

Nesta etapa do trabalho, analisamos a relação dos objetos institucionais com as práticas e atores. Para esta avaliação, fizemos três análises relacionais: objetos institucionais, por meio das palavras-chave, e práticas, utilizando o método interpretativo; objetos institucionais, por meio das palavras-chave, e atores, com o método interpretativo; por último, avaliamos os objetos institucionais, por meio do método interpretativo, e práticas mais atores, utilizando a busca por palavras-chave. Essas variações são importantes para dar consistências às relações encontradas. As figuras 14, 15 e 16 ilustram os resultados que relatamos a seguir.

Figura 14. Coocorrência – Práticas (Análise interpretativa) x Objetos Institucionais (Palavras-chave)

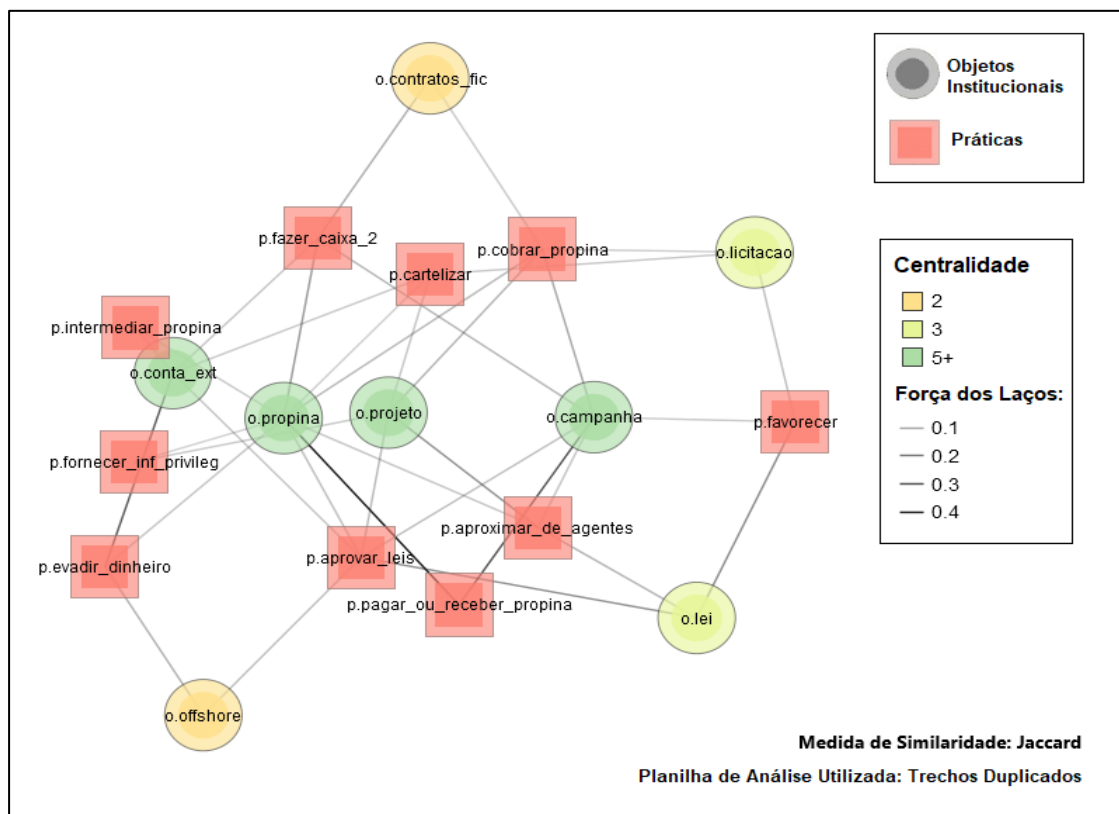


Figura 15. Coocorrência – Atores (Análise interpretativa) x Objetos Institucionais (Palavras-chave)

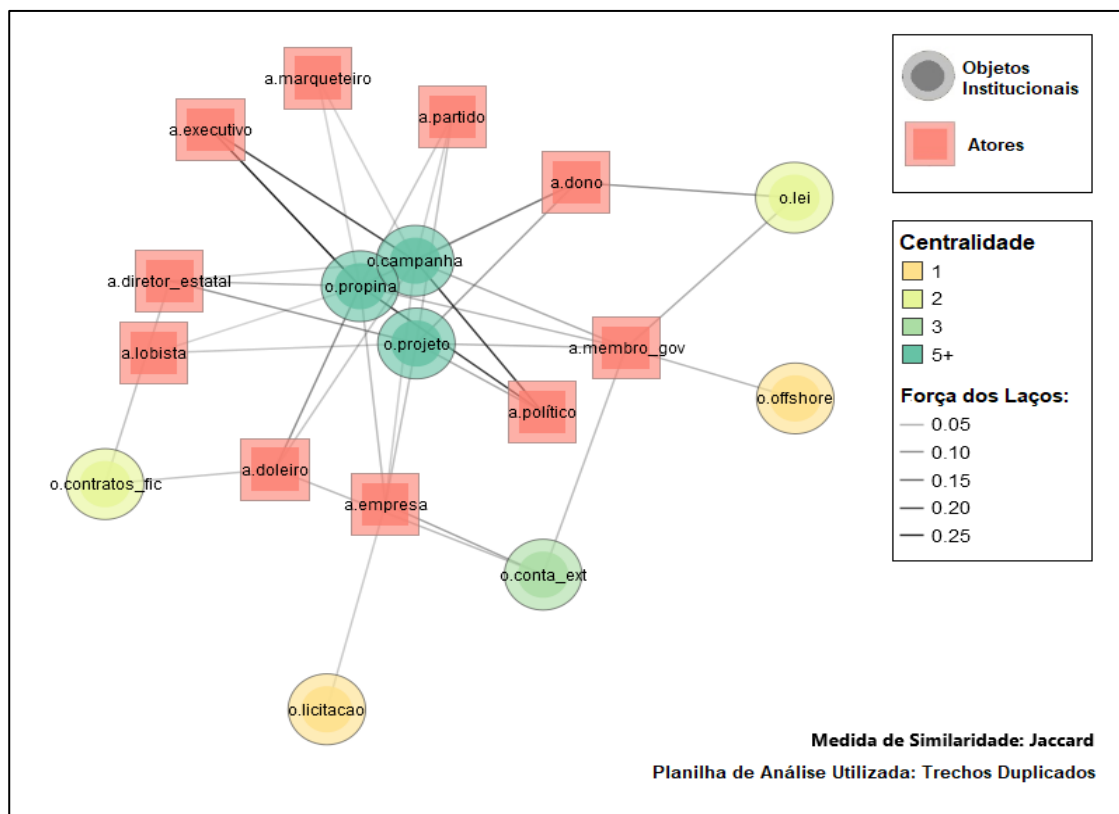
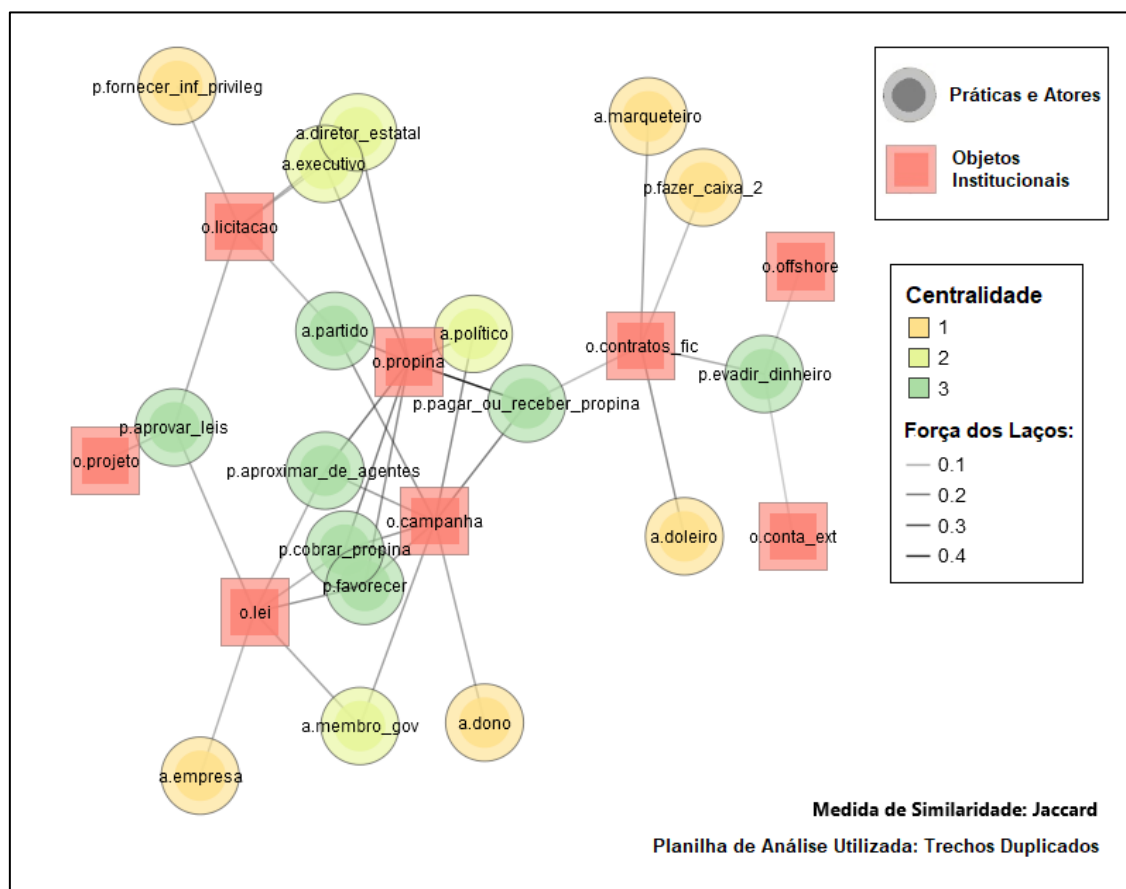


Figura 16. Coocorrência – Objetos Institucionais (Análise interpretativa) x Práticas e Atores (Palavras-chave)



Quando olhamos para a centralidade dos objetos institucionais, destacam-se a propina, a campanha política, os projetos e as contas bancárias no exterior.

Dentre os citados, ambos os resultados mostraram a propina como principal objeto institucional, pois além de sua grande frequência relatada em no subitem 4.1.3, tem laços com praticamente todas as práticas de corrupção e com a grande maioria dos atores. Destaca-se os laços fortes entre a propina e os executivos de empresa privada e os políticos. É fácil entender a propina como objeto institucional da corrupção, afinal, sem a mesma, a prática da corrupção não existiria nesse contexto.

“além do parcelamento normal, foi feito de algumas maneiras a pedido das empresas o que resultou, não nas extraordinárias colaborações e propinas que eles propunham

no início, dado que o processo original foi negado, mas resultou umas propinas importantes”. (Membro do Governo)

“Se fosse uma propina do projeto em si, obviamente, quem estava recebendo estava recebendo porque iria entregar alguma coisa. Quando nós falamos de eleição, é um pouco mais complicado.” (Executivo de Empresa Privada)

“E o meu executivo me informou que, ao assumir a obra, já haviam sido feitas doações ou pagamentos de propina sobre Belo Monte, em 2011. Volto a dizer, eu não li o relato, que eu me recorde era o nome do Senador Lobão e, em 2014, a um ex-deputado que o procurou, levado por um executivo da Andrade Gutierrez. Foi isso que falei, senhor.” (Executivo de Empresa Privada)

Outro objeto com grande aparição nos resultados é a campanha política. A campanha política se mostrou o principal argumento para as solicitações de propina e conseqüentemente dos benefícios ilícitos dados as empresas privadas, como a cartelização, o fornecimento de informações privilegiadas e a aprovação de leis com objetivos escusos. A campanha política também se mostrou o principal pretexto para o uso da propina pelos agentes públicos. Não é por acaso que ela está diretamente relacionada com laços mais fortes com os executivos de empresa privada e os políticos e as conseqüentes práticas mais realizadas por estes, como o pagamento/recebimento de propina e a cobrança de propina.

“Eu falo em relação a atos legislativos. Ajuda nas campanhas de 2006 houve. Ajuda de campanha, ou a pretexto de ajuda de campanha, que não vai ser eu que vai dizer se ele vai fazer para campanha ou não” (Executivo de Empresa Privada)

“Mas tinha também o componente político. Reforçamos com a Governadora e com seu marido, a importância da área petroquímica e que nós ajudaríamos de uma forma

diferenciada na ajuda de campanha.” (Executivo de Empresa Privada)

A lei escrita está muito relacionada com atores como membros do governo e donos de empresa, pois funcionava como objeto de desejo desses e fonte de propina daqueles. Isso porque quando os atos envolviam mudar a lei para benefício de empresas privadas, essas conversas eram na “parte de cima”, geralmente entre esses atores que tinham o poder de tomar decisões de grande escala. Conseqüentemente, as práticas mais ligadas a esse objeto institucional são as aprovações de leis com objetivos escusos, a aproximação de agentes públicos e a cobrança de favores aos agentes públicos/políticos.

Também dentro desse escopo do alto escalão, os projetos funcionam como objeto institucional, relacionando-se principalmente com membros do governo, políticos e donos de empresa privada, para práticas como cartelização, aproximação de agentes públicos/políticos e aprovação de leis com objetivos escusos. Isso porque os projetos são, de certa forma, os planos de ganho financeiro do setor privado sobre o público, pois são apresentados em forma de obras de engenharia ou projetos de lei que levam a contratação de serviços de grande valor financeiro, por meio de outro objeto institucional, as licitações, onde os líderes empresariais negociam a facilitação da liberação dessas obras em troca de propina, fraudando os certames licitatórios e realizando cartel.

Normalmente essa demanda é aprovada massivamente pelo congresso porque 70% dos deputados estão vinculados pagamento de sua campanha a esses projetos. Isso aconteceu várias vezes no Congresso Nacional e sempre mais ou menos nessa data. (Membro do Governo)

Os empresários, inconformados com a decisão do STJ e sabendo que o STF ia tomar decisão sobre IPI exportação, concentra uma atuação no Ministério da Fazenda e no Congresso Nacional que consegue convencer a maioria das lideranças a colocar uma Emenda em um projeto que era relativo ao tema minha casa minha vida, eles colocam uma Emenda que daria validade a esse imposto já extinto para os empresários exportadores, que variavam entre 100 e 200 bilhões de reais. (Membro do Governo)

Ele (Diretor de Estatal) falou em poder ajudar, ajudar é convocar para participar de uma licitação... (Executivo de Empresa Privada)

“Ou eu ou alguém da nossa equipe ia lá e dava informações, por exemplo, vamos fazer a licitação em um prazo muito curto... O mais curto possível. Porque seria uma licitação internacional então tinha que ser convidadas empresas brasileiras e empresas internacionais. mas quando você faz uma planilha muito extensa, quer por preço unitário, e coloca um prazo muito curto, é a primeira coisa para você desestimular as empresas internacionais a vir a participar.” (Executivo de Empresa Privada)

Já os contratos fictícios tinham relação direta com doleiros e práticas como Caixa 2, pois tratam-se de serviços fantasmas utilizados para lavagem de dinheiro. Os contratos fictícios funcionavam como objetos pois eram uma ferramenta para distribuir a propina. Na análise relacionam, também apareceram ligados a este objeto Diretor de Estatal e Marqueteiros, porém em menor escala, pois era uma forma específica de Diretores da Petrobrás fazer pagamentos a esses atores.

As *offshores* e as contas bancárias no exterior envolviam diretamente a lavagem de dinheiro fora do país, especificamente em obras ilícitas na Petrobrás, motivo pelo qual se destacam nessas ações as transferências externas de recursos para o exterior.

Mesmo caminho. As offshore geravam os recursos no exterior, transferia para o Brasil comprando reais, fazer um pagamento aos donos dos reais no exterior, e esses reais eram entregues aos nossos distribuidores. Neste caso, o Álvaro José. (Executivo de Empresa Privada)

Os resultados mostram que os objetos institucionais identificados nas relações entre práticas e atores mostram-se essenciais na organização do ato corrupto. Podemos perceber que, sem os objetos, a relação entre ator e prática teria muitas dificuldades para existir.

4.2.3 Atores, Práticas, Objetos Institucionais e as Construções Simbólicas por meio das Justificativas e Mundos

Após analisar as relações entre práticas, objetos institucionais e atores, chegou a hora de juntarmos as justificativas por meio dos mundos de Boltanski e Thevenot (1991) a esta análise, com o objetivo de revelar as construções simbólicas da lógica da corrupção. Como dito no quadro teórico, não é possível analisar as justificativas de uma ação/ato e seus respectivos mundos, sem relacioná-las com seus atos, atores e com os objetos presente nessa ordem de grandeza (Boltanski e Thevenot, 2021). Para identificar essas relações, primeiramente utilizamos a coocorrência e em seguida, a Análise de Correspondência Múltipla.

Aplicamos a coocorrência entre atores (análise interpretativa) e mundos/justificativas (palavras-chave) e vice-versa, ou seja, atores (palavras-chave) e mundos/justificativas (análise interpretativa). As figuras 17 e 18 ilustram os resultados que discutiremos a seguir.

Figura 17. Coocorrência – atores (análise interpretativa) x mundos/justificativas (palavras-chave)

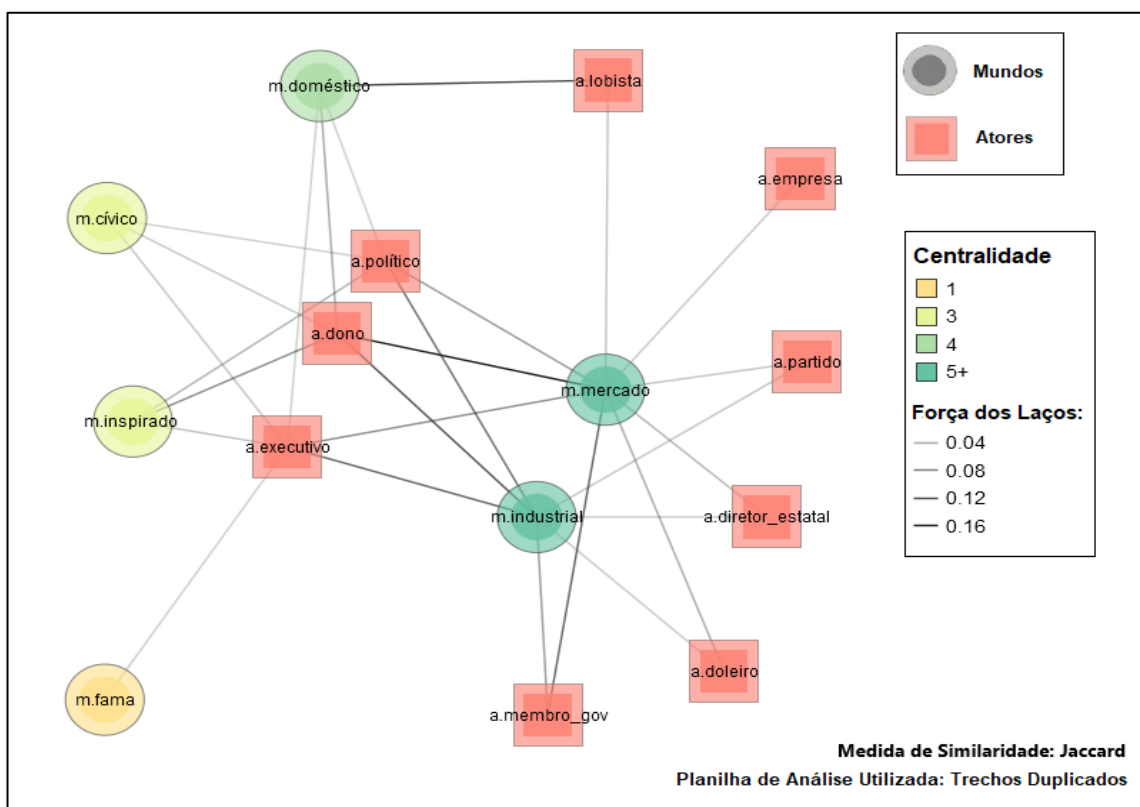
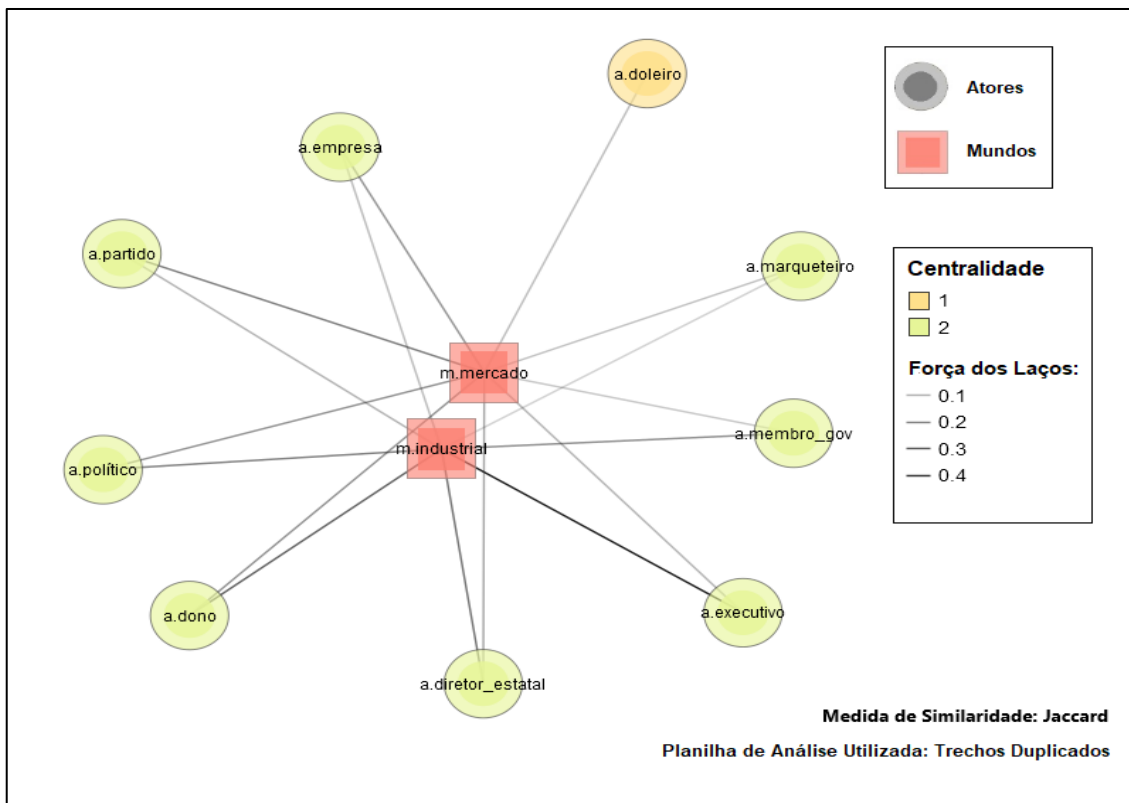


Figura 18. Coocorrência – Mundos/Justificativas (análise interpretativa) x Atores (palavras-chave)



Podemos destacar as justificativas de mercado e industrial como predominantes entre os atores envolvidos. A justificativa industrial esteve presente praticamente em todos os atores, porém foi mais comum entre os empregados de empresas privadas, que atrelavam a prática corrupta a necessidade de exercer sua função profissional com eficiência. Em alguns casos, inclusive, alegavam que se não fizesse o ato ilícito, provavelmente perderia seu emprego para alguém mais eficiente, que cumpriria a “missão”. Também não era incomum executivos de empresa privada relatarem que estavam apenas cumprindo ordens, e que a decisão pelo ato ilícito foi da empresa e ele, como bom funcionário, realizava o que era demandado.

“Volto a dizer: era uma relação pessoal do Marcelo. O Marcelo era o presidente da holding e acionista: ele tomou a decisão e resolveu fazer. Não sou eu que ia questionar ele”. (Executivo de Empresa Privada).

“No início, não compete a mim e nem por curiosidade. Eu não tinha sequer curiosidade de saber quem é o beneficiário disso. Não ia mudar a minha vida sabia quem estava recebendo propina no contrato. Então, eu não perguntava e ele também não falava. O Rogério nem o Márcio. Alguns eu fiquei sabendo depois. Alguns eu fiquei sabendo na prisão. Mais por curiosidade.” (Executivo de Empresa Privada)

“Então, quando eu fui confrontado, como chefe de setor, lá, na frente de um túnel, onde meu fiscal falou: “Para resolver isso, eu preciso de uma passagem aérea, eu preciso ganhar alguma coisa...”. É aviltante você não poder sentar e ter uma discussão técnica onde prevaleça o bom senso e o que é o melhor para aquele negócio. Mas essa é a realidade do País. Infelizmente, eu não aceito, mas muitas pessoas dependiam de mim para poder seguir trabalhando. E nem todas as pessoas da Odebrecht passaram pelo que eu passei ao ser obrigado — obrigado é uma palavra forte para a minha situação —, a contribuir de forma errônea com propina, quando eu podia ter dito: “Não”, eu ter... Talvez eu fosse tirado da obra. Talvez, dissessem: “Olha, esse engenheiro não pode ficar na obra, porque ele não vai...” (Executivo de Empresa Privada)

A justificativa por meio do mundo mercantil também aparece relacionada com vários atores na análise pela cocorrência. Entretanto, podemos destacar laços mais fortes direcionados para os donos de empresa privada. O principal argumento se voltava para o jeito que as coisas são: é uma prática de mercado, pois a concorrência entre as empresas permitia esse tipo de ação ilícita, uma vez que se determinada empresa não o fizesse, outra faria. Ou seja, era assim que as coisas funcionavam. Essas justificativas para o ato corrupto voltavam-se para o modo operante do mercado, e o objetivo central que era a progressão da organização. Era como um jogo e para vencê-lo, você tinha que jogar como qualquer outro jogador, independentemente se estas regras violavam ou não princípios éticos e legais. O argumento com base nas regras do mercado é encabeçado pelos detentores do capital, ou seja, os donos de empresa privada, seguido por lobistas, executivos e alguns agentes públicos.

“o que me surpreende é quando eu vejo todos esses... poderes...a imprensa, tudo realmente é como se fosse uma surpresa... olha, me incomoda isso...não exime em nada a nossa responsabilidade não exime em nada a nossa

benevolência não exige em nada que nós é... praticamente passamos a olhar isso como normalidade porque 30 anos é difícil as coisas não passarem a ser normais” (Dono de Empresa Privada)

“É impossível botar um tijolo no Brasil sem pagar alguma coisa para alguém. Essa é a realidade nossa. Então, é isso que está acontecendo, e a Odebrecht, talvez, seja a parte mais vistosa do processo, por ser uma empresa grande, uma empresa que trabalha no mundo inteiro.” (Executivo de Empresa Privada)

“não posso falar para o senhor que estou arrependido... não acho que o que eu fiz sejam operações...como foram essas operações da Petrobras... foram operações financeiras, mas que não são permitidas. E eu tinha que saber isso. Não é permitido, é proibido. E o que é proibido pode te mandar para cadeia. Então você tem que chegar à conclusão que você não pode fazer nada errado. E eu não tinha essa concepção dentro da minha cabeça. Eu não tinha essa concepção. se eu tivesse feito as mesmas operações com Bradesco, qual a implicação que eu teria? Nenhuma.” (Lobista)

Apesar de uma pequena aparição do mundo cívico nas justificativa dos delatores, este resultado faz referência especificamente a palavras-chave que não remetem exatamente uma explicação pelo ato corrupto, mas sim outras menções não correlacionadas ao ato em si, como “povo”, “país”, etc. Houve também menção de alguns atores quanto a práticas que fariam o “bem para comunidade”, entretanto, referindo-se às obras propriamente ditas, mas não em relação direta à prática corruta. Em nenhum momento, deram a entender que estavam cometendo atos ilícitos em prol de terceiros, como a comunidade em geral, país ou povo.

O mundo doméstico, inspirado e da fama não apareceram na Análise Interpretativa, conforme figura 18, porém, aparecem na busca por palavras-chave. Apesar dessa ocorrência, esses mundos não apresentam resultados significativos, pois ao analisar as palavras-chave mineradas, verificamos que as mesmas não remetiam a uma justificativa para o ato corrupto. Por exemplo, podemos citar palavras-chave como “pai” e “filhos”, que foram utilizadas em uma situação contrária a justificar o ato corrupto: foram mencionadas justamente para explicar o porquê estariam arrependidos.

Faz um ano e meio que eu não vejo meu pai. Porque eu não tenho coragem de pedir para ele vir me visitar. eu lembro de uma frase que ele falou para mim uma vez, que ele preferia dar um tiro na cara do que ser preso. E hoje a minha condição é de ser presidiário. (Lobista)

Eu imagino que todo período que ele passou aí deve ter sido um período... imagina, eu tinha uma filha de 6 meses que foi difícil, eu fico imaginando ele, do jeito que ele tratava os filhos dele, ele falando com os filhos, não sai, medo de tiro, medo de não sei o quê... Deve ter sido um negócio para ele muito difícil. (Lobista)

Quero pagar minha conta com a sociedade. Tenho filhos. Quero que meus filhos entendam o que eu fiz. Eles viam as pessoas me pedindo. As pessoas vinham a minha casa. (Executivo de Empresa Privada)

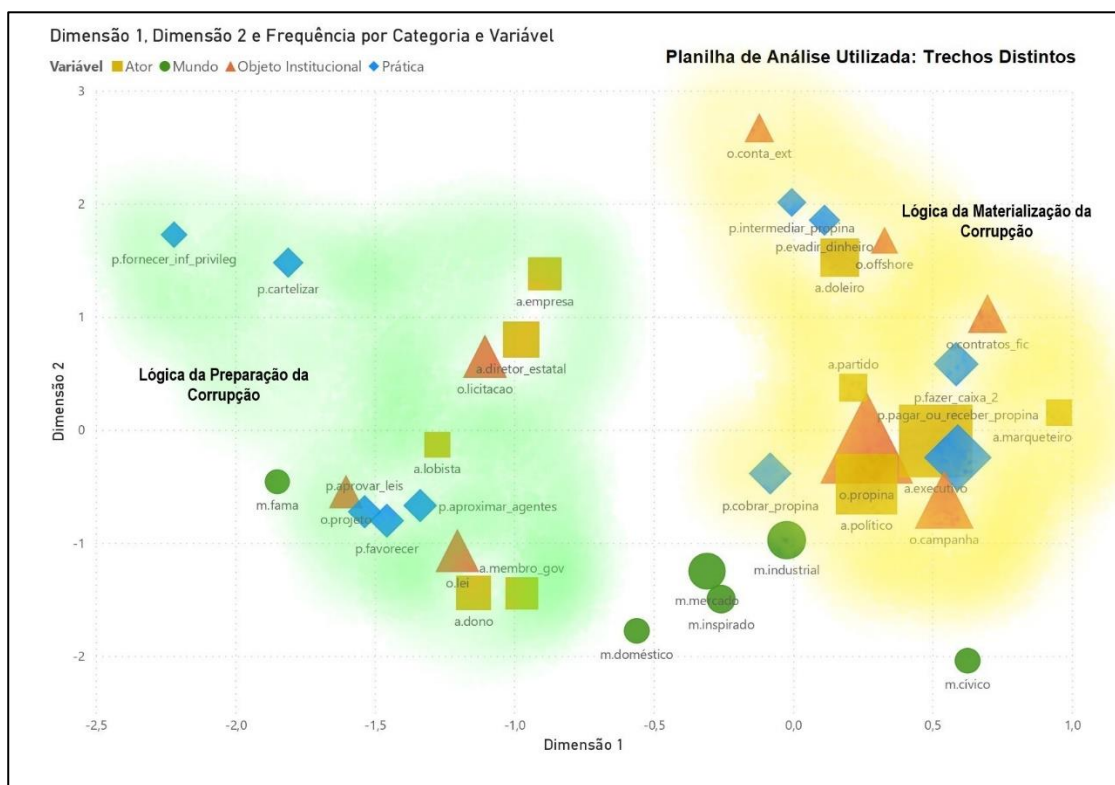
4.2.4 A Lógica Institucional da Corrupção

Após a identificação dos elementos que constituem uma lógica institucional – atores, práticas, construções simbólicas e objetos institucionais, foi possível também identificar uma relação consistente e significativa entre essas categorias. E é justamente essa relação que propicia um passo inicial para a identificação de uma lógica institucional pois, sem isso, tudo não passaria de um emaranhado de ações, objetos e sujeitos.

Além das relações, também pudemos observar a interdependência de objetos institucionais que se posicionam no tempo e no espaço ocupando uma função significativa e essencial para que a lógica institucional da corrupção possa acontecer. As análises relacionais de coocorrência utilizadas, seja pelo método interpretativo ou pelas buscas por palavras-chave, mostraram de forma clara essas aproximações entre as categorias, configurando um modo operante padronizado.

A partir deste momento, aplicamos a Análise de Correspondência Múltipla para analisar todas as categorias analíticas levantadas pelo método interpretativo e relacioná-las aos mundos identificados por meio da busca por palavras-chave. A figura 19 expõe o resultado da ACM que abordamos em seguida.

Figura 19. Análise de Correspondência Múltipla entre as Categorias Analíticas



Ao utilizar a Análise de Correspondência Múltipla, as categorias analíticas foram divididas em duas dimensões. Foi possível verificar um grupo centrado na dimensão 1 de práticas, atores e objetos: Políticos, Partidos Políticos, Executivos de Empresa Privada, Marqueteiros e Doleiros como atores; pagamento/recebimento de propina, cobrança de propina, caixa 2, intermediação de pagamento de propina e transferência de recursos para o exterior como práticas; e propina, campanha política, contratos fictícios, contas no exterior e *offshores* como objetos institucionais. Por outro lado, mais voltado para a dimensão 2, estão concentrados os donos de empresa privada, membros do governo, diretores de estatais e lobistas. As práticas desta dimensão concentram-se na cobrança de favores e aproximação de agentes públicos, por parte dos donos de empresa privada, sendo esta última também praticada por lobistas, e a aprovação de leis, por parte dos membros do governo. Conseqüentemente, os objetos institucionais mais presentes nessa dimensão são as leis, as licitações e os projetos.

Entre as dimensões, se posicionaram a maioria dos mundos. Os resultados vão de encontro com os achados na coocorrência, pois podemos destacar o mundo de Mercado e o Industrial, com maior frequência em relação aos demais. Assim como na coocorrência por meio do *KhCoder*, a ACM mostrou os demais mundos em menor escala, uma vez que utilizamos a busca por palavras-chave para encontrar as justificativas/mundos do ato corrupto. Entretanto, esses resultados se mostram pouco acoplados, pois as justificativas geralmente envolvem uma razão para não praticar a corrupção, e não o contrário. Isso significa que estes mundos, como o inspirado, família e fama, estão lá, porém, não diretamente vinculados às razões que levaram os atores a praticar a corrupção. Por esse motivo, esses mundos não apresentaram relevância significativa para o propósito desta pesquisa.

Ao avaliar os resultados da ACM, podemos perceber que essas duas dimensões apresentam características específicas e essenciais para existência da Lógica da Corrupção. De um lado, a dimensão 1, que chamamos de **Lógica Institucional da Preparação da Corrupção**: o processo que envolve as maiores lideranças ou representantes delegados destas. Do outro lado, a dimensão 2, que chamamos de **Lógica Institucional da Materialização da Corrupção**, que é formada pelos atores que executam a prática corrupta. Ambas as lógicas compõem a lógica institucional da corrupção. Entretanto, essas duas dimensões possuem distinções na composição e na relevância para que o processo corrupto ocorra.

Chamamos de Lógica da Preparação da Corrupção pois, é nesse conjunto de atores, práticas e objetos que a corrupção começa a ser planejada e instituída. É nessa fase que os planos são traçados, planejados e combinados. Na Lógica da Materialização, porém, a corrupção começa a ser operacionalizada e executada.

Na lógica institucional da preparação da corrupção, os atores detêm maior poder de decisão e geralmente são os donos do capital, na esfera privada, e os capazes de tomar decisões estatais de maior escala, na esfera pública. Na esfera privada, esses atores são formados principalmente pelos donos de empresa privada. Eles adotam práticas como aproximação de agentes públicos do alto escalão, pedido de favores de grande porte, como aprovação de leis no âmbito nacional. Na esfera pública, temos principalmente os membros de

governo, que representam o poder executivo federal, e podem intervir em medidas legais com favorecimento massivo do setor privado. Isso também ocorre com os diretores de estatais, que fornecem informações privilegiadas às empresas para possibilitar a formação de cartel nas licitações públicas. Entre os atores públicos e privados, como visto na Figura 19, estão os lobistas, responsáveis por formar contatos e aproximar esses atores. Nesta dimensão, os objetos institucionais - lei escrita, a licitação e os projetos - funcionam como ferramentas para as práticas citadas.

Na lógica da materialização da corrupção, por outro lado, temos os atores que executam as práticas corruptas: os executivos de empresa privada, que praticam o pagamento das propinas e o Caixa 2, servindo para camuflar ou encobrir esses atos ilícitos. Os políticos e partidos políticos representados por estes, por sua vez, cobram e recebem as propinas provenientes da corrupção. É importante ressaltar que esses políticos são autorizados por seus partidos, que são componentes da base do governo do Poder Executivo. Podemos perceber, como consequência, objetos institucionais como a propina, principal resultado físico fornecido como fonte das práticas corruptas, e a campanha política, que é o principal motivo, ou pretexto, que os políticos utilizam para pedir a verba ilícita. De toda a forma, esses atores executam as ordens provenientes de seus superiores: executivos cumprem as autorizações dadas pelos donos de empresa para a prática ilícita, enquanto políticos costumam ser autorizados a cobrar e receber propina pelo partido de atuação no governo. O trecho abaixo dá um exemplo da relação do governo como liderança da prática corrupta.

Na verdade, eu botei, porque tinha um e-mail meu, eu já tinha autorizado a fazer os pagamentos E aí eu estava chateado com o negócio do PAC, E aí eu falei cancela. Ligaram para mim e falou: Marcelo você disse que vai pagar, a gente liga para o pessoal e diz que vai receber, agora você vai cancelar alguma coisa que não tem nada a ver? Aí eu mesmo tirei a minha ordem e autorizei. (Dono de Empresa Privada)

E eu fui lá e mostrei o Michel Temer. Ele ficou muito indignado. Como assim? Porque que isso está acontecendo? Isso foi na residência dele. Ele disse que isso não pode, que ele precisa reassumir o PMDB. Que eles estão passando por cima de mim. E se você pegar as datas, ele realmente

assumiu o PMDB. Porque ele viu que estava perdendo o controle. (Membro do Governo)

Os mundos de mercado e industrial, por sua vez, apesar de aparecerem entre as duas dimensões, as análises mostram uma forte tendência para a justificativa industrial de empregados públicos e privados e, no caso dos donos de empresa, as explicações se voltam para o mundo mercantil. Na preparação da corrupção, apesar da existência de atores como membros do governo e lobista e das suas fortes relações com as outras categorias analíticas, as justificativas/mundos desses atores não apresentaram um resultado significativo. A mesma situação ocorreu na lógica da materialização do ato corrupto com os políticos, marqueteiros e doleiros. A tabela 9 abaixo apresenta os elementos de cada Lógica encontrada após análise da ACM.

Tabela 9 Elementos das Lógicas Institucionais da Preparação e Materialização da Corrupção

	Lógica de Preparação da Corrupção	Lógica de Materialização da Corrupção
Lógica de Organização	Foca no planejamento das ações corruptas, em uma combinação entre os atores das práticas a serem realizadas, com o apoio dos objetos institucionais.	Executa as ações acordadas na etapa de Preparação, onde os atores materializam a corrupção.
Atores	<ul style="list-style-type: none"> • Donos de Empresa Privada; • Empresas; • Membros do Governo; • Diretores de Estatal; • Lobistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Executivos de Empresa Privada; • Políticos; • Partidos Políticos; • Marqueteiros; • Doleiros.
Práticas	<ul style="list-style-type: none"> • Aproximação de Agentes Públicos/Políticos; • Cobrança de Favores a Agentes Públicos/Políticos; • Aprovação de Leis com Objetivos Escusos; • Cartelização; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento/Recebimento de Propina; • Cobrança de Propina; • Caixa 2; • Intermediação de Pagamento de Propina; • Transferência Externa de Propina.

	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de Informações Privilegiadas. 	
Objetos Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Licitação Pública; • Lei Escrita; • Projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Propina; • Campanha Política; • Contratos Fictícios; • <i>Offshores</i>; • Contas Bancárias no Exterior.
Mundos/justificativas	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado; • Industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado; • Industrial.

Diante do exposto, dentro da Lógica Institucional da Corrupção, identificamos dois grupos de lógicas distintas, mas interconectadas: A Lógica Institucional da Preparação da Corrupção e a Lógica Institucional da Materialização da Corrupção. Ambas possuem os elementos necessários e interconectados que possibilitam a sua caracterização. Entretanto, ainda falta identificar o elemento mais abstrato, porém o mais essencial para a existência de uma Lógica Institucional: a Substância Institucional, que veremos na próxima seção.

4.2.5 A Substância Institucional

Considerando toda a complexidade que circundam as substâncias institucionais, como evidenciá-las em uma pesquisa científica? Apesar das ordens de valor concebidas por Boltanski e Thevenot (1991) serem uma forma de explicitar um bem comum entre os atores sociais, entendemos que ainda existem “causas além das causas” por trás dos mundos de valor, o bem ainda escondido dentro das instâncias legitimadas da família, do mercado, do cívico, da fama, do industrial e da inspiração. Friedland e Arjaliès (2021) publicaram um trabalho com este objetivo, envolvendo as lógicas institucionais e seus objetos. São os 4 momentos de valor descritos no capítulo 2: a instituição do bem, a produção do bem, a territorialização do bem e a avaliação do bem. O “Bem” aqui, citado por Friedland e Arjaliès (2021, p.6), é a substância institucional. Os autores argumentam que por meio dos objetos institucionais podemos chegar às substâncias, ou o bem, da lógica institucional. Segundo Friedland (2021):

As substâncias institucionais são imanentes como duplas objetividades – como objetivos a serem atualizados e como objetos reais – das práticas materiais de uma lógica institucional. As lógicas institucionais se fundamentam e fundamentam essas substâncias institucionais, bens invisíveis que nunca podem estar presentes, presenças ausentes que são, no entanto, pré-condições para a aparência, a coerência e a produtividade das constelações.

Já identificamos práticas, atores, valores/justificativas e os objetos institucionais de uma lógica que chamamos de corrupção. Entendemos que a substância institucional desta lógica da corrupção pode ser explicada por meio do **Ganho Individual**, uma combinação das substâncias institucionais do Ganho (Friedland e Arjaliès, 2021; Mutch, 2018) e Individualidade (Friedland e Arjaliès, 2021). O Ganho Individual remete ao desejo de se obter algo e sem uma preocupação com terceiros. Na forma aristotélica da substância institucional conceituada por Friedland (2019), ela não é a matéria, mas sim o que faz a matéria ser um “isto”, algo subjetivado que se torna objetivado. É a materialização de um bem maior. Nesse sentido, práticas e objetos materializam o bem. O dinheiro em forma de propina, as práticas ilícitas, entre outros elementos, materializam esse ganho, que não é coletivo, mas individual.

Para validar nossa concepção, a partir deste momento, vamos avaliar a substância institucional do Ganho Individual com os momentos de valor dos objetos institucionais encontrados nesta pesquisa, combinando com outros achados.

A instituição do bem. É o momento em que as pessoas entendem que ele pode ser alcançado de fato. Essa aproximação ao bem se dá por meios dos objetos institucionais. O dinheiro, em forma de propina, ganhou papel de protagonista na lógica da corrupção. Entretanto, é importante enfatizar que quando falamos em Ganho Individual, o desejo de ganhar não se limita a vantagem financeira. Podemos citar como exemplo, o caso de um diretor público, que citou que seu maior desejo era alcançar o topo da carreira pública, fazendo referência a status ou poder ao invés do dinheiro propriamente dito.

“Vocês acreditem se quiserem, não são obrigados a acreditar. Nessa parte toda de recursos, de dinheiro que

vinha para mim, Paulo, o dinheiro não importava. Eu gostava muito do que eu fazia. Na minha atividade como Engenheiro lá. então por exemplo, esse dinheiro aí, eu nunca cobre dele. Nunca cobre dele. Ele não tocou no assunto, aí depois eu sair da companhia, e aí morreu. Ele não pagou.” (Diretor de Estatal)

De toda a forma, o momento em que os atores percebem que o bem é atingível, está configurada a instituição da substância institucional. Podemos citar o diretor público, no momento em que se encontra com políticos e aceita o acordo de vantagens indevidas em troca do cargo. Ou então, o dono de uma empresa privada ao aceitar fornecer propina em troca de informações e vantagens em licitações. Aqui, a propina, a campanha política, os projetos de obras, entre outros elencados na tabela 4 ajudam a institucionalizar o bem, pois sem tais objetos, a substância não poderia ser materializada.

A produção do bem. A produção nada mais é que a materialização do bem por meio da prática. Aqui, diversas práticas levantadas na pesquisa corroboram a obtenção do Ganho Individual, e isso dá tanto na Lógica da Preparação quanto na Lógica da materialização da corrupção. Os pagamentos e recebimento de propina, a aprovação de leis com objetivos escusos, o fornecimento de informações privilegiadas, entre outras práticas, tem como fim a obtenção do Ganho Individual para cada ator. Essas práticas operacionalizam a lógica institucional da corrupção. As Análises relacionais mostraram de forma clara como o bem é produzido entre os atores. As figuras 12 e 13, por exemplo, evidenciam como os diversos atores dentro dessa Lógica praticam diversas operações ilícitas.

Os objetos institucionais também são essenciais nessa fase pois são extremamente necessários para a prática existir. Como pagar e receber sem a propina? Como fornecer informações de uma licitação pública que não existe? As práticas e os objetos formam uma condição para que o bem siga sendo objetivado e presente na lógica. As figuras 14, 15 e 16 também mostram como e quais os objetos institucionais são importantes na produção do bem.

A produção do bem também envolve a justificativa para produzi-lo, principalmente por se tratar de atos ilícitos. Podemos ver essas justificativas por

meio dos mundos expostos nas figuras 17 e 18, onde o mundo mercantil e industrial foram relevantes na sustentação dessas práticas.

Nesse contexto, o bem é produzido para obtenção da substância, que no presente caso, é o ganho individual. Mas o Ganho Individual não está atrelado somente ao ganho financeiro, uma vez que muitos desses atores não recebiam a mais por operacionalizar atos ilícitos. Como a substância institucional atinge todos os atores dentro de uma Lógica, podemos visualizar esse momento tanto na Lógica da preparação da corrupção quanto na sua materialização. A alavancagem da empresa para o dono da empresa, a obtenção de um cargo superior tanto para o agente público quanto para o privado, a vitória em uma eleição para o político são exemplos de Ganho Individual que esses atores buscam na produção do bem.

A territorialização do bem. Nesse momento, é definida as fronteiras, ou os limites até onde vão as práticas, os objetos e valores que remetem ao bem. Para Friedland e Arjelies (2020, p.33): “O terceiro momento é o da referência, a quais objetos, práticas ou seres podem ser atribuídos valores e, portanto, por meio dos quais podem ser produzidos e avaliados”.

Delimitar uma lógica é algo complexo de medir, principalmente quando falamos em atos ilícitos e ilegítimos perante a sociedade, como no caso da corrupção. Entretanto, podemos presenciar tais demarcações quando ocorre a exposição pública fica mais iminente, ou quando os pedidos de propina transcendem o lucro. A exposição de políticos perante a sociedade faz o ator recuar ou não ultrapassar os limites que invadam outro campo, como por exemplo, o da sua imagem correta e honesta perante seus eleitores. Os Executivos de Empresa Privada não ultrapassavam o limite dos pagamentos de propina quando estes afetariam os lucros da empresa e conseqüentemente, sua eficiência no cargo que ocupa.

“Já doamos para o seu partido; vai lá pedir no partido”, a gente fugia dessas conversas — não significa que não aconteceram. Aí o pedinte, o suplicante tentavam resolver pegando a autorização de alguém. Eu, por exemplo, nunca extrapolei meus limites porque eu sempre parava a regra e dizia: “Não vou fazer mais.” (Executivo de Empresa Privada)

“O que acontece é o seguinte: para contratos dessa magnitude, o que passou na minha cabeça, era que o pessoal queria uma confirmação, vamos dizer, que eu abençoasse e não ficasse só em um acordo com o Rogério. Aí em um belo dia, eu recebo um e-mail do Rogério, convocando para uma reunião que ele chamou de Cúpula do PMDB”. (Executivo de Empresa Privada)

Além do exposto, a análise da ACM mostrou uma delimitação estrutural entre as categorias analíticas: temos atores, como os executivos de empresa privada, engajados em práticas específicas como pagamentos de propina e caixa 2. Isso também ocorre com políticos ao receber e cobrar propina e assim sucessivamente. A ACM mostra uma territorialização entre os elementos da Lógica que resultam no funcionamento padronizado e bem delimitado.

As considerações finais nas delações costumam dar uma noção do território que se pode percorrer quanto aos aspectos subjetivos e simbólicos. Quando um doleiro, por exemplo, citou o pai, que preferia morrer a ser preso, ele deixou claro que atingir sua imagem perante sua família era algo que não podia suportar, mesmo com o ganho individual em jogo.

Os limites territoriais para alcance do bem também envolvem os cuidados para não o ultrapassar, e se tratando de uma prática ilegítima, os atores utilizam de métodos e mecanismos para evitar danos, como a utilização de codinomes, os cuidados em saber somente o necessário, etc.

O árabe é o codinome de Walter Araújo. Ex-presidente na Assembleia Legislativa de Rondônia. Na época 2008 e 2009. Tem um codinome aqui, Imperatriz. O que se supõe se tratar do ministro Edison Lobão que é da cidade de Imperatriz, ou de alguém ligado a ele. É importante que o codinome identifique quem recebeu a propina ou a vantagem. Seja pagamento de advogados, seja custeando viagens, seja de que maneira for. Tem uma que, que é São Francisco. Que é o irmão do Valdir Raupp. (Executivo de Empresa Privada)

De forma objetiva, essa etapa envolve a demarcação do terreno que se pretende chegar ao bem. Como mostram as análises relacionais e a própria ACM, esses elementos apresentam-se interconectados em um campo de atuação com fronteiras bem definidas.

A avaliação do bem. Avaliar o bem significa que, ao final, o quão esse bem é importante e valorizado. Se bem avaliado, toda a lógica se repete e se institucionaliza. Nesse ponto, os objetos institucionais também são valorizados.

As justificativas dos delatores nos ajudam a entender essa fase da avaliação do bem. Quando um doleiro diz que pensava estar fazendo uma simples operação financeira para obter lucro, ou quando o dono de empresa diz que seguiu as regras do mercado na prática, indiretamente valoriza o Ganho Individual em primeira instância, onde nesse ambiente é cada um por si, e se o ator não pensar em si mesmo, ninguém pensará: essa linha de raciocínio ajuda a enaltecer o Ganho Individual e tira, de certa forma, a responsabilidade do ator perante um terceiro. Se ele valoriza o bem, neste caso, o Ganho Individual, mesmo que a sociedade não legitime a corrupção, ele justifica seu ato perante a si mesmo e pode prosseguir com práticas, objetos e valores de uma lógica institucionalizada.

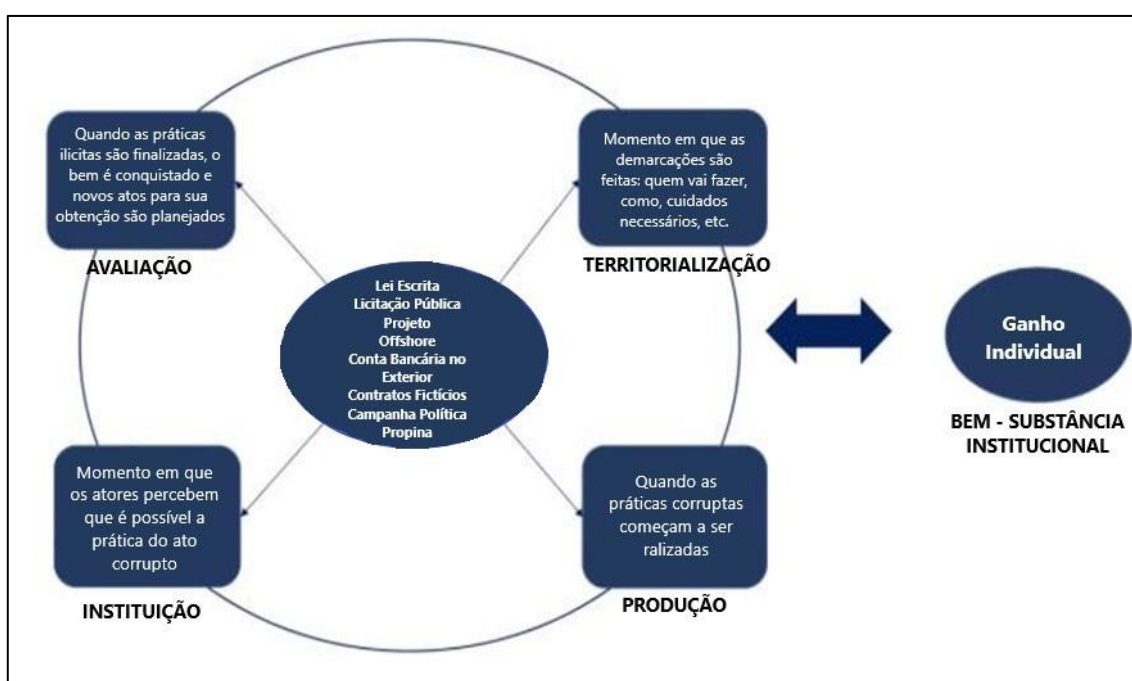
A avaliação do ganho é individual, pois é possível perceber a importância da vitória para o próprio ator em primeiro lugar. Apesar da maioria dos atores representarem organizações, sejam públicas ou privadas, as delações mostram uma preocupação especialmente com o próprio indivíduo. Podemos citar alguns executivos de empresa privada que, ao serem questionados se receberam propina sem a empresa saber, ficam extremamente embaraçados em confessar. É evidente que se incomodam mais com a falta com a Organização que trabalham do que com o país ou a comunidade. E essa preocupação se deve principalmente ao possível abalo que a relação funcionário e empresa pode sofrer, colocando em risco a sua reputação e emprego perante a Organização. A perda do cargo ou da confiança perante a Organização pode comprometer sua vida pessoal e profissional, o que nos leva novamente a substância institucional, ou melhor, o bem maior que o ator deseja, que é o seu ganho individual ou a própria manutenção dele.

Tanto na Lógica da preparação quanto na materialização do ato corrupto, a avaliação do Ganho Individual ocorre de forma simultânea pois esse bem é objetivado de diferentes formas pelos atores, assim como os riscos da sua concepção. E nesse sentido, os objetos institucionais ajudam a avaliar o bem, pois estes dão vida a substância institucional: o dinheiro em forma de propina,

que ajuda a avaliar o bem para os políticos; a lei, em forma de Medida Provisória, que valoriza o bem para a empresa e o seu dono, entre outros.

Considerando as quatro etapas, podemos observar uma dependência entre os objetos institucionais e a substância institucional do Ganho Individual, que passa pela percepção de que esse bem pode ser alcançado, sua produção, seus limites e sua avaliação, que permite a reprodução da prática nesses padrões, transformando-a em uma lógica institucional. A figura 20 ilustra o exposto.

Figura 20. Análise dos momentos de valor dos objetos / substância institucional da Corrupção.



5. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Este trabalho tem como objetivo a busca pela compreensão da corrupção sob uma perspectiva Lógica Institucional. Por meio dos elementos materiais e simbólicos que formam as Lógicas Institucionais, analisamos a prática de corrupção dentro do país. Para fazê-lo, utilizamos o caso que ganhou repercussão nacional: a operação lava-jato, que investigou e prendeu diversas personalidades do cenário econômico e político em um escândalo de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo grandes empresas privadas e públicas do Brasil.

Preliminarmente ao analisar as delações, identificamos práticas, atores, justificativas/mundos e objetos institucionais por trás do ato corrupto, conforme critérios estabelecidos na Tabela 5. Donos de Empresa Privada, Executivos de Empresa Privada, Empresas, Políticos, Partidos Políticos, Diretores de Estatais, Membros do Governo, Doleiros, Marqueteiros e Lobistas compuseram a categoria analítica de Atores na nossa pesquisa. As práticas mais identificadas e relacionadas com o ato corrupto foram o Pagamento/Recebimento de Propina, a Cobrança de Propina, Aproximação de agentes públicos/políticos, Cobrança de Favores a agentes públicos/políticos, Intermediação de Pagamento de Propina, Transferência de Recursos para o Exterior, Caixa 2, Cartelização, Fornecimento de Informações Privilegiadas e a Aprovação de Leis com Objetivos Escusos. A propina, campanha política, contratos fictícios, projetos, *offshores*, lei escrita, conta bancária no exterior e as licitações foram identificados como objetos institucionais da Lógica da Corrupção. Por fim, os mundos foram extraídos do Trabalho de Boltanski e Thevenot (1991) sobre as ordens de valor: mercado, cívico, domestico, fama, inspirado e industrial.

Adotando métodos distintos – análise interpretativa e busca por palavras-chave -, inicialmente verificamos a consistência dos achados por meio da frequência das dimensões categóricas atores, práticas, objetos institucionais e justificativas/mundos. Comparando os dois métodos, podemos identificar uma convergência dos resultados, como mostrou o item 4.1 desta pesquisa. Verificamos que apesar das diferenças quantitativas, as frequências encontradas das categorias, tanto no método interpretativo quanto por palavras-chave, apresentaram resultados similares. Isso significa que, por exemplo, a

propina, como objeto institucional mais frequente na análise interpretativa, também ocorreu no método de busca por palavras-chave. Com as demais dimensões categóricas, o resultado foi muito parecido, o que propiciou uma maior confiabilidade entre os métodos, pois diferenças gritantes entre eles levaria a uma necessidade de avaliar mais profundamente essas variações.

Em seguida, aplicamos uma análise relacional das mesmas categorias analíticas por meio da coocorrência e por fim, da Análise de Correspondência Múltipla. Essa avaliação relacional das categorias analíticas mostrou uma forte interdependência entre elas. Atores, Práticas, Justificativas/Mundos e Objetos Institucionais propuseram um padrão de elementos materiais e simbólicos muito conectado e consistente. Quando avaliamos Atores e Práticas, por exemplo, observamos forte relação dos políticos e dos executivos de empresa privada com o pagamento/recebimento de propina. Isso também ocorreu entre os doleiros e a intermediação do pagamento de propina, a cobrança de favores e a aprovação de leis com membros do governo e donos de empresa privada, das empresas com a cartelização, etc.

Quando acrescentamos o objeto institucional nessa análise relacional, ganhou destaque a propina e a campanha política como objetos institucionais mais centrais e mais frequentes. Foi possível identificar, como mostra a figura 14 e 15, a interdependência entre os atores, as práticas e o objetos institucionais, que apresentaram grande escala de centralidade. A análise relacional pela coocorrência encerrou-se com o acréscimo das justificativas/mundos aos atores, práticas e objetos institucionais. Foi possível capturar o mundo do mercado e industrial como os mais frequentes e centrais nas justificativas para praticar a corrupção.

Com os elementos da Lógica Institucional identificados e com o estabelecimento de suas relações, aplicamos a Análise de Correspondência Múltipla para avaliar de forma ilustrativa a existência da Lógica Institucional da Corrupção. Nesse ponto da pesquisa, foi possível identificar suas lógicas subjacentes da Lógica da Corrupção: a Lógica da Preparação da Corrupção e a Lógica da Materialização da Corrupção. Essa divisão foi possível pois as duas dimensões estabelecidas pela ACM eram compostas por atores, práticas e objetos institucionais distintos e bem definidos, conforme ilustra a figura 19.

De um lado, temos os atores que planejam, combinam e preparam ações corruptas, por meio de práticas e objetos institucionais que se relacionam. É na Lógica da Preparação que a Lógica da Corrupção se torna permissível, mesmo que ainda não efetivada. Assim como nas etapas de um crime, se olharmos isoladamente para a Lógica da Preparação da Corrupção, não veríamos explicitamente algo que configuraria um ato corrupto, e, portanto, não seria passível de punição. Trata-se de um movimento empresarial em contato direto com seu cliente, o que no caso, seria o Estado. Entretanto, é nesta etapa em que a corrupção começa a ser gerada e possibilitada, pois as combinações começam neste momento.

Somente quando a Lógica da Preparação da Corrupção é estabelecida e efetivada, é que a Lógica da Materialização entra em cena. Isso porque os atores que compõem essa Lógica dependem da autorização daqueles atores para operacionalizar a corrupção. É por isso que, sem a Lógica da Materialização, a corrupção ainda não existe de fato. A consumação da corrupção é realizada por meio das práticas como o pagamento e o recebimento de propina, a transferência de recursos para o exterior, a realização de Caixa 2, etc. Tão importante quanto esses atores e essas práticas, são os objetos institucionais que de fato permitem a consumação da corrupção. Sem a propina não haveria o pagamento/recebimento e sem a campanha política, qual seria o pretexto da classe política? Esses, entre outros objetos, como as *offshores* e os contratos fictícios, que permitem a prática de Caixa 2, são fundamentais para os demais elementos da Lógica.

Entre as duas lógicas identificadas na ACM, os mundos de mercado e industrial se destacam como justificativas para os atos corrupto. O mundo industrial está mais relacionado aos empregados privados, e a justificativa para a prática do ato corrupto concentra-se na necessidade de ser eficiente na sua função profissional. Por isso, justificativas como “se não fizesse, outro faria” ou “poderia perder o emprego” são mais comuns nesses casos. Já o mundo mercantil está mais presente nas justificativas dadas pelos donos de empresa privada, sob o argumento de estar fazendo operações financeiras nas regras práticas do mercado. Se não o fizer, outra empresa tomaria seu lugar. É como se as regras do jogo do mercado permitissem a conduta ilícita. Apesar de mais presente nos donos de empresa privada, a justificativa voltada para o mundo

mercantil também está presente em alguns Executivos de Empresa Privada, o que pode ser explicado pela alta fidelização destes à Organização para a qual trabalham. Eles incorporam os objetivos organizacionais a tal ponto que agem alinhados com os próprios detentores do capital.

Após identificarmos os elementos da Lógica e suas relações, a última categoria analisada foi a substância institucional. Como elemento mais abstrato e ao mesmo tempo mais importante para a existência de uma Lógica Institucional, o bem ou a substância tem a função de manter a energia necessária para que atores, práticas e suas justificativas e objetos continuem em movimento e interrelacionados.

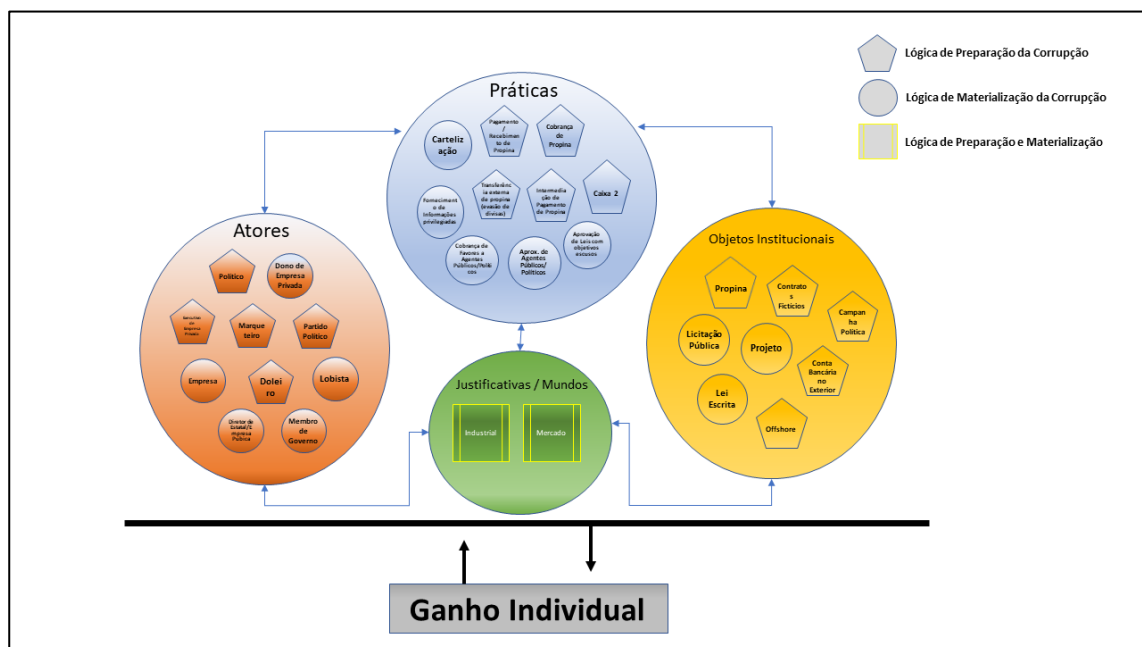
Por meio dos momentos de valor, de Friedland e Arjaliès (2021), identificamos o Ganho Individual como elemento base e motivador da Lógica Institucional da Corrupção. Analisando os objetos institucionais e as fases de instituição, territorialização, produção e avaliação da substância institucional, podemos perceber que o Ganho Individual perpassa todos os atores das duas Lógicas Institucionais da Corrupção: a preparatória a de materialização. Isso ocorre porque a substância do Ganho Individual possui variações conforme o ator, o que permite que a Lógica aconteça e se repita. Esse Ganho Individual pode existir como o cargo superior para o Diretor de Estatal, o Lucro para o dono da empresa, a eleição bem sucedida para o político, etc. Independentemente da forma como se manifesta, a substância do Ganho Individual permite que as práticas corruptas sejam institucionalizadas entre esses atores, e em conjunto com os demais elementos, formem uma Lógica. Mas ao ter a vontade do Ganho Individual, estou propício a cometer corrupção? Não. Assim como qualquer outra substância institucional, como o amor ou a Divindade, o Ganho Individual pode ser base de outras Lógicas alheias à corrupção. Portanto, outros fatores como contexto e ambiente devem ser analisados para estabelecer uma Lógica a uma Substância de forma exclusiva, o que acreditamos ser praticamente impossível.

Indo além da análise proposta por esse trabalho, podemos encontrar fontes de explicação dessa substância institucional no campo da Filosofia. Nietzsche, ao associar a vontade de poder com o mundo em geral, nos fornece uma saída para melhor entender o Ganho Individual. No Livro *Assim Falou Zalaustra*, Nietzsche menciona o termo quando relata: “onde encontrei vida, ali encontrei vontade de potência; e até mesmo na vontade daquele que serve

encontrei vontade de ser senhor”. Segundo o autor, a vontade de potência consiste em uma característica inerente dos seres do Universo, inclusive o humano. Essa vontade independe de princípios morais ou religiosos que nos são imbricados ao longo da vida. Por esse motivo, Nietzsche recomenda que sejam deixadas as “máscaras” culturais de lado e de posse da vontade de potência, sejamos livres para criar nossos próprios valores. Quando falamos em corrupção, o termo utilizado por Nietzsche pode ser útil para compreender essa necessidade do ser humano do Ganho Individual no momento em que esses atores ignoram princípios éticos, morais e legais para obter vantagens para si mesmos.

Por fim, concluímos a análise desta pesquisa estabelecendo uma lógica institucional da corrupção, considerando não somente seus elementos constituintes, mas suas relações interdependentes que explicam o funcionamento da corrupção, onde participam diretamente agentes públicos e privados brasileiros.

Figura 21. Lógica Institucional da Corrupção



A figura 21 ilustra a Lógica Institucional da Corrupção, incluindo seus elementos que a compõem, assim como as Lógicas de Preparação e Materialização imersas e interdependentes. As categorias analíticas que compõem a Lógica Institucional da Corrupção são expostas de forma distinta,

porém interligadas, e as dimensões categóricas da Lógica de Preparação e de Materialização coexistem e se relacionam, onde possuem em comum a substância institucional do Ganho Individual como base de sustentação.

5.1 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

O presente estudo buscou contribuir significativamente para o campo teórico, pois até então, não vimos pesquisas sobre lógicas institucionais envolvendo práticas ilegítimas socialmente. Quando uma lógica possui valores presumidamente aceitos pela comunidade em geral, a obtenção de respostas torna-se menos complexa do que investigar ações em que o ator tende a esconder e omitir. Acreditamos que essa pesquisa pode propiciar um ponto de partida para outros estudos envolvendo práticas desviantes na sociedade, ajudando na sua compreensão, prevenção e remediação. Utilizando o repertório cultural proposto por Weber *et al.* (2013), avançamos de forma significativa no estudo de Lógicas Institucionais, o que pode ser explorado por outros trabalhos sobre o tema.

Ao utilizar os quatro momentos de valor da obra de Friedland e Arjaliès (2021), conseguimos capturar a substância institucional de forma totalmente indutiva, partindo da observação dos elementos da Lógica Institucional da Corrupção. Esse estudo pode servir de base para a aplicação empírica desse método, que foi recentemente publicado, na busca de outras substâncias institucionais. Os resultados deste trabalho também corroboram os achados de Adler *et al.* (2022), no que tange à importância dos objetos institucionais para as instituições e sua Lógicas.

. Este trabalho também contribui para entender a aplicabilidade de metodologias mistas de análise desse campo de Lógicas Institucionais. Aplicando métodos qualitativos e quantitativos, chegamos a resultados convergentes e complementares, ampliando o leque de possibilidades do campo. Essa flexibilidade metodológica pode contribuir para estudos já realizados buscando os resultados sob uma outra perspectiva, como na pesquisa realizada por Friedland *et al.* (2014) ao avaliar a Lógica Institucional do Amor.

No campo da filosofia política, esta pesquisa pode ajudar a entender melhor o comportamento ilegítimo ou distinto da “moralidade de rebanho” conforme trabalho desenvolvido por Costa (2022), em uma referência às obras de Nietzsche.

A pesquisa também corrobora com os estudos sobre corrupção, pois ajuda a compreender melhor essa prática, incluindo todos os fatores que levam atores à decisão de praticá-lo. A maioria dos estudos sobre o tema utilizam fatores macrossociais e estatísticas de comparação de larga escala. Podemos citar como exemplos, trabalhos de Husted (1999), Leite e Weidemann (1999), Abed e Davoodi (2000) e Mo (2001) ao compararem níveis de corrupção com PIB. Outros fatores também são levantados como a abertura política (Sandholtz & Gray, 2003), a instabilidade política (Park, 2003) e eficácia de governo (Shleifer & Vishny, 1993) que são exemplos de trabalhos voltados para este argumento. Apesar da relevância dos trabalhos, o campo carece de pesquisas que olhem o fenômeno do início até sua institucionalização em um determinado contexto social. Dessa forma, podemos captar os fatores que motivam, impulsionam e explicam a corrupção a partir da decisão daquele que a pratica. Quanto mais entendermos as razões que levam sujeitos a decisões como a de corromper, mais formas de prevenção podem surgir. Afinal, seria muito melhor o ator decidir não praticar o ato corrupto, pois assim não seriam necessárias medidas punitivas ou de controle, que até hoje mostram-se insuficientes, diante dos muitos cenários que ocorrem pelo mundo.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÃO DE ESTUDOS FUTUROS

Apesar da contribuição que este trabalho propiciou, tanto na parte teórica quanto prática, limitações da pesquisa existiram e novos questionamentos surgem, assim como novos caminhos a percorrer. Por esse motivo, traçamos algumas recomendações para estudos futuros diante dessas limitações, com o objetivo de enriquecer e complementar o trabalho até aqui realizado.

Nossa recomendação gira em torno de novas pesquisas sobre corrupção e lógicas institucionais. Estudos envolvendo o histórico de eventos da corrupção pode contribuir ainda mais para a compreensão do fenômeno, incluindo as possíveis mudanças de lógicas ao longo do tempo. Nesta pesquisa, diante do

recorte temporal, não avaliamos a Lógica da Corrupção ao longo do tempo. Avaliar casos de corrupção mais antigos e em diferentes regiões pode possibilitar um mapa comparativo significativo para o tema.

Quanto a aplicação metodológica, a captura da substância institucional da corrupção merece ser aprofundada em outros casos pelo país e pelo mundo. Nossa pesquisa, diante da complexidade de extração dos dados, envolveu apenas os casos da operação lava-jato. Novas pesquisas visando a captura da substância institucional em outros casos de corrupção podem fornecer um arcabouço relevante para comparação entre os achados e uma melhor compreensão sobre as razões que levam os atores às práticas ilícitas. De toda a forma, este tema merece maior aprofundamento dentro dos estudos organizacionais, diante da sua relevância, do seu impacto nas Organizações e das suas consequências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABED, Mr George T.; DAVOODI, Mr Hamid Reza. **Corruption, structural reforms, and economic performance in the transition economies**. International Monetary Fund, 2000.

ADLER JR, Gary J.; DELLAPOSTA, Daniel; LANKES, Jane. Aesthetic Style: How Material Objects Structure an Institutional Field. **Sociological Theory**, p. 07352751221076864, 2022.

AKÇAY, Selçuk. Corruption and human development. **Cato J.**, v. 26, p. 29, 2006.

ALFORD, Robert R. *et al.* **Powers of theory: Capitalism, the state, and democracy**. Cambridge University Press, 1985.

ALVESSON, Mats; HALLETT, Tim; SPICER, Andre. Uninhibited institutionalisms. **Journal of Management Inquiry**, v. 28, n. 2, p. 119-127, 2019.

ALVESSON, Mats; SPICER, André. Neo-institutional theory and organization studies: a mid-life crisis? **Organization Studies**, v. 40, n. 2, p. 199-218, 2019.

ANAND, Vikas; ASHFORTH, Blake E.; JOSHI, Mahendra. Business as usual: The acceptance and perpetuation of corruption in organizations. **Academy of Management Perspectives**, v. 18, n. 2, p. 39-53, 2004.

ANECHIARICO, Frank; JACOBS, James B. **The pursuit of absolute integrity: How corruption control makes government ineffective**. University of Chicago Press, 1998.

BASOV, Nikita; BRENNECKE, Julia. Duality beyond dyads: Multiplex patterning of social ties and cultural meanings. In: **Structure, Content and Meaning of Organizational Networks**. Emerald Publishing Limited, 2017.

BHATTACHARYYA, Sambit; HODLER, Roland. Natural resources, democracy and corruption. **European Economic Review**, v. 54, n. 4, p. 608-621, 2010.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. A justificação: sobre as economias da grandeza. **Rio de Janeiro: Editora UFRJ**, 2020.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On justification: Economies of worth**. Princeton University Press, 2006.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On justification**. Princeton University Press, 2021.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. **European journal of social theory**, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc JD. **An invitation to reflexive sociology**. University of Chicago press, 1992.

BREI, Zani Andrade. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 1, p. 64-77, 1996.

BREIT, Eric. On the (re) construction of corruption in the media: A critical discursive approach. **Journal of business ethics**, v. 92, n. 4, p. 619-635, 2010.

CALDAS, Olavo Venturim; COSTA, Cristiano Machado; PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches. Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 2, p. 237-264, 2016.

CAMAJ, Lindita. The media's role in fighting corruption: Media effects on governmental accountability. **The International Journal of Press/Politics**, v. 18, n. 1, p. 21-42, 2013.

CARDOSO, Carla Isabel Dias Cabrita; NUNES, Sandra Cristina Dias; ALVES, Maria Teresa Venâncio Dores. Riscos de corrupção e infrações conexas: o caso dos institutos politécnicos públicos portugueses. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 11, n. 24, p. 143-169, 2014.

CARLEY, Kathleen. Extracting culture through textual analysis. *Poetics*, v. 22, n. 4, p. 291-312, 1994.

CARVALHO, José M. de. Quem transgride o quê? In: CARDOSO, Fernando H.; MOREIRA, Marcílio M. (Coord.). *Cultura das transgressões no Brasil: lições da história*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 69-94.

CRUBELLATE, João Marcelo. Ética, técnica e a lógica institucional da autovigilância. *Gestão e Sociedade*, v. 11, n. 28, p. 1680-1703, 2017.

CRUZ, Guillermo. Crítica ao uso de tipos ideais nos estudos da lógica institucional. *Organizações & Sociedade*, v. 23, n. 79, p. 646-655, 2016.

DE ARAÚJO, Eduardo Carvalho Correa *et al.* Corrupção e valor de mercado: os efeitos da Operação Lava Jato sobre o mercado de ações no Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 17, n. 51, p. 41-58, 2018.

DE ARAÚJO WANDERLEY, Cláudio; SOUZA, Gustavo Henrique Costa. AS LÓGICAS INSTITUCIONAIS INCORPORADAS AO BALANCED SCORECARD (BSC): UM MODELO PARA ESTUDAR A ADAPTAÇÃO DO BSC. *Revista Universo Contábil*, v. 14, n. 1, p. 112-134, 2019.

DE GRAAF, Gjalte; HUBERTS, Leo WJC. Portraying the nature of corruption using an explorative case study design. *Public Administration Review*, v. 68, n. 4, p. 640-653, 2008.

DIESNER, Jana. From texts to networks: Detecting and managing the impact of methodological choices for extracting network data from text data. *KI-Künstliche Intelligenz*, v. 27, n. 1, p. 75-78, 2013.

DONG, Bin; DULLECK, Uwe; TORGLER, Benno. Conditional corruption. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 3, p. 609-627, 2012.

DOS SANTOS, Renato Almeida; DE HOYOS GUEVARA, Arnoldo Jose; AMORIM, Maria Cristina Sanches. Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. **Revista de Administração**, v. 48, n. 1, p. 53-66, 2013.

FERRAZ, Claudio; FINAN, Frederico; MOREIRA, Diana Bello. Corrupção, Má Gestão, e Desempenho Educacional. 2008.

FERREIRA, Manuel Portugal *et al.* O efeito moderador da corrupção do país de origem sobre a capacidade do país receptor de atrair IED. **Brazilian Business Review**, v. 13, n. 4, p. 98, 2016.

FREEMAN, Linton C. Turning a profit from mathematics: The case of social networks. **Journal of Mathematical Sociology**, v. 10, n. 3-4, p. 343-360, 1984.

FREITAS JÚNIOR, Luiz Romeu de; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. Estratégias de Racionalização da Corrupção nas Organizações: Uma Análise das Declarações de Acusados em Casos de Corrupção no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 50, p. 8-23, 2018.

FRIEDLAND, Roger; ALFORD, Robert R. Bringing society back in: Symbols, practices, and institutional contradictions. WW Powell, PJ DiMaggio, eds. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. 1991.

FRIEDLAND, Roger; ARJALIÈS, Diane-Laure. Putting things in place: Institutional objects and institutional logics. In: **On practice and institution: New empirical directions**. Emerald Publishing Limited, 2021.

FRIEDLAND, Roger; ARJALIÈS, Diane-Laure. X-Institutional Logics: Out or In? **Available at SSRN 3403131**, 2019.

FRIEDLAND, Roger *et al.* The institutional logics of love: Measuring intimate life. **Theory and society**, v. 43, n. 3-4, p. 333-370, 2014.

FRIEDLAND, Roger. God, love, and other good reasons for practice: Thinking through institutional logics. In: **Institutional logics in action, part A**. Emerald Group Publishing Limited, 2013.

FRIEDLAND, Roger. Moving institutional logics forward: Emotion and meaningful material practice. **Organization Studies**, v. 39, n. 4, p. 515-542, 2018.

FRIEDLAND, Roger. Religious nationalism and the problem of collective representation. **Annual Review of Sociology**, v. 27, n. 1, p. 125-152, 2001.

FRIEDRICH, Carl J. Corruption concepts in historical perspective. In: **Political Corruption**. Routledge, 2017. p. 15-24.

FURTADO, Lucas Rocha. **As raízes da corrupção no Brasil: estudo de casos e lições para o futuro**. Editora Fórum, 2015.

GEHRKE, Germano; BORBA, José Alonso; FERREIRA, Denize Demarche Minatti. A repercussão da corrupção brasileira na mídia: uma análise comparada das revistas Der Spiegel, L'Obs, The Economist, Time e Veja. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 157-167, 2017.

GLAESER, Edward L.; GOLDIN, Claudia (Ed.). **Corruption and Reform: Lessons from America's Economic History**. University of Chicago Press, 2007.

GIBBONS, Kenneth M. Toward an attitudinal definition of corruption. **political corruption: a handbook**, p. 165-172, 1989.

GOEL, Rajeev K.; NELSON, Michael A. Causes of corruption: History, geography and government. **Journal of Policy Modeling**, v. 32, n. 4, p. 433-447, 2010.

HADIDA, Allègre L. *et al.* Hollywood studio filmmaking in the age of Netflix: a tale of two institutional logics. **Journal of Cultural Economics**, v. 45, n. 2, p. 213-238, 2021.

HAVEMAN, Heather A.; RAO, Hayagreeva. Structuring a theory of moral sentiments: Institutional and organizational coevolution in the early thrift industry. **American journal of sociology**, v. 102, n. 6, p. 1606-1651, 1997.

HEIDENHEIMER, Arnold J. The context of analysis. **Political corruption: Readings in comparative analysis**, p. 3-28, 1970.

HUANG, Ray. Taxation and governmental finance in sixteenth-century Ming China. Cambridge University Press, 1974.

HUSTED, Bryan W. Wealth, culture, and corruption. **Journal of international business studies**, v. 30, n. 2, p. 339-359, 1999.

JONES, Candace; BOXENBAUM, Eva; ANTHONY, Callen. The immateriality of material practices in institutional logics. In: **Institutional logics in action, Part A**. Emerald Group Publishing Limited, 2013.

JOHNSTON, Michael. **Syndromes of corruption: wealth, power, and democracy**. Cambridge University Press, 2005.

JOHNSTON, Michael. The search for definitions: the vitality of politics and the issue of corruption. **International social science journal**, v. 48, n. 149, p. 321-335, 1996.

JUDGE, William Q.; MCNATT, D. Brian; XU, Weichu. The antecedents and effects of national corruption: A meta-analysis. **Journal of World Business**, v. 46, n. 1, p. 93-103, 2011.

JÚNIOR, Elias Pereira *et al.* Influência da corrupção nos gastos das empresas estatais. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 4, p. 695-711, 2018.

KLITGAARD, Robert. **A corrupção sob controle**. J. Zahar, 1994.

LAMBSDORFF, Johann Graf. **The institutional economics of corruption and reform: Theory, evidence and policy**. Cambridge university press, 2007.

LAURINHO, Ícaro Saraiva; DA SILVA DIAS, Lidiane Nazaré; DE MATTOS, Carlos André Corrêa. Corrupção e ineficiência em licitações de governos locais e desenvolvimento humano: novas reflexões. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 30, p. 57-70, 2017.

LEDERMAN, Daniel; LOAYZA, Norman V.; SOARES, Rodrigo R. Accountability and corruption: Political institutions matter. **Economics & politics**, v. 17, n. 1, p. 1-35, 2005.

LEE, Wang-Sheng; GUVEN, Cahit. Engaging in corruption: The influence of cultural values and contagion effects at the microlevel. **Journal of Economic Psychology**, v. 39, p. 287-300, 2013.

LEITE, Mr Carlos; WEIDMANN, Jens. **Does mother nature corrupt: Natural resources, corruption, and economic growth**. International Monetary Fund, 1999.

LE ROUX, Brigitte; ROUANET, Henry. Geometric data analysis: from correspondence analysis to structured data analysis. **Springer Science & Business Media**, 2004.

MARANI, Sílvio César Zákha *et al.* Os sentidos da pesquisa sobre corrupção. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 4, p. 712-730, 2018.

MAURO, Paolo. Corrupção: causas, consequências e a agenda de novas pesquisas. **Finanças & Desenvolvimento**, v. 18, n. 1, p. 11-14, 1998.

MEIER, Henk Erik. Institutional complementarities and institutional dynamics: exploring varieties in European football capitalism. **Socio-Economic Review**, v. 6, n. 1, p. 99-133, 2008.

MELO, Felipe Luiz Neves Bezerra de; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; OLIVEIRA, Renato Lima de. Corrupção burocrática e empreendedorismo: uma análise empírica dos estados brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 3, p. 374-397, 2015.

MÉON, Pierre-Guillaume; WEILL, Laurent. Is corruption an efficient grease?. **World development**, v. 38, n. 3, p. 244-259, 2010.

MIARI, Renata Crosara; DE MESQUITA, José Marcos Carvalho; PARDINI, Daniel Jardim. Eficiência de Mercado e Corrupção Organizacional: Estudo dos Impactos Sobre o Valor dos Acionistas. **Brazilian Business Review**, p. 1, 2015

MILLER, Seumas. Corruption. **International Encyclopedia of Ethics**, p. 1-11, 2013..

MINBAEVA, Dana *et al.* Individual responses to competing institutional logics in emerging markets. **International Business Review**, v. 30, n. 4, p. 101778, 2021.

MIRANDA, Shaila M.; KIM, Inchan; SUMMERS, Jama D. Jamming with Social Media. **Mis Quarterly**, v. 39, n. 3, p. 591-614, 2015.

MISCHE, Ann. Relational sociology, culture, and agency. **The SAGE handbook of social network analysis**, p. 80-97, 2011.

MISHRA, Ajit. Persistence of corruption: some theoretical perspectives. **World Development**, v. 34, n. 2, p. 349-358, 2006.

MO, Pak Hung. Corruption and economic growth. **Journal of comparative economics**, v. 29, n. 1, p. 66-79, 2001.

MOHR, John W.; DUQUENNE, Vincent. The duality of culture and practice: Poverty relief in New York City, 1888-1917. **Theory and society**, v. 26, n. 2/3, p. 305-356, 1997.

MOHR, John W.; WHITE, Harrison C. How to model an institution. **Theory and Society**, v. 37, n. 5, p. 485-512, 2008.

MOURA, Denise Gomes de. **Mídia e corrupção: a Operação Curupira na Amazônia**. 2006.

MUTCH, Alistair. Practice, substance, and history: Reframing institutional logics. **Academy of Management Review**, v. 43, n. 2, p. 242-258, 2018.

NASCIMENTO, Luma Neto do. Mais capacidade estatal, menos corrupção? Uma análise para a América Latina (1996-2015). **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, p. 95-120, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou zaratustra**. Editora Companhia das Letras, 2011.

NYE, Joseph S. Corruption and political development: A cost-benefit analysis. **American political science review**, v. 61, n. 2, p. 417-427, 1967.

OBORN, Eivor *et al.* Institutional logics and innovation in times of crisis: Telemedicine as digital 'PPE'. **Information and Organization**, v. 31, n. 1, p. 100340, 2021.

PALDAM, Martin. Corruption and religion adding to the economic model. **Kyklos**, v. 54, n. 2-3, p. 383-413, 2001.

PARK, Hoon. Determinants of corruption: A cross-national analysis. **Multinational Business Review**, 2003.

PATRIOTTA, Gerardo; GOND, Jean-Pascal; SCHULTZ, Friederike. Maintaining legitimacy: Controversies, orders of worth, and public justifications. **Journal of Management Studies**, v. 48, n. 8, p. 1804-1836, 2011.

PEIFFER, Caryn; WALTON, Grant. Overcoming collective action problems through anti-corruption messages. **Development Policy Centre Discussion Paper**, n. 77, 2019.

PINHEIRO, Analissa Barros; DE OLIVEIRA FRANCO, Fernanda Cristina. Desenvolvimento, Direitos Humanos e Corrupção: Correlações Entre IDH e IPC no Caso Brasileiro. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 8, n. 16, p. 194-208, 2020.

PINTO, CRJ. A Banalidade da Corrupção: uma forma de governar o Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG. **América Latina**, 2011.

PRAÇA, Sérgio. Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008. **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 137-162, 2011.

PREMINGER, Briana; DRORI, Gili S. How institutions get materialized in space: "Spatialized logics" along Jerusalem's Western Wall. In: **How Institutions Matter!** Emerald Group Publishing Limited, 2016.

RAO, Hayagreeva; MONIN, Philippe; DURAND, Rodolphe. Institutional change in Toque Ville: Nouvelle cuisine as an identity movement in French gastronomy. **American journal of sociology**, v. 108, n. 4, p. 795-843, 2003.

REAY, Trish; HININGS, Christopher R. The recomposition of an organizational field: Health care in Alberta. **Organization studies**, v. 26, n. 3, p. 351-384, 2005.

REAY, Trish; JONES, Candace. Qualitatively capturing institutional logics. **Strategic Organization**, v. 14, n. 4, p. 441-454, 2016.

ROMAN, Alexandru V.; MILLER, Hugh T. Building social cohesion: family, friends, and corruption. **Administration & Society**, v. 46, n. 7, p. 775-795, 2014.

ROSE-ACKERMAN, Susan. A economia política da corrupção. **A corrupção e a economia global**. Brasília: UnB, p. 59-102, 2002.

ROSE-ACKERMAN, Susan. Political corruption and democracy. **Conn. J. Int'l L.**, v. 14, p. 363, 1999.

SANDHOLTZ, Wayne; GRAY, Mark M. International integration and national corruption. **International Organization**, v. 57, n. 4, p. 761-800, 2003.

SANTOS, Widmila Mesquita. Corrupção e seus Reflexos na Economia. 2013.

SCOTT, John. Social network analysis. **Sociology**, v. 22, n. 1, p. 109-127, 1988.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. Corruption. **The quarterly journal of economics**, v. 108, n. 3, p. 599-617, 1993.

SILVA, Tiago Martins Ramos da. **Lógicas institucionais e as respostas estratégicas diante da prática de acreditação hospitalar nos hospitais do Estado do Rio de Janeiro** (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade do Grande Rio. 2016.

SIMÃO, Calil. Improbidade Administrativa. Teoria e Prática, v. 3, 2011.

SIMMEL, Georg. A contribution to the sociology of religion. **American Journal of Sociology**, v. 60, n. S6, p. 1-18, 1955.

SONNETT, John. Ambivalence, indifference, distinction: A comparative netfield analysis of implicit musical boundaries. **Poetics**, v. 54, p. 38-53, 2016.

SONPAR, Karan; HANDELMAN, Jay M.; DASTMALCHIAN, Ali. Implementing new institutional logics in pioneering organizations: The burden of justifying ethical appropriateness and trustworthiness. **Journal of Business Ethics**, v. 90, n. 3, p. 345, 2009.

SPECK, Bruno Wilhelm. Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. **Cadernos Adenauer**, v. 10, p. 9-45, 2000.

STUHLER, Oscar. What's in a category? A new approach to Discourse Role Analysis. **Poetics**, p. 101568, 2021.

TANZI, Vito; DAVOODI, Hamid. Corruption, public investment. **& Growth**, 1997.

THEOBALD, Robin. So what really is the problem about corruption? **Third World Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 491-502, 1999.

THÉVENOT, Laurent; BOLTANSKI, Luc. De la justification. Les économies de la grandeur. P.: **Gallimard**, 1991.

THORNTON, Patricia H.; OCASIO, William. Institutional logics and the historical contingency of power in organizations: Executive succession in the higher education publishing industry, 1958–1990. **American journal of Sociology**, v. 105, n. 3, p. 801-843, 1999.

THORNTON, Patricia H.; OCASIO, William; LOUNSBURY, Michael. **The institutional logics perspective: Foundations, research, and theoretical elaboration**. Oxford University Press, 2012.

TIONGSON, Mr Erwin; DAVOODI, Mr Hamid Reza; GUPTA, Mr Sanjeev. **Corruption and the provision of health care and education services**. International Monetary Fund, 2000.

TORSELLO, Davide; VENARD, Bertrand. The anthropology of corruption. **Journal of management inquiry**, v. 25, n. 1, p. 34-54, 2016.

VAISEY, Stephen. Motivation and justification: A dual-process model of culture in action. **American journal of sociology**, v. 114, n. 6, p. 1675-1715, 2009.

WARREN, Mark E. La democracia contra la corrupción. **Revista mexicana de ciencias políticas y sociales**, v. 47, n. 193, p. 109-141, 2005.

WEBER, Klaus. A toolkit for analyzing corporate cultural toolkits. **Poetics**, v. 33, n. 3-4, p. 227-252, 2005.

WEBER, Klaus; PATEL, Hetal; HEINZE, Kathryn L. From cultural repertoires to institutional logics: A content-analytic method. In: **Institutional logics in action, Part B**. Emerald Group Publishing Limited, 2013.

WILLIAMS, Robert. New concepts for old? **Third World Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 503-513, 1999.

WILLMOTT, Hugh. Why institutional theory cannot be critical. **Journal of Management Inquiry**, v. 24, n. 1, p. 105-111, 2015.

WOLANIUK, Dora Leandra; DE MACEDO, Dayana Carla. Correlação entre IDH e os Índices de Percepção de Corrupção do ano de 2016. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 69346-69364, 2020.